

Unidade e luta



«Na continuidade das grandes comemorações do 15.º aniversário do 25 de Abril...»



... um momento alto de unidade...



«... e forte disposição de luta dos trabalhadores»

PCP apoia reivindicações anunciadas pela CGTP-IN

Nota do Executivo da Comissão Política do CC do PCP • Noticiários e fotos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, etc.

Págs. 1, 2, 8 e 9/Semana

«OS BALDIOS SÃO DOS POVOS!»

Reportagem da festa de Vila Real celebrando a derrota de Cavaco Silva e a vitória popular contra a lei dos baldios

Págs. 1, 2 e 3/Em foco

PARLAMENTO EUROPEU



Nova
secção
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU

Págs. 10, 11 e 12/Semana

Reunião do Comité Central do PCUS

Pág. 16/Semana

UNICER Não há melhor negociata

Pág. 7/Em Foco

O Trabalho e o Governo

Centenas e centenas de milhar de pessoas participaram nas comemorações do 1.º de Maio promovidas pela CGTP-IN em todo o País. Uma «extraordinária manifestação de unidade e luta», assim as classifica o Executivo da Comissão Política do CC do PCP na nota da saudação que o «Avante!» publica neste número.

Para todos quantos estão atentos sobre a realidade portuguesa as comemorações do 1.º de Maio constituem um teste, um fundamental elemento de análise sobre a situação política e social, sobre o estado de espírito dos trabalhadores e do povo em geral, sobre os grandes movimentos e ideias que percorrem a sociedade.

Para todos uma conclusão se impõe agora: cresce em número e combatividade a oposição ao Governo Cavaco Silva.

O facto de uma jornada como o 1.º de Maio constituir em si própria uma afirmação e uma manifestação de oposição a um Governo é particularmente revelador.

Circunstâncias históricas (uma semana de diferença!) fizeram do 1.º de Maio de 1974 não apenas uma gigantesca comemoração mas a consagração popular do 25 de Abril e a poderosa afirmação do papel dos trabalhadores e das massas populares na construção do novo Portugal democrático. A essas circunstâncias veio naturalmente acrescentar-se todo o património que a data trazia, e muito especialmente em Portugal. Foi possível há quinze anos comemorar num mesmo dia a memória e a força da luta antifascista e a vitória sobre o fascismo. Mais ainda, essa comemoração, ao realizar-se no Dia do Trabalhador, criou uma daquelas realidades que caldeiam as sociedades ao dar expressão à inabalável indissociabilidade do progresso e do futuro com o trabalho.

O que faz de cada 1.º de Maio de há quinze anos a esta parte uma jornada tão comovente quanto exaltante é exactamente essa sensação, essa certeza que das comemorações transparece: ali comemora-se, ali todos comemoram o que de mais profundo existe no Portugal de Abril — a liberdade, a confiança no futuro, a confiança e o orgulho no trabalho. Ali se verifica de que forma tão profunda e indissociável a liberdade e a democracia de Abril se entrelaçaram com o trabalho e os trabalhadores.

O 1.º de Maio é assim e acima de tudo uma afirmação vibrantemente positiva de intervenção, e de luta, e de apoio à democracia e de consagração do trabalho e dos trabalhadores. Que tal afirmação constitua uma combativa afirmação de

oposição a uma política e a um Governo — eis uma realidade que interessa analisar.

A política de direita que os portugueses sofrem há mais de doze anos, e de que a acção do Governo PSD-Cavaco Silva é o mais recente e mais completo expoente, atinge profundamente os trabalhadores. Quem trabalha tem sido a principal vítima de sucessivas medidas que o afectam nos seus interesses económicos, profissionais, sociais, políticos. Desemprego, salários em atraso, emprego precário, tectos salariais, perseguições e discriminações por motivos sindicais e políticos, pacotes laborais são outras tantas realidades a comprová-lo.

Mas a questão vai mais fundo: *a política do Governo Cavaco Silva não é apenas contrária aos interesses de quem trabalha, é contrária ao próprio trabalho.*

Ao assumir-se como política do grande capital, não é exclusivamente na sua ofensiva expoliadora de classe, na sua ofensiva económica, social e política contra os trabalhadores que tal política se define: ela define-se em toda a sua prática, em todas as suas manifestações.

A corrupção política e económica que atingiu nos últimos anos proporções que dificilmente se poderiam antes imaginar não constitui uma tara, um acidente deste Governo e de alguns dos seus governantes, um precalço assacável exclusivamente à responsabilidade pessoal, deste ou daquele ministro. Ela constitui sim uma decorrência lógica dos princípios em que se ancora toda a política do Governo, é a outra face da ofensiva contra os trabalhadores e a democracia, é o corolário lógico do primado concedido ao capital e ao lucro em detrimento do trabalho.

Os princípios morais que a governação cavaquista aponta e em que assenta não são os do trabalho, os da solidariedade por ele gerada, os da inteligência criadora por ele exigida: são os do lucro, do individualismo exacerbado indissolúvelmente a ele ligado, o da ambição sem escrúpulos, os da especulação, da superficialidade. Não se faz a apologia do trabalho, faz-se a apologia do dinheiro; não se aponta como objectivo a produção, mas sim o lucro; não se dignifica o trabalho, glorifica-se o esbanjamento e a ostentação; não se defende a intervenção criadora, estimula-se a passividade hedonista.

Há de facto um abismo entre os padrões éticos e políticos defendidos e praticados pelos ministros cavaquistas e suas clientelas e os trabalhadores portugueses. É pois natural que essa exaltante jornada do 1.º de Maio em que se afirmam o traba-

lho e os trabalhadores seja fatalmente uma manifestação de oposição e luta contra esta política e este Governo.

Não se apagaram ainda — e não se apagarão tão cedo — os ecos da vergonhosa actuação repressiva desencadeada em 21 de Abril no Terreiro do Paço contra os sindicalistas da PSP. O debate que se desenrolou anteontem na Assembleia constitui mais uma página sombria do servilismo e da ausência de dignidade do grupo parlamentar do PSD.

Poucos dias depois destas grandes comemorações do Dia do Trabalhador o caso adquire contornos ainda mais frisantes.

Em vários sectores se fala na «desorientação» e «precipitação» por parte do Governo, se afirma estarmos perante um «erro crasso», de uma falta de «maleabilidade». O fundo do problema é contudo bem outro.

O que está em causa não é uma insubordinação (que aliás não houve), nem um acto de indisciplina (que igualmente se não verificou). O que constitui um verdadeiro problema para o Governo de Cavaco Silva é o facto de os agentes da PSP se pretenderem assumir como cidadãos na plenitude de todos os seus deveres e direitos e — o que é mais — pretenderem assumir-se como cidadãos e como trabalhadores. O Governo Cavaco Silva não se opõe ferozmente a que os agentes da PSP se agridem em clubes desportivos, cooperativas de habitação ou nas «associações deontológicas» agora inventadas: o que constitui efectivamente um problema é que estes portugueses que desempenham uma actividade profissional, cumprem um horário, desenvolvem um trabalho que a sociedade lhes requer e têm problemas inerentes a esta situação a assumam como *trabalho*, se considerem *trabalhadores* e como tal pensem e actuem.

E aí, quando agentes da PSP se afirmam como trabalhadores: o Governo faz aquilo que entende dever fazer-se aos trabalhadores: lançar contra eles agentes da PSP!

Mas a direita e o seu Governo têm contudo mais razões para se inquietarem além das que sobrevivem da demonstração de alegria, de orgulho e confiança no futuro demonstrada no 1.º de Maio por quem trabalha, pelos trabalhadores.

Ao fim e ao cabo, o capital sabe que necessita do trabalho — mas necessita dele dócil, explorado, submisso. Isto é exactamente o contrário do que, na segunda-feira, se confirmou ser a situação em Portugal.

Resumo

26

Quarta-feira

Uma delegação da Comissão de Defesa da Constituição desloca-se a Belém para dar conhecimento ao Presidente da República, de um apelo subscrito por 23 mil cidadãos, para que o PS reveja o acordo com o PSD para a revisão da Constituição ■ O ministro da Administração Interna reafirma a disposição do Governo de reprimir novamente os sindicalistas da PSP, enquanto no plenário da AR o PSD impede que seja tomada posição sobre os incidentes violentos do Terreiro do Paço, e que seja condenada a agressão ao deputado Torres Couto ■ A representação da UNITA em Lisboa ameaça os cooperantes portugueses em Angola afirmando em comunicado «não se responsabilizar pelas suas vidas» ■ Com desfile militar e popular iniciam-se em Kabul as celebrações do 11.º aniversário da Revolução Afegã ■ Em jogo do grupo 7 da fase de qualificação do Mundial de futebol de 1990, a selecção portuguesa ganha por 3-1 à sua congénere suíça.

27

Quinta-feira



O Grupo Parlamentar do PCP requer o agendamento imediato da discussão dos projectos de lei-quadro da regionalização, e anuncia que impugnará uma eventual decisão favorável a uma proposta do PSD que remeteria o processo de regionalização para o próximo ano ■ Em resposta a uma pergunta do eurodeputado do PCP, Aboim Inglez, a Comissão da CEE para a Política Regional reafirma que a participação das entidades regionais e locais é fundamental na elaboração do PDR ■ O Tribunal Constitucional sorteia a ordem de colocação nos boletins de voto das forças concorrentes às eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu ■ A CGTP-Intersindical Nacional anuncia que as comemorações do 1.º de Maio, a realizar em 70 localidades, terão como lema a defesa da Constituição ■ Greve nos transportes deixa a Espanha sem comboios e sem transportes públicos em sete cidades ■ Na Cidade do Cabo inicia os seus trabalhos a Comissão Tripartida de Verificação da Aplicação dos Acordos de Nova Iorque sobre a implementação da Resolução 435/78, sobre a independência da Namíbia ■ Perante o Parlamento Alemão-Federal, Helmut Kohl insiste na necessidade de a NATO abrir negociações com o Tratado de Varsóvia sobre a redução de armas nucleares de curto alcance.

28

Sexta-Feira

Vasco Lourenço, falando na sessão de encerramento das comemorações do 15.º aniversário do 25 de Abril, manifesta a sua estranheza face à fórmula adoptada este ano, na Assembleia da República, para celebrar o Dia da Liberdade, sem intervenção dos partidos políticos ■ Comentando afirmações de Torres Couto, segundo as quais o PS «deveria reagir politicamente» às acusações de que tem sido alvo por parte do PSD, Jorge Sampaio afirma que vai prosseguir o processo de revisão da Constituição ■ A RDA dá início à anunciada redução de forças convencionais, desmobilizando soldados do oitavo regimento de blindados e desmantelando trinta e um tanques ■ A direcção do Partido Comunista Chinês reitera a sua disponibilidade «sob condições» para negociar com os estudantes que se têm manifestado em Pequim ■ A Comissão tripartida sobre Angola e a Namíbia anuncia um novo prazo de 14 dias para verificação da retirada total dos guerrilheiros da SWAPO do território namibiano ■ Em Bruxelas são condenados a penas de 3 anos de prisão, 14 hooligans britânicos acusados de participar na tragédia de Maio de 85, no Estádio de Heysel.

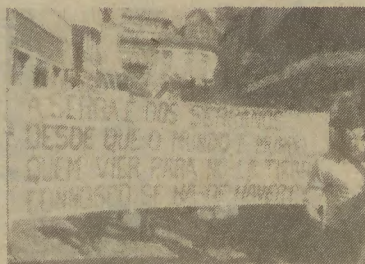
29

Sábado

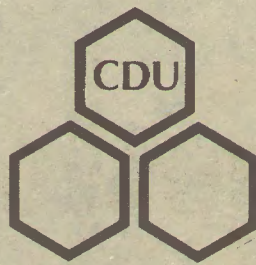
O Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, defende a venda dos créditos bancários mal parados com o objectivo de facilitar a futura venda dos bancos nacionalizados ■ A Associação Pró-Sindical da PSP reúne no Porto e anuncia que mais de mil agentes aderiram a esta organização na última semana. A Pró-Sindical decidiu processar judicialmente aqueles que agrediram os polícias, no dia 21 de Abril, durante uma manifestação na Praça do Comércio em Lisboa ■ No Vimieiro, centena e meia de pessoas evocam Salazar junto ao seu túmulo, cantando o hino nacional sob a saudação nazi ■ Um ataque da Renamo em Moçambique provoca dez mortos e destrói um supermercado da empresa portuguesa, FNAC.

30

Domingo



Em Vila Real mais de mil pessoas comemoram a derrota da lei dos baldios proposta pelo PSD na Assembleia da República ■ Reunido em Santarém, o Conselho Nacional do



Partido «Os Verdes» afirma pretender assegurar uma voz ecologista no Parlamento Europeu através da sua candidatura integrada na CDU ■ Os Chefes de Governo alemão-federal e britânico exprimem a sua radical divergência sobre os mísseis de curto alcance da NATO ■ Morre o realizador Sérgio Leone.

1

Segunda-feira



Comemora-se em todo o país o Primeiro de Maio, com a participação de centenas de milhar de pessoas em manifestações e comícios de protesto contra a política social do governo ■ A comissão nacional do PS convida o Governo a pôr termo à política do «quero, posso e mando» ■ O presidente do Zaire, Mobutu, manifesta intenção de solicitar aos EUA o fim do apoio à UNITA ■ Membros do clero timorense manifestam a sua discordância quanto à visita do Papa a Timor Leste, considerando que tal visita constituiria um «acto formal de reconhecimento da integração de Timor pela Indonésia».

2

Terça-feira

Na AR a oposição condena o autoritarismo do Governo num debate sobre a actuação repressiva contra os polícias no Terreiro do Paço. ■ O Governo diz-se «enganado pelas estatísticas» e determina um inquérito às entidades responsáveis pelo fornecimento de informações estatísticas sobre o movimento do comércio externo em 1988. ■ O PCP informa que o Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu se vai reunir pela primeira vez em Portugal nos próximos dias 9 e 10 de Maio. ■ A Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP protesta contra o «tratamento discriminatório de que o PCP e a CDU têm sido alvo nalguns órgãos de comunicação social», designadamente na RTP e RDP. ■ O Banco de Portugal informa que os salários nominais, em 1988, cresceram a um ritmo inferior ao da inflação. ■ O presidente francês recebe oficialmente o dirigente da OLP, Yasser Arafat. ■ A associação turca de apoio aos presos políticos informa que a polícia turca matou 3 manifestantes no 1.º Maio em Istambul.

As comemorações do Dia Internacional do Trabalhador jamais assumiriam no nosso País a dimensão que há quinze anos as caracteriza e que agora uma vez mais se verificou se os trabalhadores portugueses não tivessem forjado essa poderosa realidade que é o Movimento Sindical Unitário onde os comunistas desempenham papel que ninguém contesta. Contra ventos e mares, contra ofensivas para que têm sido mobilizados todos os apoios, todas as pressões, a CGTP-Intersindical Nacional continua a ser a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, com uma amplitude unitária, uma actividade e uma capacidade de mobilização ímpares.

«O 1.º de Maio — afirmou Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, em entrevista a «o diário» — tem sempre um sentido de festa, mas emana de uma dinâmica e de um posicionamento de luta. Este ano, pensamos que o 1.º de Maio terá uma mensagem muito forte de protesto contra a política social e económica que vem sendo seguida no nosso País.»

Assim foi. E é com a força desta grande jornada de massas que a CGTP-IN abrirá dentro de duas semanas os trabalhos do seu 6.º Congresso.

Elementos contraditórios se entrecruzam na realidade política portuguesa. O vigor e a determinação do movimento operário e popular não encontra contrapartida em alguns partidos democráticos e especialmente no PS.

Se no seio do Governo e do PSD as condições se avolumam, os socialistas continuam empenhados não só em recusar a busca de uma alternativa democrática como persistem no acordo de revisão constitucional que celebraram com a direita. O deputado socialista Almeida Santos assume-se como o retrato inteiro do demissionismo ao declarar pateticamente que as cedências feitas ao PSD constituem «as conquistas que podíamos conquistar»! Isto é, o PS que estaria em condições de recusar que o PSD «conquistasse» alterar sequer uma linha da Constituição, assume-se como «conquistador» do que o dependente adversário lhe deixa como migalhas!

Falta aos dirigentes do PS aquela determinação, aquela confiança, aquela combatividade que se respiraram na passada segunda-feira nos desfiles e comícios convocados pela CGTP-IN!

Mas a realidade é que um Governo contra quem se ergue a Festa do Trabalho, da Liberdade, do Portugal de Abril está condenado. O Portugal de Abril não se governa contra o Trabalho e contra a Liberdade.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

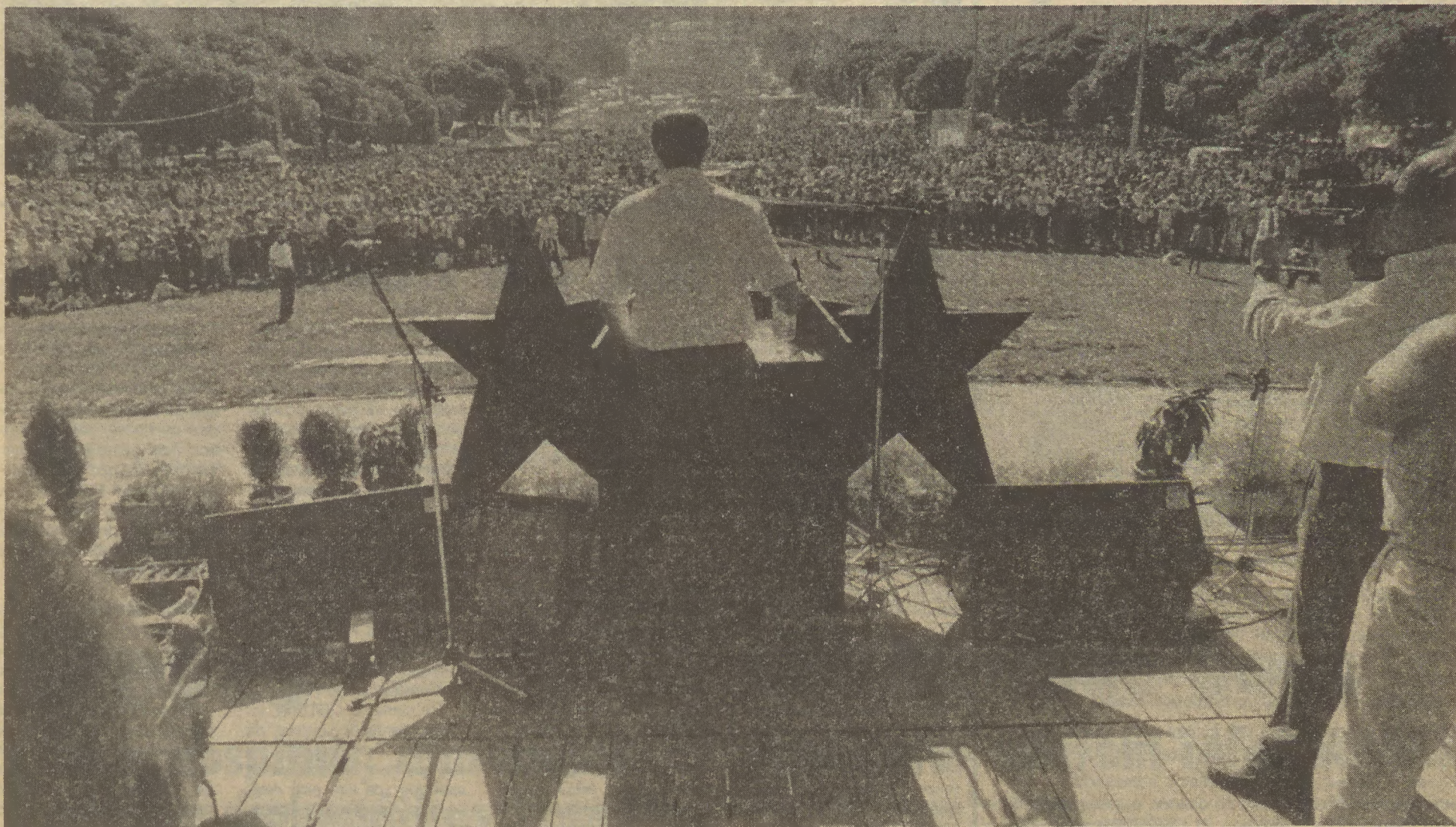
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Abril: 24 275 exemplares



VIVA O 1.º DE MAIO

Quinze anos de um 1.º de Maio em liberdade foram respirados, na segunda-feira passada, com a serenidade própria de quem sente amadurecida a comemoração secular; com a certeza de a(s) mudança(s) passar(em) também por este «estar na rua»; pelo desejo expresso pela força das centenas de milhar que, num exemplo repetido em todo o país, desfilaram a vontade unânime de merecerem **hoje** um futuro melhor. Há quinze anos que o Dia do Trabalhador é festa. Em 1989 os trabalhadores disseram que esta festa é a sua força... Como em Abril!...

1.º de Maio em Lisboa:—*A festa da gente!*

«O Maio está na rua. A luta continua». Esta a primeira palavra de ordem escutada no arranque, no Martim Moniz, do desfile lisboeta, aberto por dois carros da CGTP-IN, decorados com motivos sobre o próximo sexto congresso da Inter e sobre a Revisão Constitucional — «Abril na Constituição», escreviam a branco as faixas vermelhas. Pacote laboral e corrupção governamental foram alguns dos temas a merecerem grande preocupação nos participantes do desfile, com as figuras de Cavaco Silva, Miguel Cadilhe e Leonor Beleza a serem chamados à «ribalta da caricatura», como aquela em que o ministro das Finanças surgia «travestido» de ave, com o letreiro «O Passarão das Amoreiras», uma ave só alimentada a notas de banco (dólares, por sinal) e whisky.

A acção dos trabalhadores

«Emprego, Progresso e Justiça Social» foi o mote para este 1.º de Maio, num reflexo das preocupações

maiores dos portugueses, abordados em discurso por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, discurso terminado no palco da Alameda muito antes de o desfile estar concluído.

Aumento do salário mínimo nacional em cinco mil escudos a partir de 1 de Julho; redefinição da política social «que tenha em conta o agravamento da inflação»; redução do IRS sobre os rendimentos do trabalho; isenção do imposto complementar; aumento das pensões e redução da idade de reforma para os 60 anos; 40 horas semanais de horário de trabalho; fim do trabalho infantil e do emprego precário; estas algumas das reivindicações apresentadas por Carvalho da Silva em nome da CGTP aos que assistiram ao comício lisboeta.

Criticando Cavaco Silva e o seu Governo, o coordenador da CGTP acusou o Governo «de ser incapaz de definir e executar uma estratégia de desenvolvimento que preparasse o País para os desafios do futuro», isto ape-

sar de «durante os últimos três anos terem afluído ao nosso país 330 milhões de contos de fundos da CEE».

Seiscentos mil trabalhadores com contratos a prazo e um milhão e meio envolvidos em processos reivindicativos este ano, estes alguns números citados por Carvalho da Silva que condenou ainda a «acção repressiva desencadeada contra os profissionais da PSP» no passado dia 21 de Abril.

A nove de Maio será de novo discutida na Assembleia da República a chamada lei dos despedimentos, data para a qual a CGTP prepara um conjunto de acções de protesto contra o conteúdo actual do diploma, tendo sido feito um apelo a todos os trabalhadores para que se empenhem activamente nessas acções.

Uma festa de anseios

«A política de Cavaco é um grande buraco» sintetizava outra das palavras de ordem, enquanto um carro da Câmara de Loures «deitava no lixo» o «Emprego Inseguro, Salários Baixos e Despedimentos».

«Danmark hilser det Portugisisk!». Assim se diz «a Dinamarca cumprimenta Portugal» que complementado com um «neste 1.º de Maio» manifestava a presença de alguns dinamarqueses, vestidos «à Verão e férias», que o calor era muito, dentro e fora dos corpos.

Ranchos folclóricos, bandas filarmónicas entoavam hinos de património comum, enquanto um pano mostrava Jorge Sampaio e Cavaco Silva, numa alusão ao acordo

de revisão constitucional assinado entre o PSD e o PS — «quem vê caras não vê acordos», concluía o autor da caricatura.

«O Estado Laranja passou a Laranja em Mau Estado» foi a conclusão a que chegaram os trabalhadores do CESL, a desfilar antes de um conjunto de táxis de uma cooperativa, a lembrar orgulhosa o ano da fundação — 1974.

Viabilização das empresas públicas e defesa do sector empresarial do Estado, esta uma das reivindicações (muitas) que este Maio trouxe à rua em Lisboa, num desfile que duas horas depois de chegar à Alameda concluía com um recado da Quimigal: «Ontem fomos 11500. Hoje somos 7000. E amanhã?»

Amanhã todos faremos para que seja melhor, respondemos nós deste lado!

Nunca mais

Deus, Pátria e Autoridade.

Sinistra trilogia que durante longos 48 (quarenta e oito) anos pairou sobre Portugal, feita cartão de visita de um ditador que continua a figurar no *Guinness* como o homem que mais tempo permaneceu no poder sem ser eleito.

«Não discutimos Deus, não discutimos a Pátria, não discutimos a Autoridade.»

Quantas vezes milhões de portugueses ouviram aquela afirmação da boca de Salazar?

Quantas vezes, ao ouvi-lo, milhões de portugueses sentiram na pele o arrepio do medo, o frémito da revolta, a angústia dos dias em que a esperança desesperava?

Quantos milhões de portugueses viveram — e quantos morreram? — sob o jugo do ditador, que desde a primeira hora estendeu sobre o País o ferro da repressão e da censura?

Na memória colectiva ficou gravada a sangue a lembrança dos gabinetes sinistros da António Maria Cardoso, ponto de passagem obrigatório de quem caía nas garras da PIDE/DGS, as prisões do Aljube, o Forte de Caxias, o Forte de Peniche, o campo da morte lenta do Tarrafal, as infundáveis campanhas de África.

Os assassinios na rua, as torturas na prisão, a censura implacável, as perseguições políticas, a guerra colonial com os seus milhares de mortos e os nunca contados feridos e estropiados para sempre, o obscurantismo nacional, o isolamento internacional, são partes da história da ditadura que continua por contar.

Dir-se-ia, passados que são quinze anos da Revolução de Abril, que já era tempo de o fazer.

Dir-se-ia, passado que foi há dias o centésimo aniversário do nascimento do ditador, que era chegado o momento de romper o véu do silêncio lançado sobre o fascismo em Portugal.

Dir-se-ia, consolidada que deveria estar a legalidade democrática, que era mais do que tempo de ensinar à juventude — que felizmente não viveu o fascismo — o que foram esses 48 anos de ditadura para com a sua força garantir que Nunca Mais.

No entanto...

Quem por hábito ou por descuido ligou a televisão nesse dia em que Salazar faria 100 anos, se sabia do fascismo ficou mudo de espanto antes de se poder indignar; se não sabia, ficou pior do que não sabendo, que a mentira pode ser bem mais prejudicial do que a ignorância.

Salazar, disse-se no telejornal da RTP, quinze anos depois de Abril, ficou na História como um dos grandes estadistas do século XX.

Salazar, disse-se no telejornal da RTP, foi o homem que salvou a economia do país, que exerceu o poder com um espírito de missão, que manteve a neutralidade de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, que fomentou o nacionalismo e conduziu o País para uma guerra colonial na defesa dos interesses nacionais.

Não faltaram sequer as imagens das manifestações no Terreiro do Paço aplaudindo a política da mão de ferro, sem um comentário sobre as repressões e represálias que sofriam quem a ela se escusasse.

Das prisões e da censura passou-se como cão por vinha vindimada, o tempo necessário para duas imagens logo a dar lugar às manifestações de «apoio».

Foi tão longe o elogio de Salazar que seria — ironia das ironias — Franco Nogueira, ministro do governo fascista de Salazar, a repor alguma verdade com a afirmação de que o ditador não fez o «sacrifício» de estar no poder.

Um insulto e uma vergonha ao povo português e à democracia.

Uma afronta a todos quantos sofreram na carne a repressão fascista, a quantos tiveram a sua vida adiada, quando não liquidada, pela prisão, pela guerra, pelo exílio.

Uma ameaça à liberdade e à democracia, pela mão de uma televisão ao serviço de um Governo que também já vai levantando a voz em nome da «pátria» e da «autoridade».

Um alerta, afinal, de que Fascismo, Nunca Mais não pode ser apenas uma palavra de ordem.

■ A.F.

Trabalhadores



—1.º de Maio no Porto:— *Aqui se fala em trabalho*

De festa e de luta — foi o 1.º de Maio no Porto. Festa que se prolongou por dois dias, com a Avenida dos Aliados e a Praça da Liberdade cheias de trabalhadores. Luta que teve o seu ponto alto no grande desfile e comício, no dia 1, durante a tarde. Tarde de luta igualmente noutros pontos do distrito — Felgueiras, Freamunde, Lousada, Penafiel, Santo Tirso e Vila do Conde —, onde a União dos Sindicatos do Porto/CGTP-Intersindical promoveu comemorações do Dia do Trabalhador.

No Porto, as comemorações começaram oficialmente às 18 horas, no dia 30, com a deposição de flores junto às lápides evocativas dos sangrentos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982. À noite, houve espectáculo, lembrando também essa data, no qual participaram o Grupo 1.º de Maio e Fernando Tordo. No dia 1, logo pela manhã, foi a já tradicional Corrida do 1.º de Maio, à qual aderiram centenas de atletas.

Vítor Ranita, membro do Secretariado da USP e do Conselho Nacional da CGTP-IN, tomou a palavra a abrir o comício, que se realizou à

tarde, na Praça Humberto Delgado. Palavras de denúncia das «ameaças que pesam sobre o futuro dos trabalhadores», também no distrito do Porto. «Continuam», afirmou, «a existir salários em atraso. Em várias grandes empresas, como a Sepsa, a Efaced, a Facar, a Oliveira e Ferreirinhas, a Figueiredo e Maia e outras, estão em curso processos de redução de cerca de 4000 postos de trabalho. Noutras diversas empresas, largas centenas de trabalhadores enfrentam o espectro do encerramento ou da falência próxima». E falou, ainda, do trabalho incerto, da intensa exploração, do des-

respeito pelos direitos contratuais dos trabalhadores, da inexistência, para muitos, de seguros de acidentes ou de protecção da segurança social. Alertou para o facto de milhares de crianças trabalharem ilegalmente no distrito do Porto, «como recentemente o próprio Ministério do Trabalho foi forçado a reconhecer publicamente». Mais adiante, Vítor Ranita faria apelo «para que todos nos unamos — porque ainda é tempo — para evitar a liquidação do conteúdo democrático e progressista fundamental da Constituição de Abril».

Em nome da CGTP-IN, interveio Fernando Loureiro, da Comissão Executiva da Central, que aprofundou os vários aspectos «da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores que, mesmo em liberdade, tem de ser travada no dia-a-dia, sobretudo quando se tem pela frente, como em Portugal, um governo arrogante, autoritário e totalmente contrário aos interesses das classes laboriosas».

Aquele dirigente finalizou a sua intervenção afirmando que a CGTP-IN tudo fará «para que a unidade na acção se possa processar a todos os níveis, sem complexos nem fantasmas do passado, desde que essa unidade contribua efectivamente para reforçar a defesa dos interesses dos trabalhadores e os objectivos do Movimento Sindical Unitário.

Uma saudação da Interjovem, lida por Lindolfo Lopes, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e do Conselho Nacional da Interjovem, e uma moção foram vivamente aclamadas pelos milhares de trabalhadores presentes, que reafirmaram a sua vontade de defender Abril na Constituição e fizeram apelo ao PS e aos seus deputados «para que não dêem cobertura, mem mais poder ao Governo, ao PSD e à direita na sua política ao serviço do grande capital, e alterem a sua posição na discussão da revisão constitucional».

—1.º de Maio em todo o país:— *O desejo de futuro*

Contar a «história total» deste Primeiro de Maio seria tarefa impossível de aqui se conseguir. Para além das fotografias que ocupam as páginas centrais desta edição do «Avante!», aqui contamos como se passou o dia do trabalhador em locais diversos do nosso país.

Em Coimbra a União dos Sindicatos local organizou um 1.º de Maio onde a festa e a cultura estiveram lado a lado com as preocupações dos trabalhadores.

Com iniciativas distribuídas por Oliveira do Hospital, Lousã, Figueira da Foz e Coimbra, as comemorações do Dia do Trabalhador ficaram marcadas no distrito pelo desfile de trabalhadores de empresas onde se vivem processos de reivindicação.

Os trabalhadores da empresa Estaco abriram o desfile na cidade de Coimbra, seguidos de outras empresas e locais de trabalho, como os dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, da empresa CERES, Hotel Oslo, EDP, fábrica Triunfo, entre outros.

A parte festiva deste Primeiro de Maio no Distrito de Coimbra contou com espectáculos vários, do rock à música africana, passando pelo fado, ballet e música popular portuguesa. O folclore esteve presente nas quatro comemorações do distrito, com a participação de quinze grupos da região.

A festa dos povos dos baldios

Na véspera deste 1.º de Maio, desceram das serras a Vila Real os povos que ali foram manifestar a alegria da recente vitória sobre a questão dos baldios (ver o EM FOCO desta edição) e anunciando novos propósitos de luta. Ainda essa festa não havia terminado e já se lhe juntava a comemoração, naquela cidade transmontana, do Dia do Trabalhador.

Canções e baile durante a noite, comício no dia seguinte, para a presença das muitas pessoas de Vila Real que desejaram participar neste dia.

Também em Chaves e na Régua se efectuaram comemorações, que para além dos comícios respectivos, onde estiveram dirigentes da CGTP como oradores, se realizaram ainda provas desportivas, jogos tradicionais e actuaram ranchos folclóricos.

Os problemas dos trabalhadores transmontanos, o

desemprego, o trabalho precário, a política governamental e a revisão da constituição foram alguns dos temas abordados neste Primeiro de Maio transmontano.

Atletismo foi o desporto que iniciou, segunda-feira de manhã, a comemoração do Primeiro de Maio no Distrito de Aveiro, cujo ponto alto foi o desfile de carros alegóricos e a concentração de trabalhadores que no largo do Rossio daquela cidade efectuaram um comício-festa.

Neste comício foi aprovada uma moção onde se apela ao Partido Socialista para que reveja e altere a sua posição no que se refere à Revisão Constitucional e se pede aos grupos parlamentares para não ratificarem a Lei dos Despedimentos e permitam a verificação da sua constitucionalidade.

Esta moção foi apresentada por Manuel Mendes, da comissão Executiva da CGTP, sendo aprovada por unanimidade e aclamação pelos milhares de pessoas presentes, que na mesma moção se comprometem a empenhar-se activamente nas eleições para o Parlamento Europeu.

Empresas como a Oliva, Renault e Toyota viram os seus trabalhadores desfilar em carros alegóricos espe-

cialmente construídos para esta comemoração, acompanhados por outras «viaturas enfeitadas» da União dos Sindicatos de Aveiro, Sindicato dos Metalúrgicos, Têxteis, Gráficos, Função Pública, entre outros.

Também em Braga as provas desportivas iniciaram as comemorações desta festa nacional, com a participação de mais de mil e quinhentos atletas.

À tarde concentraram-se milhares de trabalhadores nos concelhos de Braga, Guimarães e Famalicão, unânimes no protesto à política laboral e social do governo.

Neste distrito foram aprovadas variadas moções, das quais destacamos a decisão dos trabalhadores da região em lutar pela defesa das conquistas democráticas consagradas na Constituição, a manifestação de solidariedade com a pró-sindical da PSP, a exigência ao Governo e Assembleia da República da concretização do Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito, o fim dos atentados aos direitos dos trabalhadores, a aplicação da semana de 40 horas, a anulação no dia 9 do Pacote Laboral aquando da discussão, nessa data, da lei dos despedimentos e a condenação da política geral do Governo.

Trabalhadores

Regulamento camarário afecta liberdade de expressão

Embora «pugne por uma cidade limpa», a União dos Sindicatos de Lisboa entende que o regulamento sobre afixação de propaganda afecta «exclusivamente» o respectivo direito e «a liberdade de expressão».

Num parecer enviado ao presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a USL considera que o regulamento deveria esperar o veredicto do Tribunal Constitucional.

Pendente ainda há dias da aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, aquele diploma deveria aguardar, também no entender da USL, que o Tribunal declarasse a constitucionalidade da lei em que o mesmo se baseia, ou que o origina, pois «não é limitando o direito de propaganda que a cidade melhora».

A ser aprovado, acrescenta a USL, o referido regulamen-

to deveria incluir os critérios que presidem ao exercício do direito de propaganda. Deveria ainda, segundo a União, levar a Câmara a procurar um consenso para a objectivação desses critérios. Deveriam ser definidas «as condições de remoção» e garantidas áreas mínimas e aceitáveis quanto aos locais de afixação. Essas áreas deveriam ser «consensualmente definidas», acentua a USL.

«Não são os cartazes ou as faixas que se podem culpar pelo que da gestão camarária resulta», ou venha a resultar, lê-se num telex da USL.

Depois de referir sucintamente os grandes males que prejudicam verdadeiramente a cidade (e a sujam), incluindo «uma arquitectura sem qualidade nem inovação», a União dos Sindicatos de Lisboa, na sua qualidade de

«utilizadora regular» da propaganda, conclui, perante o regulamento de propaganda que não descortina onde poderá exercer o respectivo direito, por exemplo durante os períodos eleitorais, quando os espaços estão destinados aos partidos políticos.

No parecer que remeteu ao presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a USL conclui que o regulamento, «limitando-se à definição de prazos», continuará a efectuar «exclusivamente o direito de propaganda» e, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão, numa matéria que «é de conciliação de direitos, com o direito de propriedade e o direito de ambiente».

Ao não beliscar estes dois últimos, o regulamento mantém-se, para a USL, «no terreno da duvidosa constitucionalidade».



... E a propaganda também

Greves

Estaco, hospitais, consulados e missões diplomáticas, impostos, Marriott

Por incumprimento do contrato de trabalho, não aplicação do estatuto profissional, horário de trabalho, revisão das carreiras, discriminação salarial, entre outros motivos, recorreram e vão recorrer à greve milhares de trabalhadores da empresa **Estaco**, de Coimbra, dos **hospitais** (pessoal auxiliar, operário e motorista), dos **consulados e missões diplomáticas**, da Direcção Geral de Contribuições e Impostos, e da empresa **Marriott Portugal**, tendo paralisado estes últimos em 25 do corrente, com uma adesão superior a 90 por cento, por um período de 24 horas.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, a greve na **Marriott** foi decretada contra a discriminação salarial, contra a repressão e pelo cumprimento do ACT (acordo colectivo de trabalho) das empresas abastecedoras.

Na **Estaco**, a administra-

ção não cumpre o contrato colectivo de trabalho, no que respeita ao pagamento das diuturnidades. Com a sua luta, que perfez, em 28 do mês passado, nove dias de paralisação desde Março findo, os trabalhadores já conseguiram que lhes fosse pago o subsídio de doença (750 trabalhadores abrangidos) e a prestação da «assis-

tência inadiável ao agregado familiar», e que acabassem os contratos a prazo.

No período de greve de três dias, que terminou em 28 do mês passado, a adesão foi de 95 por cento, segundo elementos fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica e Cimentos do Distrito de Coimbra.

No mesmo dia 28, em mais uma tentativa para resolver o assunto (pagamento das diuturnidades), uma delegação de trabalhadores da **Estaco** deslocou-se à Assembleia da República «para expor o problema aos grupos parlamentares».

Nos **hospitais**, segundo os Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro (Coimbra) e do Sul e Ilhas (Lisboa), o pessoal auxiliar, operário e motorista paralisa (2, 4 e 5 de Maio) para que se torne efectivo o direito já alcançado às 36 horas de trabalho semanal.

Nos **consulados e missões diplomáticas**, haverá greve nos próximos dias 5 e 26 do corrente, se entretanto não for aplicado o estatuto profissional dos respectivos trabalhadores e se persistir «a recusa inexplicável do Ministério dos Negócios Estrangeiros», que não quer dialogar com os interessados para tratar da revisão salarial.

Na **Direcção Geral de Contribuições e Impostos**, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores afirmava, em comunicado de 27 de Abril findo, que a greve «foi assumida como primeira fase de um processo de luta, que se prevê longo e difícil».

CEE/Mercado Único

Sindicatos querem informações

Um grupo de sindicatos, encabeçado pela Federação Nacional da Função Pública (FNSFP), veio a público em 26 do mês passado afirmar que pretende «urgentes e claras informações» sobre vários pontos concretos relacionados sobre o Mercado Único Europeu.

Num comunicado sob o título «Mercado Único Europeu-1992: Que consequências para os trabalhadores?» a já mencionada FNSFP; a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses; a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos; o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; e o Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas querem saber quais «os planos e medidas concretas que respeitam às actividades abrangidas» pelas mesmas organizações sindicais.

Essas informações, no entender dos signatários do comunicado distribuído em público, deveriam fundamentar e justificar, como afirmam, «o optimismo que a propaganda oficial tão insistentemente difunde».

Antes de anunciar que aquelas organizações sindi-

cais vão efectuar uma conferência sobre o assunto antes do fim do ano, o comunicado refere-se ao Mercado Único nos termos seguintes:

- «O previsível impacto negativo daquela realização comunitária, especialmente nos planos económico e social, é da inteira responsabilidade do Governo actual e dos anteriores, provando que os objectivos políticos perseguidos não foram acompanhados das necessárias medidas de desenvolvimento, com vista à integração sem traumas num sistema em que a competitividade é factor primordial.

- «Na parte respeitante às actividades em questão (representadas pelos sindicatos signatários), não foram efectuados quaisquer estudos, nem sequer consultadas as organizações sindicais e empresariais. O voluntarismo, o dirigismo e o mais completo desprezo por regras democráticas, que apontam para a participação dos sectores

afectados, foram e continuam a ser as características dominantes de todo o processo, desde o pedido até à concretização da adesão, desde a aprovação às cegas do Acto Único Europeu pela Assembleia da República até à entrega do Plano de Desenvolvimento Regional, em tempo «record», mas sem a mínima participação dos órgãos autárquicos.

- «A insuficiência e a incorrecta aplicação dos Fundos estruturais e sociais, acrescidas do oportunismo, das fraudes e da inconsequência que vêm caracterizando a sua aplicação, legitimam todas as preocupações em relação à pretendida preparação do País para as transformações que se avizinham.

- «Não obstante competir ao Governo, e a outras entidades e personalidades responsáveis pela situação, encerrar o chamado «desafio de 1992», para o qual as organizações sociais não foram ouvidas nem informadas, compete ao movimento sindical encontrar formas de intervenção activa no desenrolar dos acontecimentos, tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores e, numa perspectiva mais ampla, dos interesses nacionais. 1992, ou a concretização do Mercado Único, não pode constituir motivo ou argumento para a destruição do sector público da economia, para a liquidação das médias e pequenas empresas e para o aumento do desemprego; pelo contrário, deve motivar o reforço da competitividade do sector empresarial do Estado, o desenvolvimento harmonioso do País, a criação de novos postos de trabalho e a salvaguarda da independência nacional», concluem as Federações e os Sindicatos subscritores do documento sobre o Mercado Único Europeu.



No 1.º de Maio, a representação de um sector ameaçado pelo Mercado Único

Ameaças ecológicas

Perante «as ameaças ecológicas actuais» — e entre elas ressalta o alargamento do campo de tiro de Alcochete — as Uniãos Sindicais de Lisboa (USL) e Santarém (USSA) reuniram-se para «definir a intervenção do movimento sindical» na matéria.

De acordo com um comunicado da USL, emitido anteontem, serão aprofundados contactos com as autarquias mais directamente afectadas por aquele alargamento. Destaca-se entre elas Benavente.

Segundo o gabinete de Imprensa da USL, a sua congénere de Santarém forneceu pormenores sobre «o elevado grau de poluição do rio Alviela». Este afluente do Tejo é muito afectado pela indústria de curtumes em Alcanena.

A União dos Sindicatos de Setúbal participará, por seu turno, na próxima reunião sobre o assunto, prevista para os finais deste mês. Será debatido o tipo de iniciativas a desenvolver neste campo pelo movimento sindical.

Trabalhadores

Sindicato de Setúbal continua a protestar contra despacho «pirata»

Depois de várias diligências junto de entidades oficiais e dos grupos parlamentares, para que o caso seja levado à Assembleia da República, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-SUL), com sede em Setúbal, continua a protestar publicamente contra um despacho do Governo, que considera ilegal e «pirata», pois, sem auscultação prévia dos trabalhadores através das suas organizações representativas, pretende «liberalizar o horário de funcionamento dos estabeleci-

mentos comerciais» da península de Setúbal.

Terça-feira passada, num novo *telex* sobre o assunto, o CES-SUL adiantava que parte das suas diligências para a não aplicação do despacho tinham surtido efeito, «já que só meia dúzia de patrões oportunistas têm vindo a ameaçar trabalhadores com represálias, por estes não aceitarem a mudança do horário».

O CES-SUL sublinha que se trata nesses casos de «indivíduos bem conhecidos pelas constantes e repetidas ile-

galidades praticadas no sector».

Entretanto, os representantes sindicais dos trabalhadores «têm sido ouvidos», nas suas reclamações contra o despacho, por diversas individualidades e organizações, «com destaque para a Associação dos Municípios e Câmara Municipal do Seixal, que pedem a anulação do despacho por procedimento ilegal».

Registe-se ainda que o PCP e o PRD, segundo o CES-SUL, «deram instruções aos seus deputados na Assem-

bleia da República para solicitarem a anulação daquela medida», que o Sindicato considera «prepotente», além de ilegal, como já se referiu.

Quanto ao PS, o CES-SUL acrescentava terça-feira passada que, como acontecera com os ministros do Comércio e do Emprego e com a governadora civil, ainda não tinha respondido ao pedido de audiência para tratar do assunto.

Entretanto, um documento de contestação do despacho já recolhera, até anteontem, mais de mil assinaturas de trabalhadores.

Interjovem participa no 1.º de Maio

Com destaque para uma campanha contra a precariedade do emprego, a Interjovem — associação sindical juvenil recentemente criada — reforça a sua organização e intervenção, incluindo naturalmente o 1.º de Maio, no qual participa em espaço próprio.

Numa recente reunião em Coimbra, o conselho nacional da Interjovem decidiu eleger

o seu órgão executivo — o secretariado — e, entre outras medidas, «implementar e reforçar a implantação a nível regional e sectorial».

O secretariado terá nove elementos, conforme foi decidido pelo conselho nacional.

Este órgão decidiu também «participar activamente na preparação do 6.º Congresso da CGTP-IN».

A campanha contra a pre-

cariedade de emprego constará de mesas-redondas, tribunais de opinião, boletins de «votos contra», abaixo-assinados e outras iniciativas, que prosseguirão até finais de Junho.

Sindicalismo na Europa

Na mesma reunião de Coimbra, o conselho nacional

da Interjovem resolveu participar no seminário sobre «Sindicalismo na Europa, na perspectiva do Mercado Único». A iniciativa decorre em Madrid, de 12 a 16 de Junho.

Ainda no plano internacional, a Interjovem participa também no 13.º Festival da Juventude e dos Estudantes, que está anunciado para os dias 1 a 8 de Julho, na Coreia do Norte.



Desfilando segunda-feira na Almirante Reis

Metalúrgicos Jornada na terça-feira

Participação e luta nas empresas

Mantinha-se marcada para 9 do corrente, no princípio desta semana, a jornada de luta dos trabalhadores do sector da metalurgia, metalomecânica e minas, conforme foi convocada pelo conselho nacional da Federação do ramo (FSMMMP). A decisão de adoptar mais uma vez esta forma de luta foi tomada em 20 do mês passado numa reunião daquele órgão da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, efectuada em Riomeão, distrito de Aveiro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Os motivos anunciados para a realização da jornada são, além dos de ordem geral, como a recusa do pacote de legislação aprovada para o trabalho, a defesa do sector empresarial do Estado, do regime democrático e da Constituição, os de carácter específico, como a revisão do

acordo colectivo de trabalho vertical (OCTV).

No que respeita à revisão constitucional, a comissão executiva (direcção) da FSMMMP afirma que «é manifestamente reprovável e condenável a atitude da direcção do PS, ao dispor-se a facultar os votos dos seus deputados ao PSD, para que a direita consiga tão antipatrióticos objectivos. No acordo PS/PSD para a revisão da Constituição — prossegue a FSMMMP — o SEE (sector empresarial do Estado) e a Reforma Agrária seriam pura e simplesmente liquidados, com todas as graves consequências para a economia, soberania nacionais e, naturalmente, para as empresas do sector (mineiro, naval, siderurgia e metalomecânica)».

Além da jornada da próxima terça-feira, prosseguirá a luta nas empresas pela «satisfação das reivindicações».



No desfile do 1.º de Maio em Lisboa

À venda

PROGRAMA
PCP
ESTATUTOS

edições
Avante!

Sindicato da PSP Protesto e solidariedade

Além dos veementes protestos da CGTP e da UGT, pelos graves acontecimentos da responsabilidade do Governo, registados na Praça do Comércio, em Lisboa, em 21 do mês passado, durante uma concentração de sindicalistas da PSP, atacados por elementos do Corpo de Intervenção, vulgo polícia de choque, juntamente com inúmeros transeuntes que passavam no local, ou presenciavam a acção repressiva, continuam a chegar aos órgãos da comunicação social numerosas tomadas de posição, protestando e solida-

rizando-se com as organizações sindicais, os seus activistas e dirigentes na PSP.

Entre as numerosas resoluções e outros documentos remetidos aos órgãos de soberania, aos jornais, rádio e TV, destacamos os dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública do Sul, Açores e Madeira; Norte; Centro; Federação Nacional dos Sindicatos do mesmo sector (FNSFP); Sindicato dos Médicos da Zona Sul; Interjovem; e Organizações Representativas (ORT's) da Grundig Electrónica de Portugal, com sede em Braga.

Assembleia da República

Revisão da Constituição

— a quem serve?



■ Carlos Brito

O processo da revisão da Constituição entrou na fase decisiva com a discussão e votação pelo Plenário da Assembleia da República das alterações propostas. Muito pouco está ainda consumado, no entanto.

É por isso ainda possível não só teórica mas praticamente agir para impedir a concretização de algumas das alterações mais atentatórias do regime democrático português.

As circunstâncias políticas que rodeiam esta fase conclusiva do processo de revisão contribuem, também, para que se possa fazer já uma avaliação muito clara do significado e das consequências extremamente negativas do conjunto das alterações que decorrem do acordo PSD/PS firmado em Outubro passado e desde então a pauta comum por que tocam os dois partidos em matéria de revisão da Constituição.

O quadro político

O quadro político nacional é dominado tanto pelo acelerado descrédito do Governo e a degradação da imagem do cavaquismo, como pelos seus esforços permanentes, agora ainda mais frenéticos, para manter e alargar o Estado laranja e reforçar e concentrar o poder nas suas mãos.

Trata-se de uma constatação que parece recolher a unanimidade da análise das forças oposicionistas. Fundamenta-a o espectacular fracasso da política económica e financeira do Governo em aspectos fundamentais, a luta de massas e a contestação social de uma amplitude raramente verificada, os escândalos fragorosos que levam à demissão um secretário de Estado, envolvem, entre outros, dois membros do Governo dos mais destacados e tocam o próprio Primeiro-Ministro que com eles se solidariza, a convicção generalizada na opinião pública de que o nepotismo e o clientelismo são linhas de força essenciais da acção governativa do PSD em todas as áreas. Fundamenta-a, também, o autoritarismo do Primeiro-Ministro e do Governo, o carácter persecutório da sua acção sempre mais pronta a abater os adversários, os que contestam e criticam do que apurar a verdade e servir o interesse nacional, a redução antidemocrática do espaço e das condições de intervenção das forças oposicionistas, o permanente vezo para a governamentalização, a incapacidade para o diálogo e a propensão repressiva.

A largada selvática da Polícia de Intervenção contra os manifestantes do Movimento Pró-Sindical da PSP e a generalidade dos transeuntes que passaram pelo Terreiro do Paço na tarde da passada sexta-feira, 21 de Abril, é um recente e inquietante testemunho da concepção totalitária que caracteriza a governação do PSD e da disposição do Governo de recorrer a práticas comuns nos tempos da ditadura fascista, mesmo quando isso pode acarretar traumas e rupturas de consequências imprevisíveis, como as que podem ser originadas pela decisão de atirar polícias contra polícias.

A largada selvática da Polícia de Intervenção contra os manifestantes do Movimento Pró-Sindical da PSP e a generalidade dos transeuntes que passaram pelo Terreiro do Paço na tarde da passada sexta-feira, 21 de Abril, é um recente e inquietante testemunho da concepção totalitária que caracteriza a governação do PSD e da disposição do Governo de recorrer a práticas comuns nos tempos da ditadura fascista, mesmo quando isso pode acarretar traumas e rupturas de consequências imprevisíveis, como as que podem ser originadas pela decisão de atirar polícias contra polícias.

O papel da revisão qual é?

É neste quadro que é legítimo interrogar qual vai ser o papel da revisão da Constituição? Como é que a revisão

vai influir nesta evolução da vida política nacional? Ao fim e ao cabo a quem serve a presente revisão da Constituição?

A melhor forma de desmascarar e combater uma revisão globalmente negativa como a que está em curso é caracterizá-la com rigor e não exagerar os seus termos. Há por isso que dizer que o PSD não vai obter a substituição da Constituição de Abril por uma Constituição cavaquista como o projecto laranja de revisão constitucional prefigurava. Mas há que deixar dito com toda a clareza que o PS se prepara para fazer com o PSD os dois terços necessários à concretização de alterações à Constituição que correspondem a objectivos estratégicos fundamentais do cavaquismo e de toda a direita nos domínios político, económico e social.

Desta forma, o PS lança uma bóia de salvação ao cavaquismo em crise e processo de degradação, fornece-lhe novos balões de oxigénio que vão ser por ele utilizados no prosseguimento de práticas antidemocráticas e na concretização do seu projecto de perpetuação no poder, de hegemonização e dominação da vida nacional.

Quase se pode dizer que no mar encapelado das dificuldades com que se debate Cavaco Silva a única coisa que lhe corre bem é a revisão da Constituição, graças ao PS.

Os dirigentes socialistas costumam dizer, no entanto, que a revisão da Constituição em que estão comprometidos não é feita para este Governo, é feita para qualquer governo. Só que com esta revisão o PS dá instrumentos tão poderosos ao actual Governo que se corre o risco de, apesar do seu crescente descrédito, tão cedo não haver qualquer outro.

As mais graves cedências do PS

Não se exagera (como vamos ver mais em concreto), quando evidenciamos aquelas conclusões gerais.

Começemos pela organização do poder político.

Ao aceitar a diminuição do número de deputados para 230 ou 235, o PS cede às campanhas da direita contra a Assembleia da República e cede ao vezo antiparlamentar de Cavaco Silva para quem a simples existência de deputados que fiscalizem a acção governamental é insuportável, por isso quanto me-

nos melhor. Mas esta cedência tem um significado político concreto muito mais grave, pois a redução do número de deputados é sobretudo suportada pelos partidos da oposição, em especial pela CDU, por isso altamente favorável ao PSD. Por outro lado, a redução do número de deputados combinada com a alteração dos círculos ou da sua composição pode significar uma severa adulteração do princípio de representação proporcional, conduzindo a que para a eleição de um deputado da CDU sejam precisos incomparavelmente mais votos do que para a eleição de um deputado do PSD ou do PS.

O PS cedeu aos propósitos governamentalizadores de Cavaco Silva ao aceitar que a Assembleia da República só pode suspender os decretos-lei do Governo que sejam feitos ao abrigo de autorização legislativa (actualmente pode-se suspender todos os decretos-lei) e ao aceitar um dispositivo de caducidade automática dos pedidos de apreciação parlamentar de decretos do Governo. O PS colabora assim no esvaziamento do instituto de ratificação, limitando um aspecto essencial dos poderes de fiscalização da Assembleia sobre o Governo, sem que tenha contribuído para introduzir no texto constitucional qualquer outro de entre os muitos que os partidos da oposição, incluindo o PS, propuseram.

O PS cede ao centralismo cavaquista e às suas campanhas contra a Regionalização, ao sacrificar o processo de criação das regiões administrativas no seu acordo com o PSD. O PS aceita não só a manutenção explícita da obrigatoriedade simultânea na criação das regiões administrativas, como deixou derrotar a norma transitória do seu projecto de revisão que obrigava à criação das regiões administrativas no prazo de um ano a contar da entrada em vigor da lei de revisão.

Os dirigentes do PS podem continuar a fazer apaixonadas declarações a favor da Regionalização, mas a verdade é que na revisão da Constituição libertaram Cavaco Silva dessa dor de cabeça.

Passemos ao domínio económico.

Através do acordo de revisão, o PS concede ao Governo cavaquista vastos poderes para desnacionalizar empresas e sectores, num momento em que a preparação para o embate de 1992 exige, como em vários quadros se vai reconhecendo, a garantia constitucional de um forte sector empresarial do Estado capaz de contribuir para que a economia portuguesa resista à dominação pelos monopólios transnacionais e os interesses estrangeiros. No seu projecto de revisão o PS ainda exigia que as privatizações fossem reguladas por lei aprovada por maioria de dois terços, mas no acordo com o PSD acabou por decair dessa exigência entregando tudo à decisão do Governo. É a cedência completa à gula do grande capital e ao processo de reconstrução do capitalismo monopolista de Estado que Cavaco Silva tem como objectivo supremo. É ao mesmo tempo e em consequência a desestabilização da situação dos trabalhadores das empresas públicas e um grave atentado aos seus direitos.

Ao contrário do que o PS sempre proclamou, as privatizações poderão fazer-se mesmo por negociação particular, com quebra da regra do concurso público e o seu produto poderá servir para cobrir despesas correntes, possibilitando assim ao Governo alimentar através da venda de empresas públicas as operações eleitoralistas do PSD.

No domínio do planeamento, o PS concede ao Governo a eliminação de um vasto conjunto de normas, facultando-lhe a continuação das práticas centralistas e governamentalizadoras dos instrumentos de planeamento, mantendo à margem a Assembleia da República, as autarquias locais, os partidos da oposição, os sindicatos e outros parceiros sociais como escandalosamente acaba de acontecer com um instrumento da importância do PDR, que compromete durante 5 anos a quase totalidade dos fundos comunitários e grande parte do investimento nacional.

No domínio da política agrícola, o acordo PSD/PS reduz os direitos dos agricultores. É pela mão do PS que é suprimida a referência constitucional à Reforma Agrária e embora mantendo como incumbência do Estado a eliminação dos latifúndios, debilita o quadro constitucional para esse efeito aplicável, aumentando a margem de manobra do Governo na sua ofensiva contra os trabalhadores das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo.

Através do acordo de revisão, o PS concede também ao Governo uma mais larga margem de manobra para a sua ofensiva contra o SNS, ao pôr em causa uma das suas características essenciais — a gratuidade — o que para a generalidade dos cidadãos se traduzirá no acesso mais difícil à Saúde.

Falta juntar a este rol vasto e gravíssimo, dos instrumentos e dispositivos que o acordo de revisão PSD/PS concede ao Governo Cavaco Silva e à sua maioria parlamentar, os do domínio estratégico da comunicação social. As cedências neste terreno são as mais surpreendentes, o PS não se limita a acordar com o PSD algo de muito diferente do que tinha proposto, mas acorda até o oposto do que propusera. É assim que o PS se prepara para defender e votar conjuntamente com o PSD a admissão da inexistência de qualquer jornal do Estado, a aceitação como irreversível da escandalosa concessão das frequências de rádio, a inexistência de garantias contra o leilão das rádios públicas, a quebra da exclusividade pública na TV sem fixação

constitucional de regras sobre o futuro regime da TV privada (deixando inteiramente ao PSD o poder de o fixar), a diminuição do direito de antena e de resposta dos partidos da oposição, a extinção do Conselho de Comunicação Social (substituído por uma Alta Autoridade de composição governamentalizável e só parcialmente definida na Constituição) (!).

Tais são a traços largos e resumidamente, os aspectos mais salientes das gravíssimas e indeclináveis responsabilidades que o PS assumirá se concretizar até ao fim o acordo de revisão que firmou com o PSD. Não está tudo ainda, pois não podia deixar de se lembrar, pelo valor simbólico que reveste, que muito provavelmente será pela mão do Partido Socialista que as referências expressas ao socialismo serão eliminadas do texto constitucional.

O último momento para intervir com eficácia

Ao sumarizar estes aspectos centrais, ao esclarecê-los e debatê-los com a opinião pública, com outros partidos e forças democráticas e insistentemente com o próprio PS, não nos tem movido, nem nos move o espírito de qualquer campanha anti-PS (as nossas preocupações são partilhadas, aliás, por prestigiados e destacados socialistas), mas o propósito de responsabilizar o PS e de levarmos até ao último momento o esforço para que o PS reconsidere alterações constitucionais que acordou com o PSD e que se afiguram absolutamente absurdas por tão favoráveis aos interesses da concentração de poder pelo cavaquismo. Destas questões centrais apenas a matéria relativa à comunicação social foi objecto de votações no Plenário. Este é portanto o último momento para a opinião pública intervir com eficácia.

Na Assembleia da República o processo tende agora a correr celeremente pois os dois partidos aliados na revisão não querem um verdadeiro debate, mas uma marcha forçada de 15 reuniões plenárias, a toque de caixa, com o cronómetro na mão, com votações amalgamadas, os direitos dos deputados reduzidos e mínimos tempos de intervenção para os opositores do acordo. O objectivo é claro: impedir que seja compreendido pelo País (e em alguns casos pelos próprios deputados) o sentido e o significado das graves alterações que se preparam para introduzir no texto constitucional e consequentemente não dar tempo às reacções da opinião pública e particularmente do eleitorado dos partidos comprometidos no acordo de revisão da Constituição.

Pela parte do PCP, usaremos até ao limite os nossos direitos e os nossos tempos para impedir ou atenuar as alterações mais negativas, para forçarmos o esclarecimento, para compreendermos nós e proporcionar que o País compreenda as

razões e os objectivos deste absurdo acordo de revisão da Constituição, que Vítor Constâncio estranhamente subcreveu quando já estava no estribo para abandonar o cargo de secretário-geral do PS e que ainda mais estranhamente a nova direcção do PS confirmou por inteiro, sem pôr em causa uma vírgula que fosse, manifestando, em vez disso, uma enorme pressa na sua execução.

Fazêmo-lo com a plena consciência de já termos até agora, contribuído determinadamente com a posição de defesa activa da Constituição, que o PCP assumiu desde o início da revisão para impedir soluções ainda mais negativas das que irão ser consagradas, de termos evitado que fossem directamente alteradas áreas constitucionais de grande importância como a que protege os direitos dos trabalhadores e de termos contribuído para alterações que enriquecem e melhoram o texto da Constituição, como a proibição do trabalho infantil, a ampliação do direito de acção popular, e a defesa da língua portuguesa, como tarefa do Estado.

Em nossa opinião devemos estar altamente desconfiados em relação à pressa interpretativa daqueles defensores do acordo PS/PSD que se adiantam agora a proclamar que estamos perante uma nova Constituição, ou até de uma Constituição de sinal oposto. Não é disso que se trata evidentemente. As grandes cedências do PS, a serem consumadas na revisão da Constituição como se indicia, constituirão, contudo, uma grave desfiguração do regime democrático português. Defendemos por isso que tudo deve ser ainda feito para o impedir.

Como pode o PS manter, e manter na totalidade, um acordo de revisão da Constituição que concede novos poderes e novos instrumentos de poder a um Governo e uma maioria parlamentar cujas concepções totalitárias e os métodos fascizantes têm sido tão exuberantemente manifestados nestes primeiros meses de 1989 e assumem expressão paradigmática na brutal repressão do movimento sindical da PSP?

Esta parece-me ser a interrogação crucial sobre a qual importa reflectir e exortar a reflexão de todos os que podem ainda intervir, de alguma forma, para a mudança dos rumos da revisão.

A quadra comemorativa dos 15 anos do 25 de Abril é propícia à reflexão e à iniciativa para preservar e continuar as grandes criações da Revolução em cuja matriz se inscreve a Constituição da República.

(¹) Já depois de estar escrito este artigo foi feita a votação das alterações à Constituição que eliminam o Conselho da Comunicação Social e introduzem no texto constitucional a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Reveste um importante significado político a divisão que se verificou na bancada do PS nesta votação. Três deputados votaram contra e outros dezassete, embora votando a favor, apresentaram declarações de voto em que se manifestaram contra este ponto do acordo PSD/PS.

Assembleia da República



Comunicação Social Capitulação do PS dá novas armas ao cavaquismo

• No decorrer do debate os parlamentares comunistas mantiveram um aceso e intransigente combate enquanto a bancada da maioria laranja assistia, regozijada, à defesa do Acordo pelos deputados do PS

Insensível aos reiterados apelos provenientes de todos os quadrantes da opinião democrática para que reconsiderasse as suas posições, o PS levou na passada semana até ao fim os seus compromissos com o PSD em matéria de comunicação social, área reconhecidamente aceite como uma das traves mestras do ordenamento constitucional (apenas estão por concluir as alíneas do artigo 38.º relativas à televisão, cuja votação, por força de um dispositivo regimental utilizado pelo PCP, foi adiada para hoje).

Resignação do PS

E fê-lo, repita-se, contra a opinião de todas as restantes forças políticas da oposição (do PCP ao CDS) e mesmo contra a vontade de um terço dos deputados socialistas — quatro votaram contra e dezasseis, embora votando a favor, manifestaram, em declaração de voto, a sua discordância pelas soluções adoptadas —, facto que torna ainda mais inaceitável tão perigosa cedência do PS aos desígnios da maioria laranja que por esta via vê satisfeitas as suas reclamações quanto à supressão de garantias essenciais em matéria de liberdade de informação.

É que, em causa, como foi insistentemente demonstrado no debate, está a entrega ao PSD de instrumentos preciosos que este poderá gerir a seu belo prazer para a construção e até a manipulação da opinião pública.

Daí que a postura de cedência do PS, a forma como decaiu das suas posições iniciais, o ar de resignação assumido pelos seus deputados no decorrer do debate, tenham suscitado alguma perplexidade e uma séria apreensão junto de amplos sectores democráticos.

Na verdade, como compreender que o acordo com o PSD esteja a ser cumprido pelo PS neste e noutros pontos num quadro político em que Cavaco Silva o viola continuamente na acção governativa, amarrando ao mesmo tempo o PS a compromissos que concedem novas armas ao cavaquismo?

Vozes discordantes no PS

Na manhã do dia seguinte à votação tendente à extinção do Conselho de Comunicação Social era aliás notória a admoestação e o mau estar na bancada do PS gerados não só pela declaração de voto subscrita pelos dezasseis deputados socialistas como também pelas declarações de Torres Couto publicadas nesse mesmo dia num semanário, onde este afirma taxativamente que o «PS devia suspender o acordo constitucional».

Na declaração de voto onde assumem pública discordância pela criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, nos termos do acordo PS/PSD, aqueles deputados explicam a sua posição referindo nomeadamente que a composição e competência desta entidade não «garantem de forma plena e rigorosa a consagração

de um sistema que assegure a independência e o pluralismo adequados», nomeadamente no que respeita ao licenciamento de empresas privadas de televisão e de rádio e à escolha dos directores dos órgãos de Comunicação Social pertencente ao sector público empresarial».

Surdo a estas vozes vindas do interior do seu próprio grupo parlamentar, o PS não alterou no entanto a sua posição, assumindo-se mesmo através de António Vitorino e Almeida Santos como porta-voz e defensor do acordo, que procurou justificar como uma «inevitabilidade», mas sem que fosse capaz de refutar as críticas que ponto por ponto ao longo do debate desnudaram as gravíssimas consequências das soluções projectadas.

Maus argumentos

O PS chegou mesmo a refugiar-se durante os debates no argumento supremo do anticomunismo para procurar rechaçar quaisquer críticas ao acordo, recusando-se a considerar os apelos reiteradamente feitos pela bancada do PCP no sentido de que fosse cumprida a promessa de Jorge Sampaio de reavaliação dos termos do pacto com o PSD. Proferidas na véspera, à saída de Belém, as palavras do secretário-geral do PS, recorde-se, admitiam a reconsideração no decorrer do debate de algumas questões constantes do acordo celebrado entre os dois partidos.

Ora, a verdade é que se havia matérias da arquitectura constitucional que importaria defender, esta, como frisou José Magalhães, era uma delas. «Se não reconsideram nesta matéria que é decisiva, então, em qual é que reconsideram?», perguntaria o deputado comunista.

Só que o PS não estava para aí virado. Era a capitulação total face às exigências do PSD. Particularmente chocante tornou-se mesmo, já o dissemos, o modo resignado, quase em jeito de promessa que tem de ser cumprida, num repisar permanente de maus argumentos, como os deputados socialistas tentaram algo embaraçadamente defender o indefensável, incapazes de esgrimir uma única razão que revelasse as virtudes do seu modelo de audiovisuais.

Péssimo negócio

Um embaraço, bem vistas as coisas, compreensível. Com efeito, como conseguir fazer passar por boa uma so-

lução que viabiliza enquanto conquista irreversível do PSD a governamentalização da concessão de frequências da radiodifusão?

Como explicar a passagem de certidão de óbito ao actual Conselho de Comunicação Social (eleito por maioria de dois terços dos deputados) para, em sua substituição, engendrar uma Alta Autoridade para a Comunicação Social — o deputado «Verde» Herculano Pombo chamou-lhe «Alto Comissário para o controlo da Comunicação Social» — eleita por maioria simples (do PSD) e com composição maioritária deste partido?

Como vencer os portugueses quanto às vantagens da supressão do sector público da imprensa escrita (nos termos do acordo, assinala-se, o sector público apenas inclui rádio e televisão) ou da abertura descontrolada e sem regras da televisão à iniciativa privada?

Foram, pois, todas estas questões que os partidos da oposição, e designadamente o PCP, trouxeram para o centro do debate. Inconformados com a postura de cedência do PS, os deputados comunistas confrontaram-no mesmo até ao derradeiro momento com as suas responsabilidades, insistindo sempre em procurar saber como é que é possível aceitar que não sejam estabelecidas na Constituição regras mínimas que consagrem o pluralismo, a transparência, a liberdade de expressão e o não compadrio.

A questão é tanto mais pertinente quanto se sabe estarem já a sentir-se hoje, como frisou ao «Avante!» o deputado Jorge Lemos, os efeitos perversos da solução adoptada em relação à radiodifusão, onde imperou o clientelismo na distribuição de frequências, uma solução cujos contornos são idênticos aos que se pretendem agora instituir.

Inconformismo do PCP

Ora foi contra esta solução que se bateram energeticamente os deputados do PCP, apostados desde o início em travar uma batalha tendo em vista o aperfeiçoamento e não a desfiguração da Lei Fundamental.

Combativos, os parlamentares comunistas insistiram em levar ao plenário não apenas as suas próprias críticas mas as feitas por todos os outros quadrantes que se opõem ao rumo da revisão constitucional.

Em matéria de Comunicação Social, por exemplo, isso esteve particularmente patente, com o PCP a usar argumentos e a fazer críticas que são hoje partilhadas pelo Conselho de Comunicação Social, pelo Conselho de Imprensa, pelo Sindicato dos Jornalistas, e por deputados

e destacados dirigentes do PS.

Com um PS resignado e a baixar os braços, com um PCP inconformado e combativo, o debate sobre comunicação social ofereceu-nos ainda como curioso registo a forma como a bancada do PSD disfrutou dos benefícios da execução do acordo, não ocultando o júbilo e a arrogância decorrentes desses factos, e remetendo-se à posição confortável de assistir à defesa do acordo pela bancada socialista. Enquanto outros grupos parlamentares (caso do PRD) se viram forçados a gastar tempo da semana seguinte não deixa de constituir um dado significativo que a maioria governamental não tenha usado neste debate 120 minutos do tempo semanal que dispunha.

Unões de facto

Entre os artigos apreciados na semana finda um destaca também para o 36.º relativo à família, casamento e filiação. De positivo, há a assinalar a rejeição de uma proposta do CDS sobre a questão do divórcio, a qual apontava no sentido de restrições à sua concessão, e a aprovação por unanimidade de uma proposta do PCP, assumida pela CERC, em que se prevê que a Constituição passe a incluir a par do dever de educação o dever de manutenção dos filhos pelos pais.

A questão das uniões de facto foi igualmente abordada, tendo-se concluído que o actual texto constitucional já protege estas situações. O próprio CDS reconheceu que uma vez que a união de facto estava institucionalizada a lei teria que proteger essas situações, posição esta que contraria a matriz tradicional do conceito de família daquele partido.

PSD armadilha regionalização

A proposta do PSD de novo adiamento até final do corrente ano do processo de Regionalização apresentada faz hoje oito dias na Comissão Parlamentar do Poder Local é reveladora da intenção deste partido de manter em compasso de espera a criação das Regiões e de continuar a gerir a seu belo prazer e proveito as verbas dos Fundos da CEE.

A acusação partiu do Grupo Parlamentar do PCP e foi tornada pública no próprio dia em que a referida proposta foi aprovada na Comissão de Poder Local apenas com os votos do PSD e a oposição de todos os restantes partidos. Dois deputados do PSD abstiveram-se.

Ao tomar esta decisão, a maioria governamental não esconde a sua vontade de protelar a votação na generalidade dos seis projectos de lei de todos os partidos representados na Assembleia da República sobre a Lei-Quadro das Regiões Administrativas.

Tal se afigura, porém, como inadmissível, uma vez que o relatório relativo à consulta pública feita às Assembleias Municipais — documento que deveria ter sido aprovado nesta reunião da Comissão Parlamentar realizada há precisamente uma semana — está já concluído há cerca de dois meses.

Mas ao desencadear esta manobra dilatória — verdadeira ruptura em todo o processo, como fizeram questão de salientar em conferência de imprensa expressamente convocada para o efeito os,

deputados comunistas Ilda Figueiredo, João Amaral e Carlos Carvalhas — o PSD coloca-se também contra a maioria das Assembleias Municipais.

Estas, recorde-se, em número de 165 (cerca de 60 por cento do total das Assembleias Municipais, representando aproximadamente 80 por cento dos eleitores do Continente) responderam dentro do prazo, pronunciando-se inequivocamente a favor da Regionalização. Apenas duas Assembleias Municipais, no conjunto das respostas se pronunciaram contra e três ou quatro abstiveram-se quanto à posição a tomar.

O PCP vai requerer, entretanto, que na sequência do debate realizado em 17 de Maio de 1988 — reunião plenária em que se decidiu a consulta pública — sejam de imediato agendados os projectos de lei-Quadro da Regionalização a fim de serem votadas na generalidade e, subsequentemente, se proceda à votação na especialidade.

No entender dos parlamentares comunistas, nem o Presidente da Assembleia nem a Comissão Parlamentar podem prorrogar o prazo que foi fixado pelo Plenário.

Mas, se isso suceder, garantiram, impugnarão essa decisão do Presidente (ou da Comissão), o que em qualquer dos casos significará que a matéria irá forçosamente a Plenário: ou para as votações, ou com o recurso do PCP sobre o adiamento.

Ramais da CP

A anunciada intenção governamental de proceder ao encerramento de estações e de ramais dos Caminhos-de-Ferro continua a suscitar uma onda de preocupação junto das populações atingidas. Inconformadas, populações e autarquias, reagem pelos mais diversos meios contra esta medida que, dizem, guiada por um estreitíssimo conceito economicista, compromete o desenvolvimento, prejudica os utentes e esvazia a função social do transporte ferroviário.

Só no distrito de Beja foram já encerradas 12 estações, encontrando-se o ramal de Moura na perspectiva de seguir pelo mesmo caminho.

Tomando posição sobre este assunto, a Câmara de Beja alertou já para as consequências de tais medidas do Conselho de Gerência da CP, chamando a atenção nomeadamente através de um memorando para os perigos de um ainda maior marasmo nas regiões do interior e para os graves inconvenientes que atingem as muitas pessoas (sobretudo professores, empregados e estudantes) privadas deste transporte.

Esta mesma questão foi também já objecto de requerimentos ao Governo por parte do Grupo Parlamentar do PCP, o último dos quais, assinado pelo deputado Luís Roque, punha em relevo a importância do ramal de Moura, quer pelo número de passageiros transportados, quer pelo volume de tráfego de mercadorias.

No texto do requerimento, onde se questionam, entre outras coisas, os argumentos que sustentam a decisão governamental e respectivos estudos técnico-financeiros, Luís Roque cita ainda um estudo feito pela CCR do Alentejo onde se demonstra a importância do transporte ferroviário e recorda as directivas da CEE que recomendam o não encerramento de ramais e vias secundárias mas sim a sua renovação.

Com início amanhã, no Porto

IV Jornadas Parlamentares

Iniciam-se amanhã no Porto, prolongando-se durante o dia de sábado, as IV Jornadas do Grupo Parlamentar do PCP. Na agenda de trabalhos o processo de revisão constitucional em curso, a preparação do País para o embate do Mercado Único de 1992 e o processo de Regionalização.

A abertura das Jornadas — as primeiras a realizar fora da capital — estará a cargo de Carlos Brito, líder da bancada comunista, que proferirá uma intervenção centrada na situação política e parlamentar.

Para lá dos 27 deputados que constituem o Grupo Parlamentar do PCP assistirão aos trabalhos, na qualidade de convidados, alguns candidatos da CDU ao Parlamento Europeu.

Entre as conclusões da reunião, cujo conteúdo será divulgado aos órgãos de comunicação social no decorrer de uma conferência de imprensa prevista para o final dos trabalhos, contar-se-ão algumas orientações para o futuro imediato de que ressalta a interpelação do PCP ao Governo.

Assembleia da República

Os sinais do desespero e da intolerância

Foram ainda os graves acontecimentos repressivos verificados no Terreiro do Paço em 21 de Abril último que dominaram a atenção dos deputados na sessão de terça-feira. A questão foi suscitada por um voto de protesto apresentado pela bancada socialista no qual se manifesta a condenação da Assembleia da República pela ocorrência que envolveu o Corpo de Intervenção da PSP. No texto, lugar ainda para um veemente protesto pela agressão e pelos insultos de que foi alvo na ocasião o deputado Torres Couto, em clara violação das imunidades parlamentares consagradas na Constituição e na Lei.

Rejeitado por força dos deputados da maioria governamental, este voto de protesto configurou assim o fim do primeiro capítulo de uma história — que não o seu epílogo — que se adivinha ainda longa e que, muito provavelmente, prosseguirá em breve, como admitiu a bancada socialista, com um pedido de inquérito parlamentar a que o PSD, pela voz de Carlos Encarnação, fez já saber que não se oporá.

PSD desculpa PSD

Mas para trás deste episódio ficou um debate acalorado que se arrastou por cerca de duas horas, onde as posições voltaram a extremar-se em dois campos distintos. De um lado, uma maioria inflexível nas suas posições de apoio acrítico ao seu Governo, com um discurso desculpabilizador de todos os actos que mereceram o repúdio da opinião democrática, fazendo a qualquer preço a cobertura política do Governo e desviando-se sempre do essencial das questões colocadas. Do outro lado, uma oposição a condenar vigorosamente as medidas repressivas desencadeadas para anular as pretensões associativas dos agentes da PSP e a imputar ao Governo a exclusiva responsabilidade pelos lamentáveis acidentes que acabariam por ocorrer.

José Manuel Mendes, em nome da bancada comunista, criticou designadamente o «uso ilegal de câmaras de vídeo à entrada da Voz do Operário» e asseverou que o acto de violência contra os agentes da pró-Associação Sindical da PSP «fazem lembrar tempos que não são seguramente os posteriores aos 25 de Abril».

Depois de salientar que houve «violação das normas constitucionais», o deputado comunista chamou ainda a atenção para o facto de os profissionais da PSP terem direito a uma «estrutura de natureza sindical», pretensão que o Governo recusa, porque, disse, a este «interessa

mantê-los com um estatuto de trabalhadores de segunda, sem folgas, com altas responsabilidades, mas mal pagos».

O deputado socialista Torres Couto, por sua vez, reagiu a uma carta do Comando Geral da PSP onde se diz que o Intendente Monteiro Lopes e o comandante do Corpo de Intervenção não disseram o que os jornais e o próprio Torres Couto disseram que aqueles tinham dito. A este propósito, Torres Couto afirmou que «somos todos uma cambada de aldrabões e que só o Comandante da Polícia é que fala verdade».

Aquele deputado frisou ainda que o inquérito irá demonstrar que alguns responsáveis tiveram um «comportamento impróprio de uma polícia civilista e democrática» e acusou a bancada da maioria de «estar ao serviço de um Governo que ultrapassou as raías do admissível».

Os medos do Governo

No exercício do seu direito de marcação, o Grupo Parlamentar do PCP agendou, entretanto, para o próximo dia 9, o pedido de ratificação do pacote laboral.

O anúncio foi feito por Jerónimo de Sousa no decorrer de uma declaração política proferida ainda no período antes da ordem do dia. Em relevo, as recentes comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, manifestações que pela sua dimensão e objectivos, assumem uma grande relevância política e social e provam, salientou o deputado comunista, que «existe uma grande consciência dos perigos que ameaçam o regime democrático e uma vontade firme de os conjurar».

Mas seriam ainda os acontecimentos do Terreiro do Paço a concitar o reparo do deputado do PCP. Em sua opinião, eles constituíram «como que um sinal de alarme para os democratas e o culminar do desespero, da intolerância e da incapacidade de diálogo do Governo».

Particularmente verberado por Jerónimo de Sousa foi também a decisão de «mandar carregar brutalmente» sobre os agentes da PSP e a falta de senso revelada pelo Executivo quando desatou «a acusar tudo e todos» em vez de optar por uma «reflexão séria do que leva os profissionais a manifestarem-se».

«O Primeiro-Ministro e o Governo não estão só prisioneiros da síndrome do «penso assim, tem de ser assim. Têm medo do exercício das liberdades», alertou Jerónimo de Sousa, antes de referir que este «medo e inadaptação» são os mesmos que levaram às requisições civis dos transportes, à proibição, sem argumentos, da legalização do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e, agora, ao medo de que os profissionais da PSP disponham de uma associação sindical «capaz de transmitir pelo diálogo e pela negociação, anseios de milhares e milhares de homens e mulheres».

A concepção do Executivo, partilhada de resto durante o debate pela maioria laranja, de que o deputado deixa de o ser quando sai do edifício de S. Bento foi também objecto de um comentário por parte de Jerónimo de Sousa. «Perigosa concepção» sobre o que é a imunidade parlamentar, observou, lembrando que este «vezo antidemocrático» do Executivo é o mesmo que o «leva a ver em cada jornalista um opositor, a ameaçar com o tribunal quem fale de escândalos governamentais, a investir contra o INE ou o Tribunal de Contas».

Lavar de roupa suja

As atenções da Câmara centraram-se ainda na intervenção do deputado Carlos Macedo, recentemente expulso do PSD. Aguardado com alguma expectativa, o seu discurso foi um desmontar ponto por ponto das razões que do seu ponto de vista têm sido esgrimidas pelos opositores para o «desacreditar» e para justificar a sua expulsão.

A pretexto de um pedido de esclarecimento, Conceição Monteiro (PSD), fez um discurso de resposta onde abordou pormenorizadamente algumas fases do percurso instável do seu ex-colega de bancada, chamando à colação uma sucessão de factos que para muitos observadores foi interpretado como um «lavar de roupa suja».

Já no período da ordem do dia, o plenário aprovou a composição das Comissões de Inquérito ao caso Cadilhe (presidida pelo PSD) e ao Ministério da Saúde, cuja presidência estará a cargo de um deputado comunista.

A constituição destas comissões, em qualquer dos casos, representa uma derrota da política do PSD e do seu grupo parlamentar, uma vez que estes sempre se opuseram à sua criação como ainda recentemente sucedeu quando votaram contra o pedido de inquérito ao caso Cadilhe apresentado pela bancada do PCP.

Nacional

Direcção Nacional da JCP elegeu organismos executivos

Reunida pela primeira vez após o 3.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, a Direcção Nacional da JCP elegeu no passado domingo no CT Vitória, os seus organismos executivos e analisou alguns aspectos do actual momento político.

De entre os 71 jovens comunistas que constituem a DN, foram eleitos para o Secretariado Amélia Pardal, Cristina Horta, Idália Custódio, Joaquim Tavares, Jorge Amador, José António, José Morais, Manuel Gouveia e Paula Coelho.

O Executivo é constituído por estes 9 camaradas e ainda por António Filipe, António Pedro, Armando Fonseca, Carla Prego, Célia Soares, Jorge Alves, Luís Leite, Manuel Coelho, Manuela Santos, Paulo Barbosa, Paulo Cesário, Paulo Piteira, Paulo Vitorino, Ro-

mero Campo, Ricardo Pena, Rui Pedro, Rui Bernardino e Mónica Cristina.

No que refere à preparação da intervenção própria da juventude na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, a DN da JCP anunciou que se vai efectuar no dia 14 de Maio, no Instituto Superior de Economia de Lisboa, um encontro nacional da juventude CDU; a iniciativa terá por tema «Os jovens discutem a CEE» e inicia-se às 11 horas. Depois do debate realiza-se na cantina do ISE um espectáculo com um grupo musical ainda por confirmar.

A Direcção Nacional da JCP, na linha das decisões do Congresso, vai promover uma campanha de sensibilização da opinião pública para as questões da droga, e avançar com uma iniciativa legislativa excluindo qualquer pena de prisão para o simples consu-

midor.

O 3.º Congresso da JCP foi considerado pela DN «um marco, não só para a organização, como para a juventude em geral» — conforme referiram António Filipe e José António na conferência de imprensa dada no final da reunião de dia 30.

Foram ainda debatidas outras questões. A DN da JCP, nomeadamente, decidiu manifestar a sua solidariedade para com a luta dos estudantes da Universidade do Algarve e «profunda apreensão» pela situação em que se encontra o major Otelio Saraiva de Carvalho, condenar a actuação do Governo e do comando da PSP que levou aos acontecimentos de dia 21 no Terreiro do Paço, reafirmar o repúdio pela possibilidade de instalação de armas nucleares em Portugal admitida por Eurico de Melo.

Números da reforma agrária

No concelho de Montemor-o-Novo foram constituídas, com a realização da reforma agrária, 25 unidades colectivas de produção, com um total de 80 268 hectares, ocupando 4070 pessoas (2405 homens e 1665 mulheres). Antes da reforma agrária havia ali 823 trabalhadores (592 homens e 231 mulheres).

Os trabalhadores das UCPs do concelho desbravaram 28 777 hectares de terras que estavam em estado de abandono, construíram 37 grandes armazéns, 13 oficinas, 17 parques de máquinas, 9 cantinas, 30 habitações, 2 adegas, 42 vacarias e malhadas de alvenaria para gado ovino, 28 barragens (que permitiram a irrigação de quase 700 hectares); as UCPs abriram mais de uma centena de poços e

charcas e investiram em equipamento motorizado 143 361 contos — tudo isto perfaz um investimento global de mais de meio milhão de contos.

Como resultado de 13 anos de ofensiva contra a reforma agrária, foram retirados da posse das UCPs/cooperativas do concelho 51 mil hectares de terras, foram roubadas 16 630 cabeças de gado e cerca de 120 mil contos em máquinas, instalações e benfeitorias. Perderam o emprego 2405 pessoas, sem que o Governo tivesse tomado qualquer iniciativa para criar um único posto de trabalho.

São vedadas às UCPs/cooperativas candidaturas a projectos comparticipados pela CEE (embora não haja qualquer legislação comunitá-

ria que determine tal restrição) e é muito difícil — na maioria dos casos — mesmo impossível — que as UCPs tenham aceso a outros créditos.

As 21 UCPs/cooperativas da reforma agrária hoje existentes continuam contudo a ser o principal factor de desenvolvimento económico do concelho de Montemor-o-Novo, empregando 1665 trabalhadores (841 homens e 824 mulheres) e possuindo um património superior a 2 milhões de contos.

Estes números constam de um memorando entregue na Assembleia da República a 20 de Abril, último dos três dias que durou uma vigília dos trabalhadores da reforma agrária do concelho frente à Câmara Municipal.

Floresta e eucaliptos em Trás-os-Montes

Com o auditório da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses completamente cheio, realizou-se no dia 23 de Abril um debate sobre floresta e eucaliptização, promovido pelas ligas de agricultores de Mirandela e de Vila Flor, a Associação dos Vitivinicultores do Douro, a Associação dos Pastores Transmontanos, a Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais de Benlhevai, a União dos Sindicatos de Bragança e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança.

Como convidados, participaram nesta iniciativa Joaquim Casimiro (da Confederação Nacional da Agricultura), António Campos (representando a Comissão Parlamentar de Agricultura), Ar-

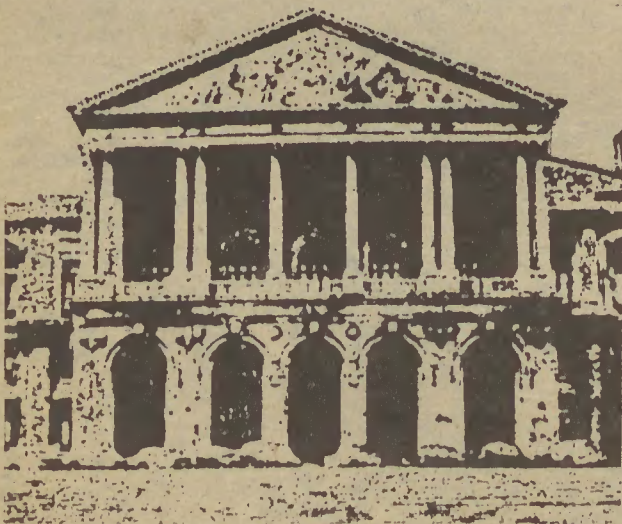
mando Carvalho (do Secretariado de Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Virgílio Alves (engenheiro zootécnico e professor da Universidade de Trás-os-Montes).

O debate de Mirandela «demonstrou o vivo repúdio das populações transmontanas pela política florestal do Governo e pela actuação do ministro Alvaro Barreto, cuja demissão foi exigida por muitos participantes» — segundo uma nota da comissão organizadora.

Expressão significativa do descontentamento provocado pela plantação indiscriminada de eucaliptos em Trás-os-Montes, nomeadamente na chamada Terra Quente, foram as intervenções feitas no

debate por autarcas da área do Governo; a nota dos promotores da iniciativa refere concretamente um vereador da CM de Alfândega da Fé e os presidentes das juntas de freguesia de Benlhevai (Vila Flor) e Veiga de Lila (Vila Paços).

Foi decidido «estudar e decidir novas formas de intervenção». No final do debate foi aprovada uma moção, a enviar ao Governo e à AR, reclamando a suspensão da plantação indiscriminada de eucaliptos, a não revogação do DL 357/75, um correcto ordenamento florestal, o apoio aos agrupamentos florestais que recorram à floresta tradicional (com subsídios após a plantação como compensação do investimento que estão a fazer a mais longo prazo).



Trabalhadores

1.º de Maio um país em festa e em luta

Foi festa e foi luta pelo país todo. De Norte a Sul, em unidade, os trabalhadores e os democratas comemoraram o 1.º de Maio, sob as bandeiras da CGTP-Intersindical Nacional. Em todo os distritos, sucederam-se as festas, os convívios, os desfiles, as concentrações e os comícios. E os trabalhadores disseram das suas razões contra a política do Governo e exigiram emprego, progresso e justiça social.



Évora



Torres Novas



Braga



Porto



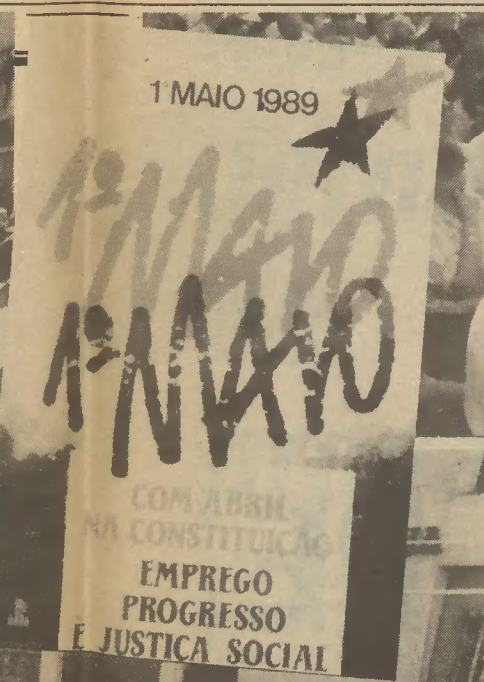
Marinha Grande



Lisboa



Lisboa



Setúbal



Braga



Bragança



Vila Real



Famalicão

O grandioso 1.º de Maio mostrou o caminho: Luta e unidade para defender Abril

1. O PCP saúda a extraordinária manifestação de unidade e luta que constituíram as comemorações do 1.º de Maio promovidas pela CGTP-IN, grande central sindical dos trabalhadores portugueses.

Em todo o País, ao apelo do movimento sindical unitário, centenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se em defesa de Abril e contra a política do Governo Cavaco Silva.

2. As massas populares que, na continuidade das grandes celebrações do 15.º aniversário do 25 de Abril, acorreram a participar nas diversas iniciativas festivas, culturais, desportivas e em especial nos desfiles e comícios da tarde de ontem, mostraram uma grande combatividade e confiança, expressaram um momento alto de unidade e forte disposição de luta dos trabalhadores.

Unidade e luta para defenderem os seus interesses e direitos — melhores salários e condições de vida, pelo direito ao trabalho, contra a precariedade e o desemprego, pela justiça social — ameaçados pela política do grande capital do Governo de Cavaco Silva.

Unidade e luta para repudiarem uma política de compadrio, de corrupção, ditatorial e antidemocrática da maioria PSD e do seu Governo.

Unidade e luta para defender as conquistas de Abril — reforma agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores — contra a política governamental de ilegal antecipação da revisão da Constituição de Abril.

O 1.º de Maio foi assim também uma manifestação contra o projecto de revisão da Constituição acordado pelo PS com o PSD.

3. O Executivo da Comissão Política do CC do PCP expressa o seu apoio às reivindicações anunciadas pela CGTP-IN e feitas objectivos de luta dos trabalhadores e das massas populares neste grandioso 1.º de Maio.

2 de Maio de 1989

O Executivo da Comissão Política
do CC do Partido Comunista Português



Coimbra



Guimarães



Porto

Parlamento Europeu

Quem vota CDU nas autarquias deve votar CDU para o PE

★ ★ ★
★ ★ ★
18
★ ★ ★
★ ★ ★
JUNHO
★ ★ ★
★ ★ ★
**ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU**

Quem confia na CDU nas autarquias tem igualmente todas as razões para confiar na CDU nas eleições para o Parlamento Europeu. É a mesma força política, com a mesma orientação de trabalho e competência.

A afirmação é do camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, que no passado fim-de-semana participou em Évora na apresentação da lista da CDU para a respectiva Câmara Municipal.

A recondução do camarada Abílio Fernandes como cabeça de lista para as próximas eleições autárquicas não chega a constituir uma novidade, pois outra coisa não seria de esperar atendendo aos bons resultados obtidos na gestão de um município há mais de uma década nas mãos da CDU.

Naturalmente, e porque as autarquias «não são ilhas isoladas na sociedade», as eleições para o Parlamento Europeu estiveram no centro das atenções.

Como o camarada Luís Sá fez notar na sua intervenção, aos activistas e apoiantes da CDU a nível autárquico não pode ser indiferente o que

faz e que medidas adopta o Governo e as instituições da CEE, pois disso depende em grande medida o seu desenvolvimento futuro. Assim, e quando se está a pouco mais de um mês das eleições para o PE, importa mobilizar todos os esforços para dar a conhecer os candidatos e as propostas da CDU para aquele fórum comunitário.

Os deputados da CDU — lembrou Luís Sá — não vão para Bruxelas ou Estrasburgo «enriquecer» (até vão continuar a ganhar o mesmo, tal como acontece com os eleitos das autarquias) mas antes defender uma política favorável aos interesses de

— disse Luís Sá em Évora

Portugal e prosseguir o trabalho sério e a obra realizada no Parlamento Europeu.

Pelo que, como salientou, «é necessário apelar à mobilização popular para as eleições de 18 de Junho, combater a abstenção ou a dispersão de voto, trabalhar para o voto CDU também no Parlamento Europeu». Luís Sá recordou ainda que as outras forças políticas que se candidatam ao Parlamento Europeu são também «exactamente as mesmas, com idênticas orientações fundamentais, que todos conhecemos da política interna ou das questões autárquicas».

Do PSD — disse — conhece-se suficientemente as orientações reacçãoárias e os constantes escândalos. O PSD prometeu «reformas estruturais» e uma vida melhor, mas hoje apenas se verificam atentados às características mais marcadamente democráticas do regime e às condições de vida do povo.

A título de exemplo das «reformas» pretendidas pelo PSD, Luís Sá referiu a privatização de 49% do capital da UNICER «em condições pouco claras e que podem dar origem a futuros escândalos». Fazendo notar que este processo de privatizações foi desencadeado «no preciso

momento em que mais se impunham um sector público moderno e dinâmico para enfrentar a integração de Portugal na CEE e 1992 e manter em Portugal as alavancas essenciais da economia portuguesa», Luís Sá lembrou que ao mesmo tempo o PSD bloqueou de novo a «regionalização, essa sim, uma reforma estrutural de sentido democrático, recusando-se a aprovar o relatório sobre a consulta aos municípios a respeito da regionalização, em que a grande maioria se manifestou a favor do avanço rápido para a criação das regiões administrativas».

Após criticar o Plano de Desenvolvimento Regional que o Governo mandou para Bruxelas, o camarada Luís Sá acusou o PS de «num momento de descrédito crescente do PSD», lhe dar a mão «permitindo a concretização de objectivos centrais imediatos da direita no quadro da revisão constitucional», num quadro de alianças cuja «extensão e profundidade não é ainda passível de uma avaliação completa».

No que se refere aos restantes concorrentes ao Parlamento Europeu, Luís Sá demonstrou como na prática, não têm qualquer possibilidade de eleger ninguém, servindo apenas para dispersar votos. **Basta lembrar — disse — que só eleger deputados quem**

obtiver bem mais de 200 mil votos e que nas últimas eleições para o Parlamento Europeu a UDP obteve 52 mil votos, o PSR 29 mil, o MDP 27 mil e o MRPP 19 mil. Por muito que estas forças crescessem (e

certamente que se passará o contrário) ficarão sempre a muitas milhas do objectivo de eleger um deputado.

A CDU, pelo contrário, é uma força com provas dadas e em expansão unitária, pelo que importa trabalhar intensamente para que esse facto se reflita nas eleições para o Parlamento Europeu.

Governo atrasa reestruturação da Setenave

A Comissão das Comunidades está à espera desde Dezembro último que o Governo português lhe forneça as informações necessárias sobre o Plano de Reestruturação da Setenave, empresa excluída do plano de auxílio aos estaleiros navais portugueses no âmbito da sexta directiva sobre a ajuda à construção naval.

A informação foi dada recentemente pelo comissário Leon Brittan, em resposta ao deputado do PCP no Parlamento Europeu, Aboim Inglês, que o questionou sobre os motivos da exclusão da referida empresa daquele plano de auxílio.

Em nome da Comissão, Leon Brittan esclareceu que «por carta de 30 de Dezembro de 1987, o Governo português informou a Comissão que tinha decidido optar pela isenção das disposições do capítulo II da sexta directiva relativamente a apenas um dos seus estaleiros, Setenave — Estaleiros Navais de Setúbal, EP».

«Tal significa — prossegue o comissário da CEE — que o estaleiro Setenave não estava sujeito ao limite máximo de auxílio vigente para os auxílios ao funcionamento, podendo beneficiar de um nível mais elevado de auxílios à produção, incluindo para compensar perdas». Contudo, informa Leon Brittan, as medidas de auxílio específico para a Setenave, bem como o seu Plano de Reestruturação, deveriam ser previamente aprovadas pela Comissão.

Ora acontece que, «por carta de 25 de Novembro de 1988, o Governo português notificou a Comissão das linhas gerais do Plano de Reestruturação da Setenave e parte das medidas de auxílio que o apoiavam»

parecendo ter-se desinteressado do assunto desde então. Esta a conclusão legítima que se pode tirar da informação fornecida pelo comissário Brittan:

«Com base na reduzida informação fornecida, a Comissão não teve possibilidade de chegar a conclusões sobre a compatibilidade do Plano de Reestruturação em causa e das medidas de auxílio conexas com a sexta directiva relativa aos auxílios à construção naval», pelo que, «por carta de 21 de Dezembro de 1988, a Comissão solicitou informações complementares sobre esta questão. Até ao presente não foi recebida qualquer resposta das autoridades portuguesas». Ou seja, o Governo não só se revela incompetente no fornecimento dos dados necessários para a concretização de um auxílio comunitário, como ainda por cima está há mais de quatro meses sem dar resposta numa matéria que viria beneficiar uma empresa pública.

Tamanha irresponsabilidade do Executivo tem certamente uma explicação: ou se trata de pura incompetência ou o Governo está a guarda-se lá para a altura das eleições de forma a aparecer como o grande «salvador» de uma situação que ele próprio está a contribuir para que se degrade.

Seja como for, estamos uma vez mais perante uma atitude altamente lesiva dos interesses do País e dos trabalhadores que não só têm de enfrentar as consequências negativas de uma adesão mal preparada como ainda por cima se confrontam com manobras eleitoralistas do Executivo.



COMISSÃO DA CEE dá razão a críticas ao PDR

As críticas à forma como o Governo elaborou o Plano de desenvolvimento Regional (PDR) têm vindo a subir de tom nos últimos tempos, à medida que vai sendo conhecida melhor a falta de conteúdo das propostas apresentadas, fruto da precipitação com que foram elaboradas sem a indispensável consulta às entidades regionais. A Comissão da CEE veio agora reforçar estas críticas ao reafirmar que a parceria, que exige a participação das entidades regionais, locais e outras, nomeadamente na elaboração do PDR, é «um princípio fundamental da reforma dos fundos estruturais».

A posição da CEE, expressa pelo comissário Bruce Millan, responsável pela política

regional, consta de uma resposta ao deputado do PCP no Parlamento Europeu, Aboim Inglês. Numa pergunta datada de 15 de Fevereiro, o camarada Aboim Inglês criticava o processo de elaboração do PDR pelo Governo português, salientando que «os municípios não foram satisfatoriamente ouvidos sobre esta matéria de que dependerá em grande medida o seu desenvolvimento futuro». O deputado sublinhava na sua exposição que se chegou «ao extremo inadmissível de lhes dar um prazo de quatro dias para apresentarem projectos para os quatro anos seguintes».

Na sua resposta, o comissário Bruce Millan cita o regulamento 4253 do

Conselho, que especifica que «os planos serão elaborados pelas autoridades competentes designadas pelos Estados-membros a nível nacional, regional ou outro e serão apresentados pelo Estado-membro à Comissão».

A Comissão considera, acrescenta Bruce Millan, «que esta elaboração deverá ser realizada de acordo com as regras institucionais próprias de cada Estado-membro».

A concluir, Bruce Millan lembra que na fase de negociação do quadro comunitário de apoio «os contactos com as autoridades competentes designadas pelo Estado-membro a nível nacional, regional ou outro, permitirão à Comissão tomar em consideração todos os

elementos complementares que se possam revelar indispensáveis para o estabelecimento de tal quadro».

A actuação do Executivo de Cavaco Silva esteve longe de respeitar estes princípios elementares, o que nada contribui para a defesa dos interesses regionais. As autarquias locais, as forças económicas, sociais e políticas de cada região não devem no entanto desistir de fazer ouvir a sua voz em tão importante matéria. O PDR não é ainda um projecto acabado e, mesmo depois da sua aprovação, pode ser revisto e reajustado anualmente. O que significa que é ainda possível remediar o mau serviço que o Governo fez ao País ao pretender elaborá-lo sozinho.

Parlamento Europeu

Jornada de propaganda

5, 6 e 7 de Maio

É já neste fim-de-semana. Amanhã, sábado e domingo. Vamos levar a todos os portugueses a candidatura da Coligação Democrática Unitária às eleições para o Parlamento Europeu.

Uma candidatura por um «Portugal de Progresso e Justiça, numa Europa de Paz e Cooperação». Uma candidatura de homens e mulheres altamente qualificados, com experiência e profundo conhecimento dos problemas que se colocam a Portugal no contexto da CEE. Uma candidatura de propostas sérias e rigorosas, e um projecto para preparar Portugal para 1992.

No Parlamento Europeu como em Portugal, a CDU é uma força necessária para o progresso e desenvolvimento do nosso país. A CDU é a mais coerente e determinada oposição à desastrosa política do actual Governo. A CDU é a única grande força de esquerda capaz de dar voz às reivindicações e aspirações dos portugueses e de lutar sem transigências pela defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses. Como se afirma no Manifesto-Compromisso da CDU para as Eleições do Parlamento Europeu «somos por uma Europa com um elevado desenvolvimento económico, social e cultural, que promova e defenda a riqueza do seu património, a diversidade das suas culturas e das suas criações culturais, ampliando a sua contribuição ao conhecimento universal».

«Na CEE, defenderemos a solidariedade mútua e a luta comum dos trabalhadores dos povos, (...) interviremos por uma Europa inteira, de cooperação, paz e segurança colectiva, por uma política activa de desarmamento que corresponda à nova época de desanuviamento e entendimento internacional». Os candidatos da CDU lutarão pelo direito de Portugal ter um projecto de desenvolvimento próprio, adequado às realidades nacionais. Um projecto que «terá imperiosamente que compatibilizar o crescimento e a modernização com o aumento do bem-estar e do progresso social generalizado do país, da sua população, dos trabalhadores, da juventude e de todas as camadas e estratos sociais».

Perante a crescente integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia a CDU defende uma política de amplo consenso nacional, baseada na participação dos trabalhadores, das populações, das autarquias, de todos os sectores atingidos e interessados.

A Jornada Nacional de Propaganda de 5, 6 e 7 de Maio, inundando o país dos mais diversos materiais — desde a afixação de cartazes, faixas e pendões e jornais de parede, à distribuição de folhetos, e ao contacto pessoal directo — vai marcar o arranque para o processo que culmina a 18 de Junho com as eleições dos 24 deputados ao Parlamento Europeu. Um arranque confiante em que nesta eleição vamos não só conservar os três deputados que temos actualmente, mas também bater-nos pelo alargamento da nossa representação. Aumentar o número de deputados da CDU no Parlamento Europeu é a melhor forma dos portugueses exprimirem a vontade de um novo rumo na política nacional, e de contribuírem para um Portugal de Progresso e Justiça, numa Europa de Paz e Cooperação.



18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

CDU

PORTUGAL de progresso e justiça numa EUROPA de paz e cooperação

e melhor para Portugal!

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU



CDU

PORTUGAL de progresso e justiça

e melhor para Portugal!

Eleições Parlamento Europeu

CDU

e melhor para Portugal!



CANDIDATOS Para o Parlamento Europeu

CDU

PORTUGAL de progresso e justiça numa EUROPA de paz e cooperação

e melhor para Portugal!

Estar para agir
No Parlamento Europeu, coerentes nas palavras e nos actos, os deputados eleitos pela CDU têm provas dadas, têm trabalho realizado. Defender a produção nacional, os trabalhadores, a cultura portuguesa, têm sido e continuarão a ser objectivos prioritários da sua acção.

Os candidatos da CDU
Lutarão, solidariamente com os trabalhadores e as forças democráticas: pelo crescimento económico com prioridade ao emprego; pela paz e segurança na Europa; por um papel positivo da CEE nas relações económicas e políticas internacionais; pelo direito de Portugal ter o seu próprio projecto de desenvolvimento, adequado às realidades nacionais.

Aumentar o número de Deputados da CDU no Parlamento Europeu
É a melhor forma dos portugueses contribuírem para um Portugal de Progresso e Justiça numa Europa de Paz e Cooperação.

Em Bruxelas como em Portugal
A CDU é uma força necessária para o progresso e desenvolvimento do nosso país. A CDU é a mais coerente e determinada oposição à desastrosa política do actual Governo. A CDU tem propostas concretas para os grandes problemas nacionais. A CDU é a única grande e consequente força de esquerda capaz de dar voz às reivindicações e aspirações dos portugueses e de lutar sem transigências pela defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses na CEE.

Cada voto CDU
Será a melhor expressão de vontade de um novo rumo na política nacional, ajudará a eleger deputados patriotas e competentes para o Parlamento Europeu.



CDU

no Parlamento Europeu

Estar para agir
No Parlamento Europeu, coerentes nas palavras e nos actos, os deputados eleitos pela CDU têm provas dadas, têm trabalho realizado. Defender a produção nacional, os trabalhadores, a cultura portuguesa, têm sido e continuarão a ser objectivos prioritários da sua acção.

Os candidatos da CDU
Lutarão, solidariamente com os trabalhadores e as forças democráticas, pelo progresso social, pelo crescimento económico com prioridade ao emprego, pela paz e segurança na Europa, por um papel positivo da CEE nas relações económicas e políticas internacionais. Pelo direito de Portugal ter o seu próprio projecto de desenvolvimento, adequado às realidades nacionais.

Em Bruxelas como em Portugal
A CDU é uma força necessária para o progresso e desenvolvimento do nosso país. A CDU é a mais coerente e determinada oposição à desastrosa política do actual Governo. A CDU tem propostas concretas para os grandes problemas nacionais. A CDU é a única grande e consequente força de esquerda capaz de dar voz às reivindicações e aspirações dos portugueses e de lutar sem transigências pela defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses na CEE.

Aumentar o número de Deputados da CDU no Parlamento Europeu
Será a melhor expressão de vontade de um novo rumo na política nacional, ajudará a eleger deputados patriotas e competentes para o Parlamento Europeu.

Cada voto CDU
Será a melhor expressão de vontade de um novo rumo na política nacional, ajudará a eleger deputados patriotas e competentes para o Parlamento Europeu.

SUPLENTE
1 LUPIANO NASCIMENTO. Economista. Director da revista «Sua Nova». 2 JOSÉ MANUEL AMARAL. Advogado. 3 ANTONIO ASSUNÇÃO. Operário. É membro do Conselho da Comunidade Portuguesa da RFA. 4 VIRGILIO CARDOSO ALVES. Professor assistente na Universidade de Lisboa. 5 JOÃO LAZARRO. Activo do teatro. Membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes». 6 JOÃO TORRADO. Empregado de comércio. Coordenador de União dos Estudantes de Viseu. 7 FRANCISCO RODRIGUES MOREIRA. Trabalhador da Câmara Municipal da Covilhã. Dirigente da União do STAL. 8 CERCQUEIRA RODRIGUES. Engenheiro de Electricidade. Independente. Membro da Direcção da Associação Regional de Agricultores do Alto Alentejo.

1 CARLOS CARVALHAS. Promotor da Associação Portuguesa dos Camionistas. 2 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 3 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 4 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 5 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 6 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 7 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 8 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 9 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 10 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 11 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 12 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 13 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 14 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 15 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 16 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 17 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 18 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 19 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 20 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 21 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 22 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 23 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz. 24 JOSÉ BARROS MOURA. Juiz.

Parlamento Europeu

Compromisso da CDU para a Região Autónoma da Madeira

A defesa dos interesses específicos da Região Autónoma da Madeira no Parlamento Europeu foi formalmente assumida como um compromisso dos candidatos da CDU ao PE, num encontro realizado durante o passado fim-de-semana no Funchal em que participou Carlos Carvalhas, membro da Comissão Política do PCP, deputado à Assembleia da República e cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu. O referido compromisso foi tornado público durante uma conferência de imprensa em que, a par da divulgação dos princípios gerais orientadores da actividade da CDU e da base programática com que a coligação se apresenta perante o eleitorado, se deu particular realce às propostas específicas para o desenvolvimento daquela Região Autónoma.

Assim, considera a CDU que as próximas eleições de 18 de Junho para o PE se revestem de extrema importância para a Madeira, dado que «nos próximos anos vão estar em causa os apoios imprescindíveis para que seja possível minorar os efeitos negativos da adesão» e se torna indispensável preparar a Região, no contexto nacional, para o mercado único a partir de 1 de Janeiro de 1993. Lembrando que foi a aprovação pelo PE do «Programa Comunitário em favor das Regiões Autónomas Portuguesas» elaborado pelo deputado comunista espanhol Gutierrez Diaz, que permitiu sensibilizar o Parlamento para a grave situação da Região, a CDU sublinha que o «trabalho dos seus deputados neste período legislativo «demonstrou grande capacidade, empenhamento e sensibilidade face às questões e problemas específicos das Regiões Autónomas», publicamente reconhecido inclusive «pelo dr. Alberto João Jardim no último Congresso do PSD-Madeira». É neste quadro que os candidatos da CDU assumem o compromisso público de continuar a trabalhar, batendo-se no Parlamento Europeu por objectivos de interesse para a Madeira, como é o caso do «reconhecimento das especificidades, dificuldades e atrasos estruturais da Região, fundamentalmente derivados da situação de insularidade e que exigem medidas apropriadas». Entre essas medidas, a CDU aponta as «derrogações de prazos e limitações aplicáveis a situações de grande especificidade como, por exemplo, o sector da pesca artesanal; medidas de protecção face a países terceiros para produtos tradicionais tais como os bordados, os vimes e o vinho e a banana da Madeira; apoios para o estudo da viabilidade de novas actividades produtivas que tenham em conta as características regionais; apoios à Região para estudo e defesa da subzona económica exclusiva de pesca e suas reais potencialidades; apoios à defesa do meio ambiente e património paisagístico, natural e histórico da Região». Profundamente empenhados em fazer mais e melhor no próximo mandato ao PE, os candidatos da CDU àquele organismo comprometeram-se desde já a «apresentar na Comissão dos

Orçamentos do Parlamento Europeu (de que é actualmente membro o deputado comunista Joaquim Miranda), durante o processo orçamental de 1990, uma proposta para a inscrição de uma linha autónoma com verbas específicas destinadas à concretização do Relatório Gutierrez Diaz, garantindo que essas verbas não afectem as quotas globais atribuídas a Portugal, o que significa o acréscimo de transferências no total do País».

Mais do que promessas um sério compromisso

Por outro lado, e ainda no âmbito dos apoios financeiros, a CDU propõe-se desenvolver todos os esforços «para que da parcela do FEDER que é gerida autonomamente pela Comissão Executiva (15%) seja destinada uma parte às regiões periféricas e de fraco desenvolvimento, como é o caso das regiões insulares portuguesas; defender a atribuição das verbas necessárias para dotar a Região de um aeroporto de características intercontinentais; defender os apoios que possibilitem uma real concretização do Plano de Reconversão da Cultura da Banana». Os candidatos da CDU assumiram ainda o compromisso público de defender «os direitos sociais dos nossos emigrantes e seus familiares», com a sua equiparação aos dos habitantes dos restantes países da CEE e sua efectiva aplicação no regresso ao país. Para a concretização destes objectivos, como foi afirmado no Funchal, os candidatos e a CDU-Madeira consideram necessário, a nível regional, lutar pelo esclarecimento e debate público sobre as questões respeitantes à integração europeia, a permanente auscultação de todas as forças políticas e sociais, uma política económica e financeira rigorosa, a aplicação, em benefício dos trabalhadores, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos apoios financeiros. Paralelamente, a nível nacional, os candidatos da CDU propõem-se lutar por uma solução para a dívida regional, pela definição de critérios de uma política financeira regional e pela definição efectiva dos custos de insularidade.

A nível comunitário, por seu turno, é objectivo da CDU intervir no Parlamento Europeu para que o princípio da coesão económica e social seja traduzido em medidas concretas e calendarizadas de apoio efectivo às regiões mais atrasadas, lutar pelo aumento dos fundos e pela diminuição da comparticipação portuguesa de forma a não agravar a dívida pública do Estado e a dívida da Região Autónoma da Madeira, defender uma Europa de paz, cooperação e solidariedade com respeito pela voz das nações e das autonomias, intervir activamente no combate ao desemprego, ao trabalho precário, às desigualdades perante a cultura, a saúde, a habitação. Pelas provas dadas, ninguém melhor do que a CDU está em condições de cumprir os compromissos assumidos perante o eleitorado.



Coesão económica e social tema de debate em Lisboa

«A Coesão Económica e Social» vai ser o tema em debate no Encontro do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, que se realiza a 9 e 10 do corrente mês, num hotel de Lisboa.

Neste encontro vão participar parlamentares das seis componentes nacionais do Grupo, que com 48 deputados é a quarta força representada no Parlamento Europeu.

Até hoje foram confirmadas as presenças dos euro-deputados Giovanni Papapietro (PCI), René Piquet e Danielle de March (PCF), Gutierrez Diaz (Esquerda Unida — Espanha), Constantinos Filinis (Esquerda Helénica — Grécia), e Bodil Boserup e John Iversen (Partido Socialista Popular da Dinamarca). Também o Partido Comunista da Grécia (KKE) confirmou que se fará

representar neste encontro de Lisboa. Participarão igualmente membros do secretariado do Grupo Comunista e Afins, entre eles o seu secretário-geral, Gérard Laprat (PCF), e o secretário-geral-adjunto Angelo Oliva (PCI). Nos debates intervirão ainda os actuais deputados do PCP no Parlamento Europeu — Joaquim Miranda, Aboim Inglês e Barros Moura — além de outros candidatos da

CDU às eleições de 18 de Junho, dirigentes do PCP, deputados comunistas na Assembleia da República, representantes do Poder Local, dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, e dirigentes associativos.

As conclusões do encontro serão divulgadas em Conferência de Imprensa, que terá lugar pelas 18 horas do dia 10.

18 JUNHO Conselho da Europa 40 anos em Estrasburgo

Passam agora quarenta anos desde a fundação do Conselho da Europa, instituição de que fazem parte actualmente 22 Estados europeus, e que foi fundada em 1949, em Londres por dez países.

No ano seguinte, em 1950, os Estados fundadores do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que pretendiam constituir um mecanismo de garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos dos países membros, e que se basearia na intervenção de órgãos judiciais — Comissão e Tribunal Europeu — na análise de queixas de cidadãos ou de Estados contra um Estado por violação dos direitos do Homem.

Declarações de intenção que globalmente não passaram disso mesmo — intenções não concretizadas. De facto sucedem-se a cada dia as violações de direitos humanos nos Estados membros do Conselho da Europa. Repare-se que nem mesmo todos os proponentes da Convenção Europeia dos Direitos do Homem a ratificaram imediatamente — exemplo demonstrativo é o caso da França, país fundador do Conselho da Europa, e que só veio a ratificar a Convenção em 1981.

As realidades estão muito longe das declarações. Para o demonstrar aí estão, sem esgotar o tema, as interdições profissionais, as manifestações de xenofobia, a intolerância, o racismo, a discriminação e marginalização a que têm sido submetidos os trabalhadores migrantes, o desemprego.

Também em Portugal, que aderiu ao Conselho da Europa e que ratificou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem,

estes são desrespeitados, nos planos político, social, económico, cultural. Como o demonstram os números relativos ao desemprego, à exploração do trabalho infantil, à crescente elitização do ensino.

Há quase um ano, em Junho de 1988, reuniu em Madrid a Conferência europeia dos parlamentares e das organizações Norte-Sul, sob os auspícios da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Nessa Conferência de Madrid foi lançado um apelo para uma campanha pública europeia sobre a interdependência e a solidariedade Norte/Sul, que assinalava ser dramática a desigualdade que caracteriza as relações entre os países do Norte e os países do Sul, e apontava para o reforço da cooperação. Nesse documento apelava-se aos Estados membros do Conselho da Europa, entre outros pontos, a que «tomem medidas contra as violações dos direitos do Homem na Europa, a que ajam no sentido de se alcançar a integração social e económica dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, que criem condições para o desenvolvimento económico e social, que tomem medidas que contribuam para pôr fim ao regime de *apartheid*, e para um maior auxílio aos países em desenvolvimento».

Estes são apenas alguns dos muitos aspectos levantados para esta Campanha, que se espera sejam alvo de debate e análise na próxima Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que terá lugar em Estrasburgo, sede da instituição, de 8 a 12 deste mês.

A este tema voltaremos em breve aqui nas páginas do «Avante!».

PCP

SETÚBAL

A situação social no distrito e as próximas batalhas eleitorais

Em 29 de Abril realizou-se no Barreiro a segunda reunião da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, recentemente eleita em Assembleia da ORS. A DORS procedeu à apreciação da situação política e social e analisou o andamento dos trabalhos preparatórios das próximas batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais. Foram ainda tratadas questões do trabalho de direcção e de funcionamento da DORS. Vejamos algumas das conclusões a que chegou.

Defesa da Constituição

O Movimento em Defesa da Constituição da República, que centra a sua acção no apelo à direcção do PS para que reconsidere o seu acordo de revisão constitucional com o PSD, assume no distrito o carácter de defesa do espírito de Abril e das suas profundas transformações democráticas.

São de sublinhar a subscricção de um abaixo-assinado por muitos democratas de filiação partidária diversa e de independentes (entre os quais 100 agricultores de Alcácer do Sal), um encontro distrital realizado em Setúbal e um concelhio no Montijo, os debates no Seixal, Barreiro e ainda sessões promovidas pelo PCP em Sesimbra, Alhos Vedros e Setúbal, demonstrando que as preocupações e a contestação de muitos democratas sobre a revisão constitucional crescem à medida que vão sendo conhecidos da opinião pública o conteúdo e implicações desse acordo PS/PSD.

Lutas sociais

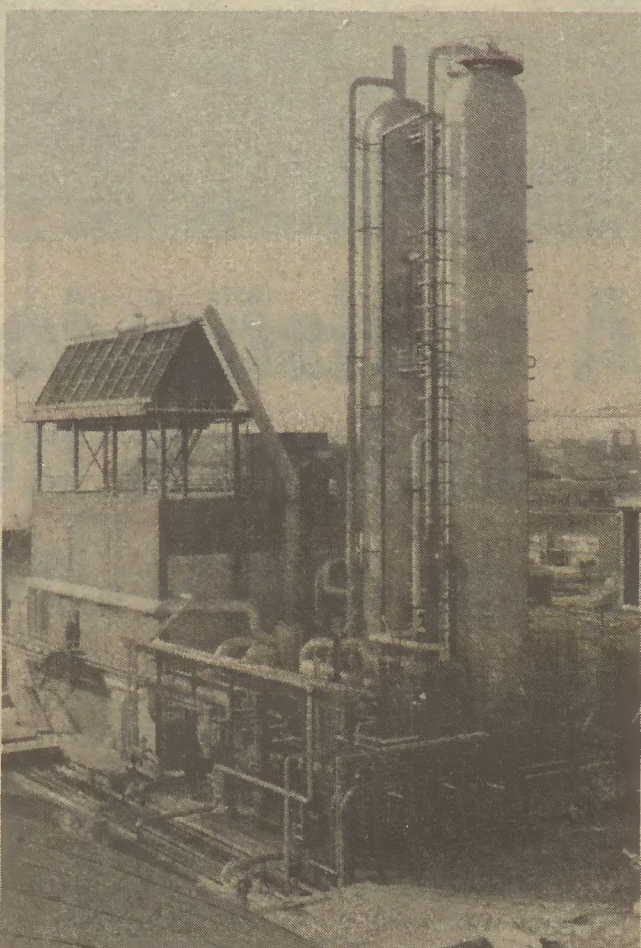
No plano social caracterizam negativamente a situação no distrito de Setúbal os planos de desmembramento em curso do SEE na base

das chamadas **reestruturações** (casos da Quimigal e Siderurgia), de entrega ao capital privado da Quimigal, Setenave, CNP, EPSI, entre outras, a política de redução dos postos de trabalho num elevado número de empresas (Siderurgia, Quimigal, SA-PEC, SPEL, EXTRA, Setenave), as medidas tendentes à liquidação da **Reforma Agrária**, as ameaças e pressões aos agricultores rendeiros do sul do distrito de expulsão de terras nacionalizadas para as devolver a grandes agrários (ver nesta página), a par da degradação das condições de vida da população.

Os trabalhadores têm luta com firmeza contra tal política e por reivindicações concretas, designadamente aumentos salariais e reposição salarial/88, pela manutenção de direitos adquiridos, defesa dos postos de trabalho, redução do horário de trabalho para 40 horas, nomeadamente na Setenave, Siderurgia, Quimigal, Portucel, CP, RN, EDP, FBL, Administração Local, Contribuições e Impostos e Bancários. No sector do Comércio é crescente o empenhamento dos trabalhadores contra o Despacho (ilegal) do Governo Cavaco Silva que visa liberalizar o horário de funciona-



Temas da vida local e eleições autárquicas e a situação nas empresas foram analisados pela Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP. Entretanto, neste próximo fim-de-semana, as atenções da campanha de fundos para o novo CT da DORS, em construção na capital do Sado, dirigem-se para Almada e para a 13.ª edição da Festa da Amizade



mento dos estabelecimentos comerciais na península de Setúbal.

É neste quadro que tiveram lugar no distrito as comemorações do 1.º de Maio, num clima de entusiasmo, empenhamento e na perspectiva do prosseguimento da luta de massas.

25 de Abril

As comemorações do 25 de Abril no distrito registaram

grande adesão das populações, com múltiplas e diversificadas iniciativas promovidas pelas autarquias locais, colectividades, associações, escolas, sindicatos, entre outros, numa demonstração de vontade e luta determinada em prosseguir em desenvolvimento e bem-estar, as conquistas do 25 de Abril.

A DORS do PCP salienta como factor positivo o empenhamento e participação popular nas comemorações do

15.º aniversário do 25 de Abril.

18 de Junho

A DORS procedeu também à análise da preparação no distrito dos próximos actos eleitorais (Parlamento Europeu em 18 de Junho e autarquias no final do ano) concluindo da necessidade de ser imprimida uma esclarecedora e dinâmica intervenção eleitoral da CDU de modo a eleger deputados que defendam no Parlamento Europeu o desenvolvimento do distrito de Setúbal.

No quadro da sua já empenhada intervenção merecem destaque os encontros, visitas, contactos, entrevistas e debates que os deputados comunistas no Parlamento Europeu têm efectuado no

distrito, bem como a preparação da próxima Jornada de Propaganda a realizar em todo o distrito entre 5 e 7 de Maio próximo.

A DORS apreciou, também, a preparação das próximas eleições para as autarquias locais, designadamente a definição dos cabeças de lista da CDU às câmaras municipais.

No conjunto do distrito estão já definidos os cabeças de lista para as câmaras municipais, em 12 concelhos, dos quais 6 são candidatos a presidente pela primeira vez.

Finalmente a DORS considerou da máxima importância a dinamização da actividade partidária no distrito, a realização de múltiplas iniciativas programadas, das quais salientou a Festa da Amizade, a realizar neste fim-de-semana em Almada.

Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém

Ameaças aos rendeiros

Tal como o PCP na altura previu e alertou, a chamada distribuição de terras nacionalizadas aos agricultores rendeiros por parte do então governo da AD visava atrair para as suas posições os pequenos e médios agricultores rendeiros e ao mesmo tempo travar e combater a Reforma Agrária.

Foi assim que em 1980, numa descarada manobra demagógica e eleitoralista, os governos do PSD e CDS distribuíram a título de arrendamento terras nas herdades de Palma, Comporta/Carvalhal, Barrosinha, Lezíria de Alcácer, Moinho da Ordem, Boavista, Amoreiras, Argalé, Gacha, Monte da Vinha e Zona de Alvalade Sado.

Desmascarando e combatendo a política de direita ao serviço dos latifundiários e dos detentores do capital, o PCP apoia inteiramente os que, trabalhando a terra aspiram à sua posse útil.

Hoje como ontem, a direita instalada no governo prepara-se uma vez mais para servir a sua clientela, os agrários.

A sua fúria destruidora desde há anos contra a Reforma Agrária e que prossegue em autêntico saque, na pressa de servir os agrários, vira-se hoje também contra os agricultores rendeiros.

É assim que a ameaça de ficarem sem terra para sobre os agricultores rendeiros destas herdades que abrangem os concelhos de **Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém**.

Entregando as terras a latifundiários, o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, e o governo PSD/Cavaco Silva deixarão sem meios de subsistência aqueles que directamente trabalham e vivem da terra.

Que não se deixem iludir os agricultores rendeiros destas terras.

Porque se aproximam eleições, o governo poderá nalguns casos adiar as entregas de terra até ao final do ano, poderá ir dizendo aos agrários que esperem um pouco, poderá até prometer e garantir que resolverá o problema dos agricultores rendeiros, mas acabará por tentar desalojá-los.

E, só não o fará se sentir que da parte dos agricultores rendeiros há unidade, firmeza e vontade de lutar contra tal injustiça.

Só não o fará se os agricultores rendeiros tiverem as suas Comissões activas e organizadas, se da parte de outros sectores da população houver uma ampla solidariedade.

O PCP, ontem como hoje, coloca-se totalmente ao lado dos agricultores rendeiros que arduamente trabalham a terra.

Os membros do PCP, quer estejam integrados nas organizações dos agricultores rendeiros, quer nos órgãos autárquicos — Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia — estarão na primeira linha na defesa intransigente dos interesses dos agricultores rendeiros.

O organismo do PCP dos quatro concelhos do sul do distrito, analisando esta situação, alerta os agricultores para que se unam, não se deixem levar em falsas promessas e para que não fiquem na expectativa que os seus problemas se resolvam sem a sua activa participação, intervenção e luta.

O Organismo do PCP dos quatro concelhos do Sul — Alcácer, Grândola, Santiago do Cacém e Sines

Desenvolvimento em debate

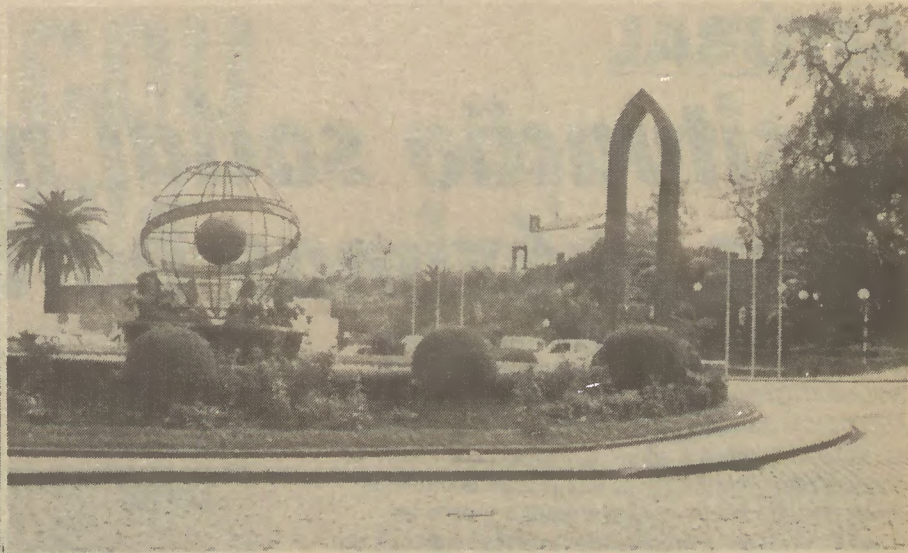
2.ªs Jornadas em Portalegre

Continuar a reflectir sobre o desenvolvimento do distrito e debater as alternativas, tendo em vista encontrar as soluções mais adequadas para os graves problemas existentes e as vias mais acertadas para o progresso deste distrito alentejano, no quadro da integração na CEE e da concretização do Mercado Único em 1992 — são os objectivos fundamentais das 2.ªs Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre, a realizar no próximo sábado, dia 6, em Nisa, no salão dos Bombeiros Municipais.

Promover o desenvolvimento, preparar o distrito para o Impacto de 1992 é o lema desta iniciativa da Comissão Distrital do PCP, aberta à participação de democratas, técnicos, organizações e entidades da zona: movimento sindical, autarquias, organizações da agricultura, Reforma Agrária, ensino, saúde, etc.

As 2.ªs Jornadas começam às 10 horas e prolongam-se até ao fim da tarde. A entrada é livre.

PCP



A revisão constitucional o sistema autonómico e o contributo empenhado do PCP

O processo de revisão constitucional e questões concretas do sistema autonómico no âmbito desse processo mereceram a atenção do Secretariado da DORAA do PCP. Em contacto com os órgãos da Comunicação Social, os comunistas dos Açores salientam:

No que respeita ao sistema autonómico, no quadro da revisão constitucional, o Secretariado da DORAA congratula-se com a clarificação, já conseguida em comissão, dos poderes das Assembleias Regionais, introduzindo normas que asseguram um largo poder legislativo no desenvolvimento de leis de base e de um acrescido poder legislativo específico em matérias não reservadas à soberania.

Tais clarificações tiveram o contributo decisivo e criativo do PCP, quer através de propostas iniciais, quer na busca de soluções viáveis. Tal empenhamento, totalmente assumido na Assembleia Regional e na Assembleia da República, ajudou a abrir portas que muitos outros teimosamente insistiam em fechar.

Outros aperfeiçoamentos estão já conseguidos na comissão, mas matérias há (como a consagração constitucional da audição prévia às Assembleias Regionais, no processo de nomeação dos ministros da República; como a definição do tempo e circunstância em que termina o mandato de cada Ministro da República; como a consagração constitucional de regras de adaptação do sistema fiscal) que não estão ainda obtidas uma vez que o PSD e o PS, pelo processo de votações cruzadas das várias propostas, inviabilizaram a adopção de soluções necessárias.

O Secretariado da DORAA pensa, no entanto, ser ainda possível, em plenário, encontrar as soluções adequadas. É nesse sentido que irá o

empenhamento e a acção do PCP.

Esclarecimento

O Secretariado da DORAA chama ainda a atenção para a importância da consagração constitucional de uma relevante conquista autonómica — a existência de um domínio público regional — conquistada essa que ganha cobertura constitucional com uma proposta do PCP, aprovada em comissão. Dado que tal proposta foi totalmente distorcida por uma notícia publicada num jornal da região, o Secretariado da DORAA elaborou um esclarecimento de pormenor sobre esta questão, esclarecimento esse que refere:

Na sua edição de 7 de Abril o jornal «Açoriano Oriental» publicou, na 1.ª página, uma notícia sob o título «PC encurta mais estatuto da autonomia», referindo-se, com interpretações abusivas e não rigorosas, ao conteúdo e objectivo de uma proposta

do PCP.

Dado que toda a intervenção do PCP no processo de revisão constitucional e no que respeita às Regiões Autónomas, visou consolidar o sistema autonómico não pode a DORAA deixar de lamentar a falta de rigor da fonte que «informou» o «Açoriano Oriental» e não pode deixar de esclarecer a opinião pública sobre este aspecto particular do processo de revisão constitucional.

Com efeito, o PCP propôs com o apoio unânime dos demais partidos e forças políticas a concessão de dignidade constitucional à noção de domínio público, incluindo o domínio público regional, constituído por bens e riquezas que pelo seu valor devem merecer especial protecção.

A futura definição de um domínio público do Estado (em que se incluem as águas territoriais com seus leitos, fundos marinhos contíguos, lagos, lagoas, cursos de água navegáveis ou flutuá-

veis, camadas aéreas superiores ao território, jazigos minerais, nascentes de água minero-medicinais, e outras, estradas e linhas férreas nacionais, tal como outros bens assim classificados por lei) não exclui que no domínio público das Regiões Autónomas venham a ser incluídas (ou continuem incluídas se já previstas nos respectivos estatutos autonómicos) riquezas naturais de grande relevância regional.

Repudiando interpretações descabidas e abusivas de um texto que contribui positivamente para constitucionalizar a conquista autonómica que é a existência de um domínio público regional, a DORAA informa estar o PCP inteiramente disponível para, no decurso dos debates no plenário da Assembleia da República, aprovar todas as necessárias clarificações de redacção que tornem insusceptível de qualquer tresleitura a norma constitucional cuja aprovação é altamente desejável.

Flores sem adubo

O abastecimento de adubo para as actividades agrícolas na ilha das Flores continua a ser assinalado por graves deficiências. Durante todo um mês os agricultores da ilha não conseguiram obter aquele produto, grave situação que o deputado do PCP na Assembleia Regional, Paulo Valadão, já levantara no passado dia 17 de Março.

Também nesse dia apresentou requerimento sobre o facto e solicitou ao Governo Regional informações urgentes sobre o adubo que seria vendido em Abril.

A Comissão de Ilha das Flores do PCP denuncia esta situação anómala e acusa o Governo Regional como único responsável do que se passou, exigindo que no próximo barco a escalar as Flores venha adubo em abundância para fornecer todos os agricultores da ilha.

Viana do Castelo

Trabalho, diálogo, espírito de iniciativa, responsabilidade, profunda ligação aos sentimentos das populações e às realidades locais — por tudo isto passa a acção dos eleitos CDU nas freguesias de Viana do Castelo. De passagem pelo Alto Minho, o «Avante!» teve oportunidade de dialogar com três dos seis presidentes de juntas da CDU naquela concelho. Três homens e três equipas prontos para mais um mandato, a partir das eleições de Dezembro próximo.

Uma nova Abilheira

«Aqui na cidade, a Câmara assume, como é natural, a realização das obras. Nós apresentamos reivindicações e propostas», diz-nos João José Vieira, presidente da JF de Santa Maria Maior, um núcleo urbano de Viana onde as crianças terão em breve um novo e belo jardim, já com projecto em fase final, e capacidade para 120 utentes.

Chamando a atenção para os problemas do saneamento básico, «uma das mazelas na cidade», João José Vieira fala com especial carinho do

lugar da **Abilheira**, zona esquecida ao longo dos anos pelos poderes instituídos. Um vasto plano de obras, apresentado pela Junta à CM, e que mereceu aprovação, tem em curso a sua primeira fase, prevendo-se para breve o início da segunda. Depois, uma Abilheira profundamente renovada nascerá na periferia de Viana. Apesar de severas limitações financeiras, a JF assumiu a responsabilidade de realizar profundas obras nas ruas. «No fim do mandato, a rede de ruas da Abilheira estará concluída», garante o presidente, que aponta ainda outra questão de vivo sig-

nificado, nomeadamente no capítulo da dignidade do Poder Local democrático: as novas instalações da JF, «assunto» que ficará resolvido em breve.

Piscina de marés

Monsserrate é outra freguesia da bela cidade de Viana. Tal como Santa Maria Maior, a acção da JF tem muito a ver com a reivindicação e a apresentação de sugestões junto dos serviços da CM, num clima de responsabilidade e diálogo construtivo.

Edmar Oliveira, metalúrgico, trabalhador dos Estaleiros de Viana, sublinha que, apesar das limitações financeiras, «vamos avançando para algumas pequenas obras». E depois, com legítima alegria, fala das reparações nas escolas, dos dois parques infantis da freguesia, do apoio directo a 30 crianças através

do jardim de infância promovido pela JF, das iniciativas em prol de mais instalações para as crianças, apoio às actividades desportivas, da luta sem tréguas que a autarquia CDU desenvolve para que sejam recuperadas as zonas degradadas da freguesia.

Os bairros dos Pescadores e do Lamoso (aqui com a nódoa da construção clandestina) são núcleos da freguesia que merecem a atenção redobrada da Junta.

Uma Junta que se bate igualmente pela construção de uma piscina e pela recuperação da praia norte, rica em iodo. Uma praia que quase desapareceu com a construção dos Estaleiros e para a qual a JF avança a proposta de uma **piscina de marés**, com água do mar, iniciativa que, a concretizar-se, representaria a valorização significativa de uma importante zona da cidade, o apoio a muitas famílias especialmen-

te no tempo de Verão e uma arrojada intervenção no âmbito da defesa dos recursos naturais e do meio ambiente.

Saúde em Darque

De boa saúde vai também a gestão na freguesia de Darque, à entrada da capital do Alto Minho. António Miranda, aposentado da FP, fala-nos com determinação do projecto para a construção do Centro de Saúde na margem esquerda do Lima (está consignada verba no Orçamento do Estado), e lembra o trabalho dos 13 médicos em funções na actual extensão de saúde da freguesia.

«Já construímos uma escola primária e neste mandato também uma pré-primária. Ao todo temos 16 salas para o ensino primário, frequentadas por 600 crianças. Darque terá também uma unidade

C+S (Preparatório e Secundário)», comenta António Miranda, que aponta números e factos significativos que atestam o empenhamento da JF na resolução dos graves problemas da habitação. «Foi iniciativa a construção de 96 casas de habitação social com empréstimo garantido e juros especiais», lembra o presidente, que nos fala ainda dos incentivos e apoios no capítulo da autoconstrução, nomeadamente dos 25 lotes com projectos ao preço unitário de 150 mil escudos!...

Uma obra de mérito é reconhecida em Darque também nas áreas do apoio ao desporto, juventude e infância. «Já começou a construção do polidesportivo coberto», sublinha António Miranda.

Santa Maria Maior, Monsserrate, Darque — três exemplos de trabalho e competência.

Internacional

JAPÃO

Takeshita demite-se mas garante continuidade da sua política

Dia 25 de Abril, Noboru Takeshita, primeiro-ministro japonês, foi à televisão anunciar, em conferência de imprensa, a sua intenção de se demitir, logo que consiga garantir uma votação favorável, na Dieta (parlamento), para o Orçamento de Estado de 1989. A demissão surge na sequência do escândalo Recruit, em que o primeiro-ministro está directamente implicado. Uma situação aliás nada original. É o quarto primeiro-ministro japonês do pós-guerra a fazê-lo por idênticas razões. O que só por si indica que os escândalos financeiros não podem ser considerados casos fortuitos, mas têm a ver também com a própria lógica do sistema.

A demissão do primeiro-ministro surge quase um ano depois do desencadear público do escândalo.

O escândalo Recruit Cosmos, do nome da filial imobiliária do grupo japonês Recruit, abarca não só figuras gradas do governo de Tóquio, mas ainda dirigentes políticos incluindo as principais personalidades do Partido Liberal no poder, o presidente da Câmara dos representantes, e dirigentes dos partidos da oposição, com exclusão dos comunistas.

A dimensão política do escândalo — um dos maiores que alguma vez atingiu o Japão — é enorme. É-o também a sua dimensão financeira. As somas em jogo atingem quase os 5,2 biliões de yen (42 milhões de dólares).

Em traços largos o escândalo reflecte uma prática corrente no capitalismo.

Para assegurar o apoio de personalidades influentes, o grupo Recruit distribuiu-lhes acções da sua filial Cosmos a preços fortemente subavaliados (uma outra filial da Recruit fornecia empréstimos sem juros para a compra de acções). Algumas semanas mais tarde, a cotação na Bolsa das acções Recruit Cosmos permitia aos beneficiários desta operação lucros consideráveis, através da especulação bolsista.

O objectivo deste tipo de manobras — e o caso Recruit não é mais que a ponta de um iceberg, é fazer aplicar pelo governo políticas que correspondam aos interesses do grande capital em geral e mesmo a este ou àquele dos seus sectores em particular.

Por exemplo, a privatização dos caminhos-de-ferro ja-

poneses, como denunciam os sindicatos, foi fonte de enormes lucros — biliões de yens, para grandes sociedades.

São factos que testemunham da extensão e profundidade das ligações entre o grande capital e os órgãos do

«Asahi Shimbun» revela que o presidente-adjunto da Câmara de Kawasaki (nos arredores de Tóquio), obteve elevados lucros com a revenda fraudulenta das acções Recruit-Cosmos. A partir daí, vão surgindo sucessivamente novos nomes de personalidades envolvidas. Em 11 de Abril deste ano, Takeshita admite o seu envolvimento no escândalo.

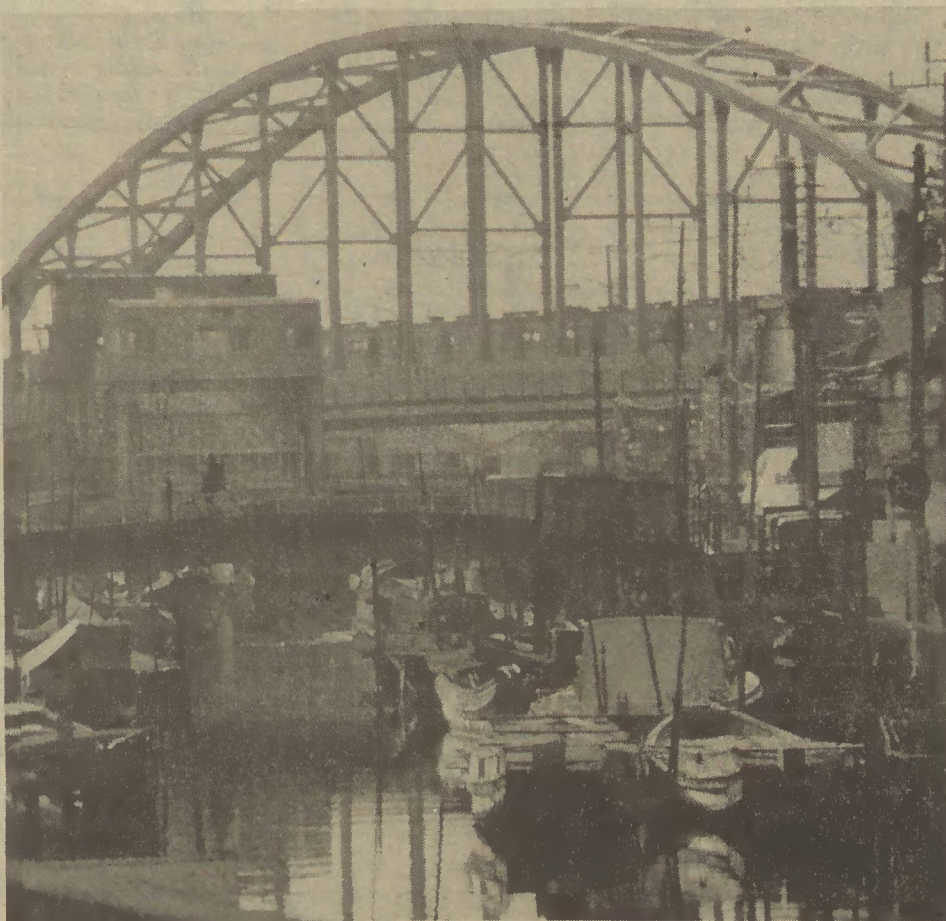
A demissão seria inevitável. Mas na prática Takeshita sai garantindo para já a continuação da sua política.

No próprio dia da demissão, o Partido Comunista Japonês, pela voz do seu secretário-geral, denuncia que o primeiro-ministro, no próprio acto da sua demissão, afirma

os sectores da população, o que na prática quer dizer que atinge sobretudo os sectores economicamente mais fracos, tem assumido grandes dimensões entre os trabalhadores japoneses.

«Conferências de ligação de diversas organizações» contra a introdução de um imposto indirecto foram criadas a nível nacional, em 47 prefeituras e 507 bairros. Mais de metade das assembleias municipais no país, ou seja 1644, adoptaram resoluções condenando a introdução do imposto.

Note-se que uma das promessas eleitorais do primeiro-ministro demissionário era o não agravamento dos impostos. Mas tratava-se ape-



Muito se fala dos «milagres económicos» do Japão. Mas raramente se diz que os seus custos sociais se traduzem em factos como jornadas de trabalho de 16 horas

poder político. No Japão. Mas também em geral no mundo capitalista.

Porquê a demissão?

O escândalo foi desencadeado em Junho de 88, quando o diário japonês

a intenção de garantir a passagem na Dieta do projecto de orçamento para 1979, na prática como uma condição para a sua própria saída. A aprovação deste orçamento prende-se a imposição de um imposto de consumo, fortemente contestado pelos trabalhadores japoneses.

Na opinião dos comunistas japoneses, as declarações de Takeshita no acto do anúncio da sua demissão, têm como objectivo: dar uma satisfação à opinião pública, reunificar o Partido Liberal Democrático, fazer passar o projecto de orçamento contra alguma oposição parlamentar, acabar com as investigações em torno do escândalo, e diluir responsabilidades políticas e morais.

Uma posição que tem a ver também com a crescente exigência de realização de eleições gerais antecipadas.

Lutas populares

A luta contra a introdução de um imposto indirecto, que atinge de forma indiscriminadamente «igualitária» todos

nas de promessa eleitoral... Logo após as eleições, o governo de Takeshita apresenta como prioridade uma reforma fiscal que pressupõe a introdução do imposto indirecto, cinicamente apresentado como «imposto para a assistência social».

Trata-se, na verdade, e para além de qualquer demagogia eleitoralista, de prosseguir com a política reacçãoária de sucessivos governos do pós-guerra, em estreita dependência dos EUA — do aumento de armamentos e efectivos militares, ao aligeirar dos encargos e impostos para as grandes empresas.

Concretamente, no que respeita à introdução do imposto indirecto, quatro organizações financeiras japonesas exigiram mesmo formalmente ao governo a sua introdução.

Factos que testemunham da estreita inter-relação entre poder político e grande capital nos países capitalistas. Quando do deflagrar dos grandes escândalos, essas dependências ficam particularmente à vista. Na verdade são constituinte quotidiano e permanente do sistema.

Manifestações na Coreia do Sul

Milhares de trabalhadores e estudantes sul-coreanos, manifestaram-se exigindo a demissão do governo, e foram brutalmente reprimidos pela polícia.

Na perspectiva de um dia de protesto nacional pela demissão do governo, a polícia e soldados bloquearam todas as estradas conducentes ao local do comício, vigiando edifícios governamentais e embaixadas. Gases lacrimogéneos foram lançados sobre os estudantes para os impedir de sair da Universidade de Youngsei, em Seul. Todos os acessos e pontes da ilha de Yoido foram bloqueados. Milhares de prisões registaram-se durante a noite. Da repressão resultaram muitos feridos.

Os estudantes e trabalhadores exigem a demissão do governo de Roh Tae Woo, que denunciam pela sua política ditatorial e pelas crescentes restrições aos direitos dos trabalhadores.

Afeganistão: bandos armados somam fracassos

As comemorações do 11.º aniversário da Revolução foram antecipadas de um dia para evitar os massacres programados pelos bandos armados de oposição, que apostavam numa grande matança da população civil, com um bombardeamento maciço de Cabul. As autoridades de Cabul apreenderam grande quantidade de armas, inclusive pesadas. Um engenho explosivo foi desactivado numa central eléctrica. Mesmo assim foram lançadas sobre a capital 50 rockets, e 26 pessoas foram mortas e cerca de 50 ficaram feridas.

Grandes ofensivas foram também lançadas contra Jalalabad e Khost, ofensivas que falharam face à resistência dos defensores das cidades.

Malogrou-se ainda a tentativa dos bandos de controlar a estrada Cabul-Jalalabad.

O tráfego pela estrada Hayraton-Cabul, que liga a capital à fronteira soviética, não foi interrompido. Desde meados de Abril chegaram a Cabul, provenientes da União Soviética, 1200 veículos, com 8 mil toneladas de alimentos, mais de duas mil toneladas de combustível e artigos de primeira necessidade.

Na povoação de Meichani, no Paquistão, realizou-se, a 8 de Abril, uma reunião de dirigentes de alguns bandos, com a participação de agentes secretos paquistaneses, em que dirigentes das operações militares da oposição foram criticados, não pelos massacres realizados, mas porque tais acções necessariamente levam os defensores das cidades a resistir até ao último cartucho, não se entregando nunca.

Angola: regularizado o abastecimento

O ministro angolano do Comércio afirmou, no Rio de Janeiro, que o fornecimento alimentar a Luanda deverá ser normalizado a partir de Maio-Junho. É então que poderá ser plenamente aplicado o programa de abastecimento autónomo a Luanda.

Segundo o ministro, entra-se então «numa situação que poderemos classificar de estabilidade, inclusive do ponto de vista da qualidade e de uma maior diversificação de produtos». Assim, o abastecimento «deixará de ser um problema grave».

Entretanto o país debate-se com outros problemas.

Angola conta actualmente com um milhão e meio de deslocados, revelou há dias a secretária de Estado dos Assuntos Sociais, que referiu que os deslocados controlados pelos assuntos sociais são na sua maioria velhos, mulheres e crianças, dos quais 67 mil camponeses e 42 mil habitantes de cidades municipais e comunais.

Situações muito difíceis, fruto também da guerra.

Venezuela pede para aderir aos Não-Alinhados

O pedido de adesão da Venezuela ao movimento Não-Alinhado, dirigido ao Bureau coordenador do movimento, será discutido no próximo encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros da organização, em Belgrado.

Foi entretanto salientado, no Bureau dos Não-Alinhados, que desde a fundação do Movimento a Venezuela tem sido seu observador.

A maioria dos países não-alinhados apoia a intenção da Venezuela de participar mais activamente no movimento.

Cosmonautas da Mir regressam à Terra

Os cosmonautas soviéticos Alexandre Volkov, Serguei Krikalev e Valery Poliakov regressaram à Terra no passado dia 27 de Abril, em boas condições, após uma permanência de 5 meses os dois primeiros, e oito meses, o terceiro, a bordo da estação orbital «Mir».

A estação soviética vai ficar agora três meses em regime não tripulado. Em Agosto próximo será acrescentada com mais dois módulos tecnológicos e de novo habitada por Alexandre Victorenko e Alexandre Balandine.

Cooperação PCP-PCE

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Espanha visitou Madrid uma delegação do Partido Comunista Português composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

A delegação do PCP mateve conversações com uma delegação do PC de Espanha composta por Paco Futus, Francisco Palero, José Maria Coronas, todos da Comissão Política e do Secretariado e Leonor Bornaio, do Comité Central, Miguel Moran e Pepe Cabo da Secção Internacional.

As duas delegações procederam a uma ampla troca de opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos respectivos partidos e sobre a situação no movimento operário, com particular destaque nos países da CEE.

As duas delegações manifestaram total acordo em reforçar a cooperação bilateral.

Internacional

CC do PCUS debateu questões de organização

No dia 25 de Abril realizou-se em Moscovo uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética que debateu algumas questões organizativas da sua actividade — de acordo com a informação oficial publicada na imprensa soviética no dia seguinte.

Ao abrir os trabalhos, com uma breve intervenção, o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, comunicou que um grupo de membros (efectivos e suplentes) do CC e da Comissão Central de Revisão, de entre os que atingiram a idade de reforma, apresentara um pedido de libertação das suas responsabilidades.

O plenário do CC e a Comissão Central de Revisão satisfizeram aquele pedido, manifestando aos camaradas que deixaram de fazer parte destes organismos «grande gratidão» pelo trabalho que ali desenvolveram.

As intervenções feitas no debate, tal como as de Mikhail Gorbachov na abertura e no encerramento dos trabalhos, foram publicadas na imprensa soviética, nomeadamente no «Pravda» de 27 de Abril, ocupando um total de sete páginas, e a elas nos referiremos no próximo «Avante!».

No dia 26 foi divulgado o texto integral da carta dos dirigentes do PCUS pedindo que fossem libertados dos cargos que ocupavam no CC na CCR.

Reproduzimos aqui esse documento, assinado por 74 membros efectivos e 24 suplentes do CC do PCUS, e por 12 membros da Comissão Central de Revisão do PCUS.

«Nós, membros do Comité Central do PCUS, membros suplentes do Comité Central, membros da Comissão Central de Revisão do PCUS, solicitamos ao plenário do Co-

mité Central do PCUS que analise o nosso seguinte pedido:

«Nós, eleitos para organismos dirigentes do nosso partido no 27.º Congresso do PCUS, no período após o Congresso passámos à reforma devido à idade ou a questões de saúde.

«Consideramos que actualmente, quando de todos os camaradas que compõem o Comité Central do PCUS e a Comissão Central de Revisão do PCUS se exige uma intensa actividade na participação na perestroika é-nos necessário, no interesse da causa, prescindir dos cargos de membros do CC, membros suplentes do CC do PCUS, membros da Comissão Central de Revisão do PCUS.

«Ao dirigir este pedido ao Comité Central do PCUS e à Comissão Central de Revisão do PCUS, expressamos o nosso unânime apoio à linha política do nosso querido par-



tido, do seu Comité Central e do Bureau Político do CC do PCUS.

«Expressamos o nosso profundo e caloroso agradecimento ao partido de Lénine, ao seu Comité Central, pela elevada confiança que depositaram em nós, e de todo o

coração desejamos novos êxitos na renovação revolucionária da nossa sociedade, no cumprimento das tarefas da perestroika.

«Reafirmamos ao Comité Central que também de futuro iremos ter uma participação activa no trabalho do partido de Lénine.»

NATO abalada pelo «não aos novos mísseis»

Uma questão candente está hoje no centro das atenções do movimento pela paz, na Europa — os mísseis de curto alcance. Modernização ou conversações tendo em vista a sua limitação e liquidação?

Uma questão que tem desde já o mérito de se assumir como pólo de mobilização do movimento pacifista por objectivos concretos.

E que simultaneamente se afirma como exemplo da necessidade intrínseca de confluência da política de paz dos países socialistas e dos amplos movimentos de massas para a paz na conquista de um mundo desnuclearizado, na batalha vital pelo desarmamento.

As discrepâncias que se estão a registar na NATO, nestes dias, em torno da questão dos mísseis, vêm a assumir características particularmente interessantes.

Grã-Bretanha e EUA (e Portugal!) defendem a modernização dos mísseis de mais curto alcance, o que na prática significa que pretendem ladear o acordo soviético-americano para a liquidação dos mísseis na Europa (8 de Dezembro de 1987), acordo que já está em fase de aplicação prática.

Sem escamotear o peso muito particular destes dois países no seio da NATO, salta à vista que a sua posição se encontram isolada. Antes do mais pela posição assumida pelo governo conservador da RFA, que prefere — mesmo em declarações oficiais e posições públicas — negociações com o Tratado de Varsóvia com vista à redução ou mesmo à eliminação dos mísseis. E ainda porque esta posição está a ser apoiada, publicamente, por vários membros europeus da Aliança Atlântica: Espanha, Itália, Grécia, Dinamarca, Bélgica, Noruega.

Todos os esforços têm vindo a ser feitos para conven-

cer o governo de Bonn a mudar de posição. Antes do mais por parte do governo dos Estados Unidos. Agora é a Grã-Bretanha, com a visita de Margaret Thatcher à capital oeste-alemã, onde se deslocou para encontros com Helmut Kohl, chanceler da RFA.

Mas, aparentemente, o resultado da visita é que tudo ficou na mesma. Na conferência de imprensa realizada após os encontros, o chanceler oeste-alemão sublinharia que «há interesses especiais alemães e nós esperamos que os nossos amigos os levem em consideração», enquanto a imprensa conservadora britânica, muito significativamente, fazia invulgar ataques à RFA.

Porquê?

Ninguém admite, naturalmente, que estamos perante a conversão do governo de direita de Helmut Kohl ao pacifismo.

Mas antes perante um exemplo de como podem pesar — e pesam — as realidades da nossa época e a batalha dos povos pela paz. Batalha que naturalmente englo-

ba como componente particularmente importante a política em prol do desarmamento da comunidade socialista e da URSS.

Essas realidades muito concretas dizem-nos, por exemplo, que se encontram actualmente na Europa cerca de 6200 meios nucleares de combate de diferentes tipos e cerca de 9000 ogivas nucleares. O emprego de apenas uma parte destas armas de destruição massiva seria suficiente para tornar este continente densamente povoado e altamente industrializado num deserto queimado pelas armas atómicas.

Pode haver quem discuta as perspectivas da morte atómica do planeta, da noite e do inverno nuclear, muito embora estudos muito sérios não deixem dúvidas quanto ao que seriam as consequências — mais que dramáticas, absurdas — de uma guerra mundial. Mas ninguém poderá alimentar quaisquer dúvidas que a mais «limitada» das guerras nucleares seria o fim dos alemães (e aliás da Europa...).

Por razões geográficas, os sistemas de armas nucleares de um alcance inferior a 500 quilómetros (e são estas que agora estão em causa) afectam de um modo particular os dois Estados alemães. Como recentemente salientou o dirigente da RDA, Erich Honecker, «a frase muitas vezes utilizada no Ocidente, quanto mais curtos os raios de acção, tanto mais alemães são mortos tem, neste contexto, plena justificação».

Não podemos saber quais são as ideias e os temores de Kohl quanto a estes perigos muito reais. Mas uma

coisa é bem certa — na RFA, onde se desenvolveu um importante movimento pela paz, o repúdio pela corrida às armas é generalizado. E estamos praticamente em vésperas de eleições neste país...

Berlim e Bruxelas

A República Democrática Alemã iniciou há poucos dias a concretização do seu plano de desarmamento unilateral, que inclui a dissolução de seis regimentos blindados.

Os tanques vão ser desmantelados e os soldados desmobilizados.

Até 1990 — e como decisão unilateral, independente de outras negociações que poderão ocorrer entretanto — o Exército da RDA vai ser reduzido em 10 000 efectivos, 600 tanques e 50 aviões. As despesas com a defesa nacional são cortadas em 10%.

Além desta decisão, tomada em princípios deste ano pelo Conselho da Defesa Nacional, o dirigente da RDA, Erich Honecker, anunciou há uma semana, que 11 500 recrutas do Exército da RDA, dedicarão 15 dos 18 meses do seu serviço militar obrigatório, não ao treino militar, mas à participação em projectos importantes da economia nacional.

São factos muito concretos, que se inserem e confirmam uma clara política de paz e desarmamento por parte dos países socialistas. Política que vai na mesma linha da batalha pela paz dos movimentos pacifistas. E isso é

bem sentido. Até no seio da NATO!

Um outro facto, muito importante neste contexto. No dia 16 de Abril, na Praça Rouppe, em Bruxelas, concentraram-se cerca de 80 mil pessoas para exigir do governo belga que não ceda face às pressões de americanos e britânicos, na sua posição de recusa da modernização dos mísseis nucleares.

Esta manifestação contou com a participação do conjunto das forças políticas e sindicais belgas, na medida em que o próprio governo belga (que nada tem de um governo progressista), também manifesta desacordo em relação a Washington e Londres.

São factos que importa particularmente ter presentes.

Propostas de desarmamento, como as avançadas pela União Soviética, abrem caminho a acordos com o de Washington. Mas não só. Ao dirigir-se a Washington, Gorbachov dirige-se também aos povos de todo o mundo. E quando as propostas de desarmamento, a política de desarmamento, são apropriadas por um grande movimento de massas, os «falcões» esbarram com sérias dificuldades em torpedear os acordos que assinaram.

Independentemente das evoluções que se registarem em relação ao problema concreto dos mísseis de curto alcance na Europa, as capacidades e potencialidades do movimento da paz estão à vista e reflectem-se também nas divergências no seio da NATO. E esta é uma consequência da maior importância.

O 1.º de Maio de 1962

«Correspondendo aos apelos do Partido, da Junta Patriótica de Lisboa e de muitas outras juntas patrióticas locais, o povo de Lisboa levou a cabo no dia 1.º de Maio uma das maiores e mais combativas manifestações até hoje realizadas contra a ditadura de Salazar.

O ambiente era de grande tensão e entusiasmo. Toda a gente sabia do apelo para a manifestação, por toda a cidade se comentavam as inscrições, as tarjetas, os manifestos, os cartazes, que em número de cerca de meio milhão foram durante semanas distribuídos, lançados em cinemas, nas ruas, nas empresas, afixados nas paredes, por muitas dezenas de brigadas de agitação.

A partir das 5 horas da tarde começaram a concentrar-se, no Terreiro do Paço e na zona da Baixa, muitos milhares de manifestantes que a polícia não conseguia fazer dispersar. De momento a momento, novas massas de trabalhadores e jovens chegavam ao centro da cidade para tomar parte na manifestação. Às 7 horas a Baixa estava ocupada por mais de 100 mil manifestantes que começaram a dar vivas à liberdade e a cantar num coro impressionante o Hino Nacional, deslocando-se com dísticos para o Terreiro do Paço.

As companhias móveis da polícia, os esquadrões de cavalaria da GNR e as brigadas da PIDE lançaram-se então sobre a massa do povo para o fazer dispersar e tentando prender os manifestantes que mais se destacavam, mas encontraram pela frente uma enérgica resistência do povo, conduzida por grupos de operários e estudantes.

Travou-se uma luta violenta que se prolongou por várias horas; o centro da cidade, onde o trânsito fora cortado pela polícia, foi teatro de autênticas batalhas de rua que se tornaram mais duras sobretudo na Madalena, no Carmo, no Rossio e Martim Moniz. Com a selvajaria habitual, as companhias da polícia e os esquadrões da Guarda espalhavam indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, lançavam granadas de gases lacrimogénicos e jactos de água suja sobre a multidão, que recuava para se reagrupar de novo, gritando a plenos pulmões «Morta Salazar! Abaixo o Fascismo! Assassinos!».

Respondendo à agressão, os manifestantes começaram a levantar as pedras da calçada e a lançá-las sobre a polícia e a GNR. Nalguns locais destacavam-se as mulheres apedrejando a polícia e incitando os manifestantes a não recuar. Nem mesmo as rajadas de metralhadora assustavam o povo, pois os manifestantes deitavam-se no chão para escapar aos tiros e voltavam a avançar empunhando postes, ferros, correntes, placas de paragens — tudo o que podiam arrancar das ruas. Nos locais de maior luta, candeeiros, montras e vidraças ficaram estilhaçadas.

Foi no decurso de um destes combates que a polícia ceifou com uma rajada de metralhadora um grupo de seis ou oito manifestantes na Rua da Madalena. Além do jovem operário Estêvão Giro, outros manifestantes parecem ter morrido nesta cobarde agressão que ainda aumentou mais a indignação popular: alguns polícias foram envolvidos pela multidão, que lhes arrancou as espingardas e as despedaçou (...).

Depois de anoitecer, a manifestação continuou com o maior vigor. Marchando para o Rossio, a multidão ocupava as ruas a toda a largura, batendo palmas compassadamente e gritando em coro.

(«O povo de Lisboa luta nas ruas com a polícia» — «Avante!», VI série, n.º 316, 1.ª quinzena de Maio de 1962).



Festa dos Baldios em Vila Real

A serra acorda quando os lobos uivam

Quando os bombos reboaram na avenida, vindos da multidão compacta que assomara lá no cimo, um grupo de cidadãos ri por trás das bicas, na esplanada do café de esquina. Minutos depois, a displicência que pretendia fruir o espectáculo da marcha dos montanheseiros como um complemento exótico duma tarde digestiva, desfez-se sob a mesma alarvidade que a começara; o desfile deixara de ser um espectáculo que passava e transformara a vasta avenida na moldura duma festa: quem lá estava dentro passou a fazer parte dela. O grupo pôs-se de pé, com a ironia desorganizada e a curiosidade a buscar perspectivas da multidão que o engolira. A Avenida Carvalho Araújo, na cidade de Vila Real, era agora um recinto vibrante onde as tunas, os ranchos folclóricos, as tocatas, as rusgas e as bandas explodiam música por todo o lado. Um outro grupo, mas de jovens, escalou um insólito «Monumento aos heróis da guerra do Ultramar» para ver melhor, famílias inteiras dependuraram-se de varandas e janelas, polícias afadigaram-se no corte momentâneo ao trânsito que cruzava a avenida a meio. No palco montado a topo, junto ao edifício dos Paços do Concelho, alguém anunciou a razão da iniciativa que ali desaguarda: tratava-se de um Encontro-Festa dos Baldios Norte e Centro do País que escolheu Vila Real para comemorar «a grande vitória que foi a recente declaração de inconstitucionalidade feita pelo Tribunal Constitucional à Lei que pretendia retirar os baldios aos povos». Entretanto os mais de 2500 compartes vindos de oito distritos já eram um mar de gente, ao sol daquela tarde de domingo passado. Mas não tinham acabado de chegar. A história começara horas antes, com a troca duma escola por um cinema e almoço comunitário num jardim onde já houve uma carreira de tiro. Sem lobos nem uivos — mas com a serra bem acordada...

■ **Henrique Custódio**



Um amor do fundo dos tempos

Chamam-se entre si «compartes», que é uma forma de dizer que estão juntos e iguais no usufruto dos baldios. O amor à terra tem, para eles e aqui, a memória ancestral e sem pecado dos tempos comunitários. Fomos encontrá-los em Vila Real a festejar mais uma vitória na interminável luta que travam há décadas contra a sanha do Poder em os desapossar dos seus matos serranos.

Eram milhares, vindos dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança, Viana do Castelo, Braga, Coimbra, Aveiro e Porto. Estavam num jardim chamado da Carreira — amplo, frondoso e sem vestígios da carreira de tiro que lhe deu o nome. Preparavam-se para almoçar. Colectivamente, pois claro. Daí que ao primeiro gesto do jornalista para entabular conversa, lhe pusessem na mão uma caneca de vinho e o incitassem a escolher, antes de mais, entre o enchido beirão, o presunto transmontano e o cabrito dos baldios. A escolha não era difícil porque, de qualquer modo, tornou-se irresistível provar de tudo. E conversar.

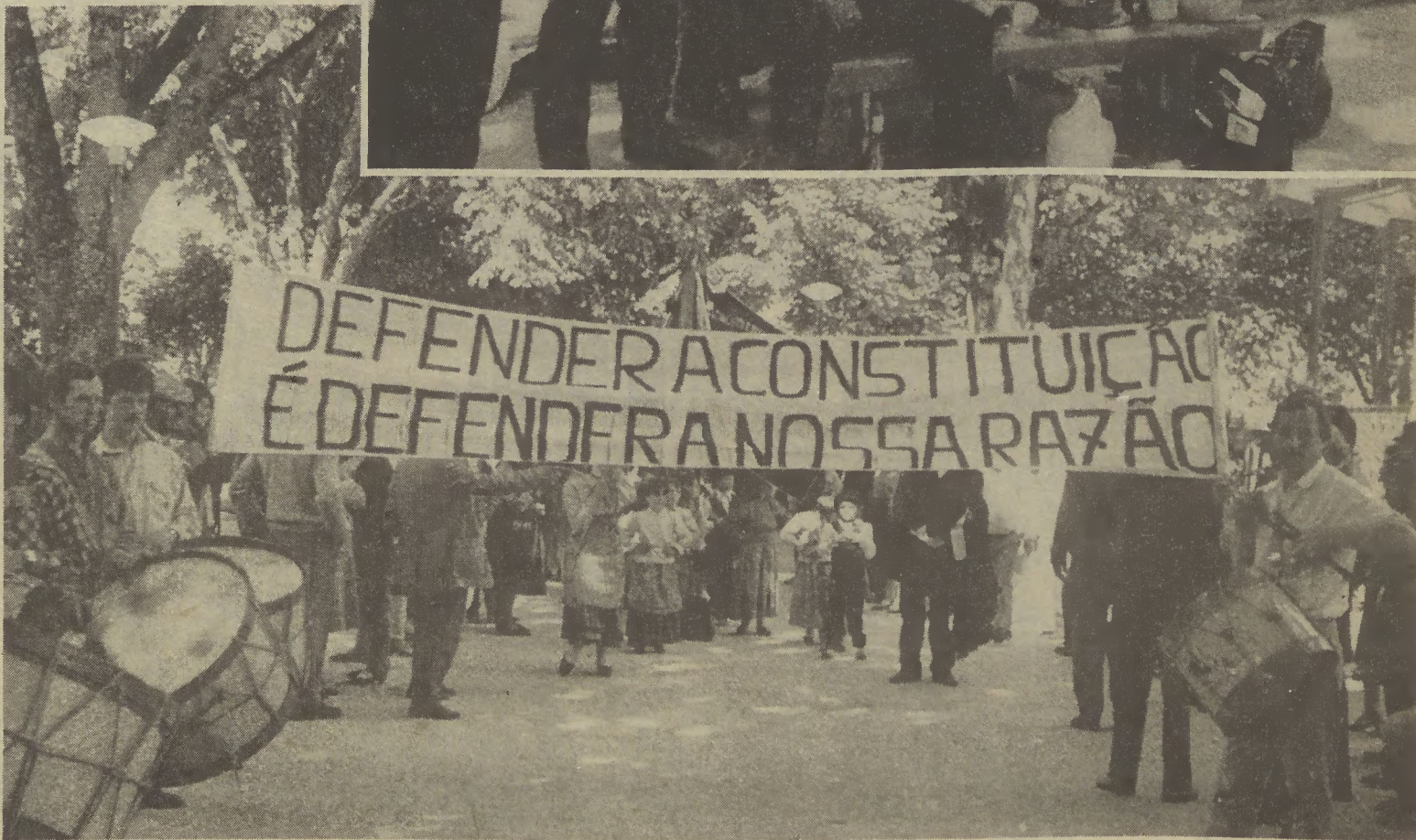
Com a mesma naturalidade com que identificavam o vinho (este de Amarante, aquele de Anadia, o outro da Régua, todos do produtor), explicavam o funcionamento orgânico dos Baldios.

«Cada povo tem o seu baldio tem o seu conselho directivo, sempre constituído por sete elementos. É lá que toda a gente põe o gado a pastar ou vai buscar mato e lenha». Sorriem, cerimoniosos, quando se pergunta quem trabalha a terra dos baldios. «Ali a terra é que trabalha para nós, dando-nos aquilo que Deus quer», explicam quase envergonhados de terem de esclarecer tão primário desconhecimento. «Aquilo é serra por ali fora, só lá cresce o que a Natureza quer». Mato para a cama dos gados. Pastagens. Lenha para o lume. Madeira para as casas. E terreno também, quando não há outro sítio, onde erguer um lar.

E a riqueza florestal? Essa «é transformada em dinheiro que se deposita numa conta à ordem dos conselhos directivos». Depois decide-se colectivamente onde o aplicar: no calçamento de uma rua, na construção de um chafariz ou de uma regueira, na abertura de um caminho, na organização de uma creche ou de uma escola, em qualquer das inúmeras carências das populações serranas. «São tantas que não há madeira que chegue!», riem-se com suavidade. Onde está o perfil agreste que atribuem aos montanhese? Vai mais um copo, arrumado que foi o equívoco (desculpada que está a ignorância) de se pensar que os baldios eram uma broa que se esfarelava entre todos, levando cada um a sua migalha para casa.

O voo das calçadas

E é contra a filosofia das migalhas que a conversa ganha calor e recorte. Fazem questão em se identificar. Atropelam-se nas apresentações. Querem deixar o nome e a voz, têm uma consciência aguda da importância da Comunicação Social. «Ponha aí, se me faz o favor, que o presidente da Junta apanhou agora sete meses de pena suspensa por não querer entregar o baldio aos compartes de Loumão», pede António Marques Figueiral, atento ao registo da sua terra: lugar de Igarei, Freguesia da



Em cima: mal o jornalista esboçou um gesto para encetar conversa, puseram-lhe um copo na mão e pediram-lhe que se servisse. A foto de conjunto já foi num intervalo do repasto e da conversa. Em baixo: a defesa da Constituição da República, no sentido de impedir a sua descaracterização no que toca aos direitos dos povos dos baldios, foi das consignas mais em destaque

— Proclamação —

«Cada mocho no seu souto, há que continuar a luta!»

● Encontro-Festa de Vila Real começou pelas 11.00 horas com uma sessão no cinema, onde continuaram a não caber os para cima de 2500 participantes (o local anteriormente previsto — o polivalente da Escola Preparatória n.º 1 — foi «trocado» à pressa já por ser manifestamente pequeno). Falaram vários oradores. (Joaquim Casimiro, em nome da CNA, Armando Carvalho pelos diversos Secretariados e Conselhos Directivos dinamizadores do Encontro, e Manuel Rodrigues, do Secretariado dos Baldios e da Direcção da CNA), sendo aprovadas uma moção manifestando «total apoio à actual Constituição da República» e exigindo «que continue a ser assegurado no texto constitucional, sem dúvidas nem ambiguidades, o direito das comunidades locais à posse útil e gestão dos seus

baldios», e ainda uma «Proclamação» que condensamos de seguida.

Após sublinhar que a decisão do Tribunal Constitucional significa claramente que a actual Lei dos Baldios continua em vigor, o documento aprovado por unanimidade e aclamação considera que «valeu a pena lutar», apesar dessa luta «ter custado a todos muitos sacrifícios, dinheiro, idas repetidas a Lisboa». Entretanto adverte-se: «Temos de ver, com olhos de ver, os que já antes do 25 de Abril estiveram connosco. Os mesmos que, ao longo dos 13 anos e das 13 tentativas para alterar a Lei sempre estiveram ao nosso lado, na defesa da Lei, pela aplicação da Lei». E mais adiante: «Quando na Assembleia se discute a revisão da Constituição, devemos reclamar — não mexam naquilo que até hoje tem significado o 25 de Abril dos povos serranos, não me-

xam nos direitos dos agricultores e de todos os que trabalham».

«Agora que a Lei dos Baldios foi confirmada mais uma vez», continua o documento, «vamos reclamar das autoridades o seu cumprimento, vamos fazer dela a lei dos nossos baldios, vamos levá-la como boa nova a todas as aldeias das nossas serras». E denuncia-se: «os senhores governadores civis não podem arvorar-se em advogados dos que defendem a entrega dos baldios às Juntas ou às celuloses. São representantes do Governo nos distritos e devem, por isso, dar estrito cumprimento ao que a lei determina. Aos Serviços Florestais não cabe julgar se a lei é boa ou má, se gostam ou não dela!». E adverte-se: «Ao senhor Presidente da República, à Assembleia da República, cabe velar para que seja dado bom cumprimento à nossa Lei. Para que as outras

autoridades a respeitem e façam cumprir. De cada violação da nossa Lei vos daremos conta».

Mas também se esclarece que «não estamos contra as Juntas de Freguesia. A Lei dos Baldios, quando bem entendida, permite, como há muitos exemplos, uma colaboração frutuosa com as autarquias, sem se atropelarem as competências das diversas entidades. Cada mocho no seu souto. As Juntas mandam nas Freguesias. Os Conselhos Directivos mandam nos baldios».

Finalmente exortam-se todos os compartes: «A lei está em vigor. Há que continuar a sua defesa. Ganhámos mais uma batalha, mas a guerra vai continuar porque os inimigos dos baldios não desistem. Há que lutar sem desfalecimento pela aplicação da Lei. E vamos vencer! O que é de direito tem muita força». ■

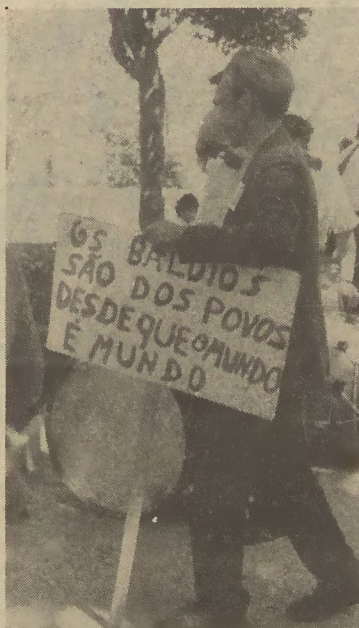
Queirã, Concelho de Vouzela. Quisemos saber de que partido era a Junta e a resposta veio esquiua e magoada: «Eu sei lá! É troca-tintas!». «É PSD, é donde a gente vota sempre!» acorre Celestino Gomes de Paiva, mais resolutivo no enquadramento político da situação que também lhe dizia respeito, pois pertencia ao mesmo conselho directivo de António Figueiral.

E acrescenta: «Imagine que chegámos à vergonha, há 10 anos, da Junta descarregar pedra para uma calçada três meses antes das eleições e, logo a seguir aos resultados, levá-la outra vez sem fazer nada!».

Do lugar de Codeço, freguesia de Venda Nova, concelho de Montalegre, acode o conselho directivo em peso quando perguntamos por que não colocam nas autarquias gente de confiança das populações. Miranda Afonso ganha a disputa e esclarece: «Quando pomos um, é certo e sabido que val fazer uma calçada à porta dele, depois metemos outro e há nova calçada à porta desse e por aí fora! O que é que a gente pode fazer?». «Podem eleger sempre gente da mesma rua, ao menos assim talvez cheguem a um calçetamento completo!», respondemos-lhe a rir. Foi um sucesso que impôs nova rodada;



Os povos serranos desfilaram em Vila Real o seu próprio quotidiano. Que é de muito e duro trabalho



«Os baldios são dos povos desde que o mundo é mundo». A definição foi celebrizada por Aquilino e hoje, no aceso da luta, novos e velhos continuam a demonstrar essa continuidade no tempo. Com música, também



João Lopes, do mesmo conselho directivo, pegou na deixa e considerou: «Não vamos meter política nisto, mas que nos andam a enganar, lá isso andam! E não é só na Freguesia, quem anda a meter leis para nos prejudicar não é da Freguesia!».

As fanfarras, os bombos, as bandas e as tunas já animavam entretanto o vasto perímetro do jardim, organizando-se para o desfile que seguiria daí a pouco em direcção à Avenida Carvalho Araújo. O ambiente era de festa, os milhares de pessoas presentes já redomoinhavam, excitadas, num esboço de cortejo, mas mesmo assim, e acompanhando-nos o passo, os membros do conselho directivo de Balsa, freguesia de Vilaverde, concelho de Alijó, faziam questão em denunciar também a sua Junta, que tem à frente «um homem no corpo mas um canalhito». Lá, onde o baldio «tem quilómetros e quilómetros que não se vêem com os olhos», lá onde o PSD «está em casa e nem isso respeita».

Pois não... ■

O que são baldios

Segundo a Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, baldios são «terrenos não individualmente apropriados, dos quais só é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos residentes em certa circunscrição ou parte dela». Na prática e em resumo, são terrenos do Estado que as populações utilizam colectivamente num usufruto que, em vastas zonas do nosso País, têm uma tradição já multissecular. É o caso do Centro e Norte do território continental, onde os baldios constituem uma realidade ancestral do quotidiano dos «povos» (aqui entendidos como populações, naturalmente).

Um dos aspectos mais curiosos deste tipo de usufruto da terra consiste no seu carácter intrinsecamente colectivo — comunitário, para sermos mais rigorosos. Desde «que o mundo é mundo» que os gados se alimentam nos baldios (muitas vezes pastoreados em conjunto), ou deles se tira a cama para os animais e a lenha para a lareira, ou neles se constróem equipamentos colectivos de que os poderes instituídos se alheiam.

Graças ao 25 de Abril, este direito consuetudinário (passe o palavão) mereceu a salvaguarda e definição constitucional num artigo da Lei Fundamental do País que define os Baldios como «bens comunitários, com posse útil e gestão das comunidades locais».

Não foi por acaso que a Revolução de Abril consagrou, no regime democrático e ao mais alto nível legislativo, o direito dos «povos» aos baldios: são velhas como o tempo as tentativas do poder em retirar às populações este usufruto ancestral, com realce para o regime fascista que sempre quis mais ou menos violentamente concretizar esses objectivos, naturalmente do agrado dos pequenos e grandes títeres locais. Aquilino Ribeiro celebraria na sua obra a corajosa e constante luta das populações serranas em defesa dos seus baldios, nomeadamente no romance «Quando os lobos uivam».

Mas se a Revolução de Abril consagrou constitucionalmente o direito dos povos aos baldios, não impediu que os velhos egoísmos e ganâncias retomassem fôlego e atacassem de novo, agora com roupagens pretensamente democráticas. Nestes últimos 10 anos chegaram à Assembleia da República 15 projectos de lei (numa média de um de oito em oito meses!) visando todos eles (com ligeiras variações) a revogação da legislação que pôs em prática o direito constitucional dos povos aos baldios. Esses projectos de lei foram apresentados pelo PSD (4), CDS (4), PS (2), PRD (2), PPM (1) e ASDI (1) e sucessivamente derrotados por evidente inconstitucionalidade.

Foi o que aconteceu à última tentativa protagonizada pelo PSD e o Governo de Cavaco Silva, que o Tribunal Constitucional declarou liminarmente inconstitucional no passado mês de Abril. E foi essa vitória que os povos serranos assinalaram festivamente neste último domingo em Vila Real, com a consciência muito clara de que ganharam mais uma batalha... mas a luta continua. ■



O almoço foi colectivo, como é evidente



A fanfarra de Provesende, Concelho de Sabrosa, fez a sua estreia espectacular na Festa dos Baldios. Um pormenor curioso, que mostra como o Poder Local democrático pode colaborar frutuosamente com os povos serranos: a criação deste grupo deveu-se, em parte, ao apoio da AECOD

A Área Metropolitana do Porto

O conjunto dos Municípios da Região do Porto, normalmente designados como Área Metropolitana do Porto (AMP), representam um espaço de interdependência onde vivem e trabalham mais de um milhão e meio de habitantes. Neste espaço acentuam-se fenómenos que criam uma complexidade de problemas cujo equacionamento e resolução exigem uma articulação funcional. A solução institucional mais adequada para a AMP será apenas encontrada no quadro da instituição, da Região Administrativa, na qual se integram os concelhos da Área Metropolitana do Porto com limites a definir.

A criação da Região Administrativa, como nível intermédio da Administração Pública, com órgãos eleitos directamente e representativos, com autonomia, atribuições, competências e recursos transferidos da Administração Central, legitimará as soluções a encontrar para os problemas da região.

De acordo com articulado da Constituição, a CDU não põe de lado o estudo da possibilidade de uma «outra forma de organização territorial autárquica» «nas grandes áreas urbanas» que «a Lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas», desde que ressalvados princípios fundamentais da democraticidade, participação e descentralização que apontem a solução de uma autarquia de tipo especial, eleita directamente pelos cidadãos, que preserve as competências municipais, detenha atri-

buições e competências da Administração Central e que tenha eventual carácter transitório, coincidente ou integrável em eventual Região administrativa aquando da criação directa da mesma, no quadro da regionalização do País.

Área Metropolitana do Porto e PDR

Este tema tem merecido particular atenção do PCP na região. Ele foi tema individualizado de um Seminário sobre a AMP, da iniciativa da CDU, e tema de uma resolução da DORP.

Uma primeira questão surge desde logo clara. Não resta margem para dúvidas de que no que respeita à Área Metropolitana do Porto, o PDR não assume sequer o PRORAMP (Proposta de Programa Operacional Regional para a Área Me-



CDU – os problemas e as propostas

Na óptica da CDU, a situação e os problemas com que a Área Metropolitana do Porto e as suas populações se debatem é crítica. Enfrenta uma situação habitacional com graves carências, o mesmo domínio do abastecimento de água e saneamento. Uma rede de infra-estruturas viárias com características deficientes, insuficiências na rede de transportes urbanos e suburbanos e a falta de inserção nessa rede de transportes ferroviários que servem a região, são factores de entrave ao desenvolvimento da AMP.

Mas a AMP enfrenta-se também com uma situação de dependência quase exclusiva da energia eléctrica que, na opinião da CDU, é urgente ultrapassar através da utilização de outras fontes energéticas, nomeadamente o gás canalizado. A região enfrenta também enormes carências no domínio da saúde e do ensino, falta de condições básicas para a dinamização e democratização das actividades culturais e desportivas e crescente gravidade dos problemas ambientais.

Para a CDU é necessário aprofundar o sentido de uma acção planificada de defesa, apoio e desenvolvimento da actual base económica da região, e de combate ao processo de reconstrução do domínio monopolista e transnacional, que tende a reduzi-la a uma região economicamente periférica e desarticulada.

Neste contexto, a CDU apresentou em Seminário recentemente realizado, um conjunto de «prioridades e opções para uma vida melhor na Área Metropolitana do Porto».

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento para a AMP, que seja elaborado com a participação da população, das autarquias e de todos os agentes intervenientes, e que compatibilize e articule a diversidade das iniciativas municipais, é a primeira prioridade.

Mas há outras. Foram adiantadas no já referido Seminário sobre a Área Metropolitana do Porto, recentemente realizado pela CDU.

Destacamos algumas dessas propostas:



Estação de Campanhã — transportes à medida da Área Metropolitana, para quando?

Habitação

- O lançamento pela Administração Central de um Programa Intensivo de Construção de Habitação Social e um Plano de Intervenção em Zonas Críticas para a recuperação de imóveis degradados, com a audição das Autarquias Locais;
- O relançamento do apoio às CHE's (Cooperativas de Habitação Económica) e às Associações de Moradores e o incentivo à autoconstrução;
- A retomada efectiva do plano de recuperação urbana do Centro Histórico do Porto e o desenvolvimento do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Gaia, em que as autarquias, os moradores e as suas estruturas desempenham um papel preponderante e mesmo decisivo. Tal pressupõe uma efectiva mobilização de meios à escala nacional e mesmo a nível comunitário, e sua distribuição adequada;
- Modificações profundas no actual enquadramento legal do arrendamento urbano, que permitam o integral aproveitamento do parque habitacional, evitem a sua maior degradação e supram as dificuldades materiais dos inquilinos economicamente mais débeis;
- Política de solos que respeite a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, e impeça a especulação e a construção clandestina.

Abastecimento de água e saneamento básico

- A implementação, com o apoio da Administração Central, do sistema de abastecimento de água à região do Porto, na sua versão definitiva;
- O estabelecimento de um plano de apoio extraordinário às autarquias para resolução dos gravíssimos problemas de saneamento básico existente em toda a Área Metropolitana do Porto;
- A construção de redes de saneamento em todas as áreas urbanas e o conveniente tratamento de águas residuais.

Política energética

No que se refere à política energética a adoptar na AMP, considera-se fundamental o abastecimento de gás canalizado à região do Porto — trata-se de criar, a curto prazo, uma alternativa mais económica (quer para uso doméstico, quer industrial) à situação actual de dependência quase exclusiva da energia eléctrica. Para isso torna-se necessário o apoio da Administração Central à constituição de uma empresa intermunicipal (com a participação de todos os Municípios do «Grande Porto») que assegure a aquisição e grande distribuição do gás canalizado, e a criação de empresas municipais que assegurem a exploração da rede em cada concelho.

As grandes infra-estruturas

O reforço das grandes infra-estruturas viárias e implementação de novas é essencial à renovação, modernização e expansão do tecido produtivo. Assumem, assim, especial relevo as acções de modernização do Porto de Leixões, que deverão ser integradas num programa coerente de expansão, modernização e aproveitamento de todas as suas potencialidades. No domínio das vias terrestres torna-se indispensável vencer os atrasos acumulados na implementação da rede viária radio-concêntrica projectada para a aglomeração urbana da AMP e de empreendimentos com ela relacionados, designadamente:

- A observância rigorosa dos prazos de conclusão de vários empreendimentos (primeira fase da via de cintura interna do Porto, o desvio Póvoa-Vila do Conde na EN 13, o lança Maia-Aves-Cruz da auto-estrada Porto-Braga);
- A concretização de obras há muito projectadas — designadamente, a conclusão da via de cintura interna do Porto; o lança Águas Santas — Campo da IP4 (Porto-Vila Real-Bragança); a variante à EN 107 (do Freixo à EN 208); a via Nordeste (no prolongamento da Avenida Fernão de Magalhães, da EN 12 à EN 208); a via de cintura interna de Gaia (da Arrábida à Avenida da República); a ligação de Espinho à A1;
- A concretização do projecto da nova ponte rodoviária sobre o rio Douro no Freixo e respectivos acessos.

No que respeita às vias férreas é particularmente decisivo cumprir os prazos do programa do Nó Ferroviário do Porto (Ponte Ferroviária e seus acessos, a Gare de Mercadorias de S. Mamede de Infesta, as Oficinas de Custódias, a duplicação e electrificação do Ramal de Leixões) e melhor inserção dos transportes ferroviários na rede de transportes urbanos e suburbanos. Neste sentido é particularmente urgente avançar na modernização da linha da Póvoa, assegurando a sua duplicação a partir de Sr.ª da Hora, e da linha do-Douro assegurando a sua electrificação e duplicação para além de Ermesinde.

Não é possível continuar a falar de desenvolvimento económico sem que estas infra-estruturas correspondam à prioridade de investimentos na região.

É da maior importância assegurar os prazos de execução da primeira fase do plano director de desenvolvimento do Aeroporto de Pedras Rubras, de qual consta a construção de nova aerogare, de áreas de estacionamento de aeronaves e instalações técnicas correspondentes, do terminal de carga e torre de controlo.

Saúde

- Dotar adequadamente o Centro Hospitalar de Gaia e reestruturar e dotar os serviços dos hospitais de Santo António e de S. João, tendo em vista a sua eficácia como hospitais centrais;

- Equipar e dotar o novo Hospital de Matosinhos de pessoal e meios, em correspondência com a área e a população a que se destina;
- Desenvolver uma rede coordenada de serviços de urgência de modo a cobrir, com eficácia e permanentemente, toda a AMP, e reformular os espaços e o modo de funcionamento das caóticas urgências dos hospitais centrais;
- Avançar com um plano de construção e instalação de uma rede de novos centros/unidades de saúde eficazes, dotados não apenas para o acompanhamento dos doentes mas também para a promoção da saúde e prevenção primária da doença, substituindo muitas das unidades existentes na AMP que não têm condições para funcionarem como tal (apenas alguns exemplos: Valongo, Campo, Sobrado, Moreira da Maia, S. Pedro da Cova, entre muitos outros);
- Reabilitar as valências de saúde pública e desenvolver a valência de educação para a saúde;
- Criação da região de saúde da AMP que, tanto quanto possível, coincida com a futura região administrativa, definida, fundamentalmente, por critérios de homogeneidade geodemográfica, da capacidade e recursos para satisfação das necessidades dos seus habitantes (identidade de hábitos, tradições e outros factores de ordem cultural, similitude de características epidemiológicas).

Ensino

- Adoptar um Plano Regional de Emergência para o Sucesso Escolar;
- Adoptar um Plano de Conservação, Recuperação e Construção de Instalações coerente com a população em idade escolar;
- Construir instalações gímnodesportivas nas inúmeras escolas que delas carecem;
- Alargar rapidamente a rede pública de educação pré-escolar e apolar e desenvolver o Ensino Especial Integrado;
- Desenvolver uma política de acção social escolar que prioritariamente crie condições para o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória e desenvolver e alargar as Actividades de Tempos Livres (ATL's) no quadro circum-escolar;
- Implementar um Plano Integrado para as Ciências, a Tecnologia e a Investigação,
- Defender e desenvolver o sistema de ensino superior público e assegurar-lhe instalações convenientes, em especial no que respeita às faculdades de Engenharia, Ciências, Letras e Medicina; ao ISEF — Instituto Superior de Educação Física e ao ISCAP — Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto; ajustar o ensino às prioridades contidas no Plano Integrado para as Ciências, a Tecnologia e a Investigação atrás referido;
- Acompanhar os prazos e condições de abertura da Faculdade de Direito do Porto (cuja criação foi iniciativa dos Deputados do PCP na Assembleia da República).

tropolitana do Porto) elaborado a seu tempo pela CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) também ele sem uma verdadeira auscultação aos municípios, visando o tratamento integrado no PDR do investimento municipal, da administração central e de algumas entidades públicas, no território da Área Metropolitana do Porto.

Nem quantitativamente — O PRORAMP só no que respeita aos financiamentos do FEDER às C. Municipais admitia para um conjunto de Programas com níveis de prioridade A, B, C e D um montante de 100,7 milhões de contos a que se somaria ainda, para os mesmos projectos, um financiamento indirecto de 28,2 milhões de contos, enquanto o POIAAMP do PDR não vai além dos 19,3 milhões de contos, montante que corresponderá afinal, quando muito, ao financiamento dos projectos de nível de prioridade A do PRORAMP.

Nem qualitativamente — Pois que o PDR ao não assumir um Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto, à partida, a «obtenção de um certo grau de coerência aos níveis territorial, sectorial e institucional», questão que o próprio PRORAMP considerava fundamental para enfrentar com um mínimo de eficácia os projectos em curso na AMP. E testemunha que para este Governo do PSD

uma simples forma desconcentrada de gestão governamental é um atestado intolerável à sua fúria centralizadora.

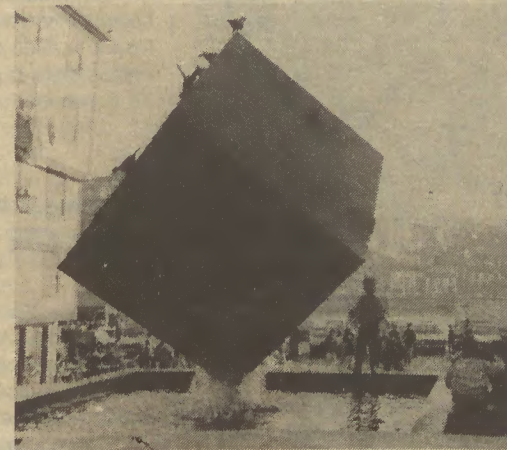
PDR para recuperar atrasos

O PDR, pela compreensão significativa de projectos que assumirá relativamente à AMP e pela forma institucional que pressupõe — manutenção de uma gestão centralizada e concentrada dos investimentos não municipais e seguramente uma gestão governamentalizada do Programa Operacional de Investimentos Autárquicos do AMP — ameaça reduzir-se a uma acção comprimida e minguada de recuperação dos atrasos de muitos projectos há anos em curso ou programados na AM do Porto, projectos cuja não conclusão até ao momento, apenas evidenciam o desprezo de facto pelo desenvolvimento da AMP, a irresponsabilidade e falta de capacidade de gestão não só do Governo do PSD como ainda das Câmaras do PSD e do PS na região.

Tal como sucede com as obras que são mais que uma vez inauguradas, a sanha demagógica do Governo não deixará de agitar o P.O.I.A. na AMP como se de «novos investimentos», de mais «20 milhões de contos» se tratasse.

Mas afinal o que está em causa não são no fundamento novas realizações para a AMP nos próximos quatro anos. Do que se trata afinal é do protelamento por mais quatro anos, de projectos que caberia explicar porque se não encontram concluídos.

Por sua vez, a integração dos Investimentos Autárquicos num Programa Operacional, ameaça traduzir-se numa nova escalada de ingerência da administração central na esfera das competências dos municípios da AMP de que é testemunho inequívoco a falta de qualquer discussão sobre o assunto até ao momento, quer nas Câmaras Municipais dos Concelhos da AMP, quer nas respectivas Assembleias Municipais, únicos órgãos legalmente competentes para decidirem em matéria de orçamento municipais.



Cultura

- Adoptar um Plano de Construção e Instalação de Equipamentos Culturais, que abranja todos os concelhos de AMP, e em estreita ligação com o associativismo cultural, artístico e popular;
- Apoio às Companhias de Teatro do Porto no sentido de resolver os problemas de instalações com que se debatem;
- Instalar no Porto um Complexo Cultural Polivalente que disponha de um moderno auditório;
- Combater a tentativa de extinção da Orquestra Sinfónica do Porto, assegurando-lhe condições de normal instalação e funcionamento, designadamente criando e preenchendo o seu quadro;
- Criar e instalar novas instituições culturais públicas tais como o Museu do Trabalho do Porto, o Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, o Museu de Cerâmica de Gaia, a Cinemateca, o Centro Nacional de Música, Companhias de Ópera e Bailado e o Museu de Arte Moderna, aproveitando o espaço existente na Casa de Serralves;
- Proteger, recuperar e conservar instalações que pertencem ao Património Cultural, garantindo a rápida conclusão das obras em curso no Convento de S. Bento da Vitória, no Palácio do Freixo e no Edifício da Cadeia da Relação, e promover a sua utilização como instrumentos de cultura;
- Assegurar a aquisição do Teatro S. João por parte da Administração Central. Neste sentido são extremamente positivas as recentes resoluções tomadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal do Porto de adquirir o Teatro Rivoli, contribuindo para um efectivo desenvolvimento e democratização da cultura artística.
- Modernizar e dinamizar os Museus e Bibliotecas Públicas.

Ambiente

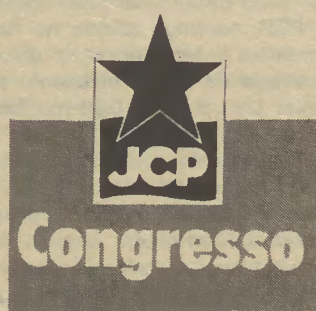
- A adopção de medidas em toda a AMP que (a exemplo das que foram concretizadas na cidade do Porto) impeçam a poluição resultante de lixeiras a céu aberto e assegurar o controlo das instalações industriais particularmente perigosas;
- O estabelecimento de um plano calendarizado de acções tendentes a fazer cessar o lançamento, sem qualquer tratamento, de esgotos industriais ou domésticos no mar ou nos rios;
- O lançamento de um plano de emergência, constituído por acções concertadas envolvendo as autarquias, estruturas populares, agentes económicos e culturais, com o apoio da Administração Central, visando a recuperação por fases e a protecção dos rios Ave e Leça;
- A urgente adopção de um plano específico para a defesa, preservação e a recuperação por fases do rio Douro-rio da Vida, e dos seus afluentes;
- A preservação e regeneração dos meios urbanos, com salvaguarda da sua qualidade ambiental e dos valores culturais;
- A defesa dos espaços verdes em face de processos de urbanização selvagem e dinamização da construção do Parque Urbano do Porto ampliando a sua área até à orla marítima;
- A criação de parques naturais e reservas naturais, designadamente a criação do Parque Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal.



Delegações estrangeiras no Congresso da JCP:

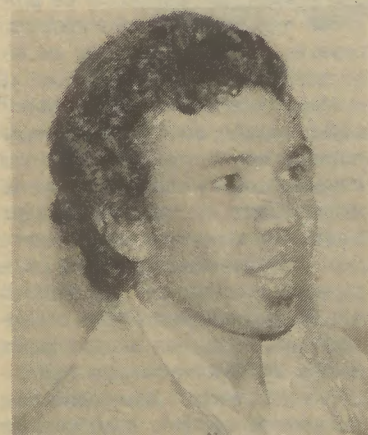
«A volta ao mundo em dois dias»

Importantes para todos os comunistas portugueses são alguns dos «ecos» do III Congresso da JCP, congresso onde as realidades vividas pelos jovens comunistas portugueses foram naturalmente o mote principal do debate e das intervenções realizadas em Loures, mas onde as realidades vividas por jovens de outros lugares, quer do mundo socialista, quer de países capitalistas, mereceram atenção, através da presença de dezanove delegações estrangeiras. São «ecos» de conversas mantidas com esses jovens que trouxeram «o mundo» a Loures que aqui se transmitem.



El Salvador — a juventude na frente de combate

«A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) é na realidade uma organização de jovens, de tal forma que entre 70 a 80 por cento dos nossos combatentes são jovens entre os quinze e os vinte cinco anos de idade. Também uma boa quantidade dos nossos representantes em diferentes países eu-



Estêvão Cabral, de Timor-Leste

ropeus e mesmo nos Estados Unidos, são jovens. No movimento político, no movimento de massas, as organizações de maior força, de maior luta, são as universidades, as escolas secundárias, os jovens cristãos, os jovens baptistas, jovens artistas, enfim, a juventude do meu país tomou o papel de vanguarda da luta do povo salvadorenho. Poderei até dizer que aí está a principal força da FMLN — na juventude».

Declarações ao «Avante!» de Juan José Sigueroa, a representar no Congresso da JCP a Federação Mundial da Juventude Democrática e, ao mesmo tempo, a juventude da FMLN.

Foi o momento de em Loures se falar de El Salvador, da sua luta e dos seus problemas: «É importante que se saiba que o nosso povo viu-se obrigado a estar em guerra, uma guerra que não é do nosso agrado, mas uma guerra imposta pelo imperialismo norte-americano.»

«Foi em legítima defesa que nos vimos obrigados a lutar por meios armados para nos defendermos e podermos conquistar os nossos direitos».

Diz-nos Sigueroa que a luta do seu povo tem um objectivo: a Paz. «A este propósito gostaria de lembrar que a 6 de Abril último, apresentamos uma proposta para procu-



George Johannes, do ANC

rar uma solução política para o conflito salvadorenho: aí propomos que o governo ilegítimo da ultra-direitista Arena, que ganhou as eleições fraudulentas no nosso país, se instale como um governo de transição e convoque eleições justas, livres e democráticas, onde estaremos dispostos a participar como um partido político, para demonstrar que confiamos, que estamos com o povo e que o povo está com a FMLN. Assim poderemos conquistar a Paz que o nosso povo tanto deseja e pela qual tantos anos lutou.»

De Angola a esperança, da África do Sul a luta

Também a Paz foi tema em Loures a propósito da situação do Sudoeste Africano, contada aos jovens comunistas portugueses por Leonardo Tumbuleni, que representou a Juventude do MPLA-PT (JMPLA).

Ao «Avante!» Tumbuleni falou de Angola e da Namíbia, fazendo questão de assinalar «o esforço feito pelo governo angolano para enfrentar as primeiras dificuldades surgidas na aplicação dos acordos tripartidos.»

E o jovem angolano conclui: «temos agora confiança na possibilidade de uma Paz para a região, já que Angola cumprirá firmemente a letra e o espírito dos acordos assumidos, o que nos leva a ter esperança que a Paz realmente se estabeleça no sul do nosso país.»

Também a Paz mostrou-se preocupação central do representante sul-africano no Congresso da JCP:

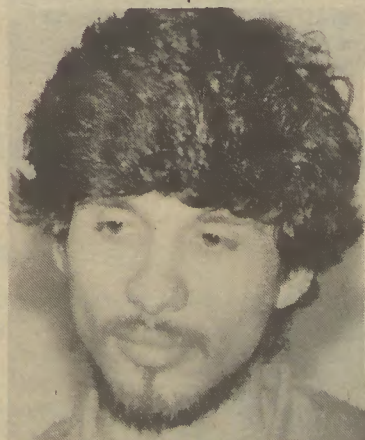
«Com o nosso povo os sul-africanos não querem a Paz. O nosso povo continua na prisão, Nelson Mandela continua na prisão, os dirigentes do ANC e do Partido Comunista Sul-Africano continuam na prisão.»

«O regime não mostra intenções de caminhar para a Paz, pelo contrário, o exército continua a ser mobilizado para, por exemplo, fazer o que é do conhecimento público na Namíbia, durante o processo de independência do território».

Mas para Joahannes o que se passa na África do Sul não está isolado do resto do mundo: «toda a fu-

tura evolução da situação será pois muito importante quer para os brancos e negros da África do Sul que realmente desejam a Paz, como para todo o mundo, pois o imperialismo vê o regime racista da África do Sul como um aliado militar e como um veículo desse imperialismo na região. É por isso que quando a Paz for uma realidade na África do Sul, tal significará uma derrota decisiva para o imperialismo e modificará muita coisa em todo o mundo».

George Johannes é sul-africano, embora tenha representado no III Congresso da JCP a FMJD. Foi no entanto como membro do Congresso Nacional Africano (ANC) que o «Avante!» lhe perguntou qual a importância que atribuía à sua presença no nosso país». Portugal teve um passado colonial, o que torna a vossa juventude e o vosso povo ainda mais importantes para nós e para a luta geral contra o imperialismo, especialmente se pensarmos que Timor-Leste continua colonizado pela



Juan Sigueroa, de El Salvador

Indonésia, enquanto algumas das vossas ex-colónias são desestabilizadas pela África do Sul, como é o caso de Angola, através da Namíbia.»

«Precisamos de apoios para as lutas destes povos, é pois muito importante para nós trazer esta mensagem aos jovens comunistas e ao PCP.»

De Timor-Leste reafirmando a vontade de um povo

Luta de libertação que sensibiliza particularmente os jovens comunis-

tas portugueses é aquela que há catorze anos se vem desenvolvendo em Timor-Leste.

Estêvão Cabral representou no Congresso da JCP a secção da Organização da Juventude Popular de Timor em Lisboa:

«A nossa presença aqui não tem outro significado que o de reforçar a solidariedade existente entre a Juventude Comunista Portuguesa e a nossa organização. Viemos aqui também para pedir às organizações congéneres de outros países que reforcem a nossa luta e a divulguem no estrangeiro.»

Fazendo questão de assinalar a solidariedade de sempre manifestada pela JCP e pelo PCP ao povo maubere, Estêvão Cabral desmente qualquer enfraquecimento da luta do seu povo:

«Em qualquer parte do mundo onde se lute por um objectivo idêntico ao nosso — a independência e auto-determinação — nunca se perderá a esperança, que como dizem os portugueses, é a última coisa a morrer.»

E Estêvão Cabral termina: «Por mais que dure a guerra contra a Indonésia, o nosso objectivo será sempre a vitória, apesar de lutarmos contra uma das maiores potências económicas e militares da Ásia. Se em catorze anos conseguimos resistir, continuaremos com certeza a consegui-lo, com as nossas próprias forças, e cedo ou tarde venceremos, porque para o povo Maubere a vitória é certa!»

Países socialistas e da CEE

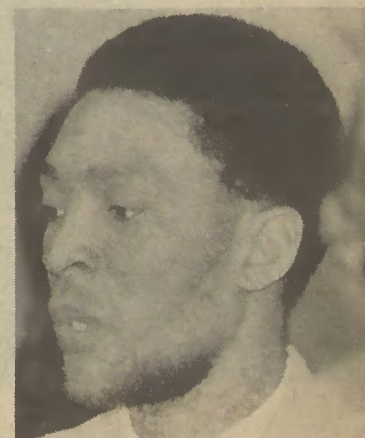
Serguei Epifanzev, do Komsomol Leninista da URSS, caracterizou na sua intervenção no Congresso da JCP a evolução recente da *perestroika* e o papel da juventude soviética, de uma adesão entusiasmada e activa, nesse processo.

Depois de introduzir alguns dados negativos no ritmo de desenvolvimento económico e tecnológico da URSS, Epifanzev sublinhou que a causa dessa situação não está «na natureza do regime socialista, mas nas formas concretas de organização social que se criaram em fases anteriores do desenvolvimento socialista, nas transgressões sérias

dos próprios princípios do socialismo científico».

Nova mentalidade política e aumento dos horizontes da consciência social caracterizam, segundo Epifanzev, os novos tempos vividos na União Soviética, «onde o povo optou pelo socialismo, uma escolha profundamente consciente e paga a preço caro», conforme demonstra a própria História da URSS.

Gilles Perre, veio de França até Loures, representando o Movimento da Juventude Comunista de França, e falou da realidade económica e



Leonardo Tumbuleni, de Angola

social dos países da CEE, nomeadamente a que afecta mais directamente os jovens da Comunidade.

Falando das lutas dos estudantes do ensino secundário e superior da Grécia, da RFA e de outros países «contra os orçamentos de miséria para a educação». Falando «das enfermeiras francesas e britânicas que lutam pela melhoria dos seus estatutos e da qualidade dos serviços de saúde públicos» bem como «dos jovens da Fiat em Itália e dos jovens de Espanha contra o trabalho precário», Perre quis contrariar assim a ideia publicitada de uma CEE onde «em nome do mercado único de 1992» trabalhadores e jovens aceitam pacificamente graves retrocessos sociais.

«Todas estas lutas e muitas outras, testemunham, tal como o Congresso da JCP, que existem na Europa e em cada país, importantes forças que actuam e propõem outras soluções», diferentes das que os governos da Comunidade tentam impor à opinião pública.

■ PT



Um momento da recepção oferecida pelo PCP às delegações estrangeiras presentes no Congresso da JCP

UNICER

Não podia haver melhor negociata...

O processo de privatização da Unicer, empresa cervejeira, representa o início do desmantelamento do sector público industrial, às ordens do Governo PSD de Cavaco Silva. Tomando posição sobre o assunto, os comunistas do Porto, através da Comissão Executiva daquela Direcção Regional (DORP), fizeram chegar aos jornalistas uma nota onde sintetizam alguns aspectos fundamentais desta operação que atenta contra um valioso património empresarial, industrial e comercial e uma significativa base tecnológica, de recursos humanos e científicos criados ao longo de uma década pela Unicer, na sua condição de empresa pública.

Lucros de 2,7 milhões

Um património que se traduz numa capacidade de gerar lucros líquidos da ordem dos 2,7 milhões de contos no triénio 87/89, num volume de negócios que atingiu os 16,8 milhões de contos no ano de 1988 numa quota comercial do mercado da cerveja de 53%, a par de importantes posições noutros segmentos do mercado de bebidas, numa base tecnológica e científica que inclui a concepção original de sistemas informáticos aplicados às suas actividades e a aplicação de tecnologias avançadas no nível de produção, da organização e da distribuição.

É este o legado que a nacionalização de três empresas — CUF Portuense, Copeja e Imperial —, dando origem em 1978 à formação da Unicer EP, declarada tecnicamente falida à data da sua constituição, tem a apresentar. Um legado que se completa pela dignificação das condições de trabalho, pelo reconhecimento do exercício dos direitos sindicais, de negociação, de associação e de participação e fiscalização da gestão da empresa, direitos nem sempre plenamente exercidos por força da política de direita dos últimos anos, que sempre recusou, por exemplo, aceitar a eleição do representante dos trabalhadores para o conselho de gerência, nos termos da Lei 46/79.

Um legado que é, por si só, um clamoroso desmentido da insidiosa campanha alimentada pela direita durante os últimos anos, de que empresa pública era por definição sinónimo de falta de capacidade empresarial a exigir os bons serviços da privatização.

O futuro esclarecerá...

A privatização da UNICER — para já de 49% do seu capital — é um exemplo lapidar de como a política do Governo PSD/Cavaco Silva sacrifica os interesses de expansão e desenvolvimento de uma empresa pública rentável e o interesse nacional ao propósito político e partidário de reconstituição do poder do grande capital nacional e transnacional.

Ninguém de boa fé consegue afirmar em que vai a privatização beneficiar a estratégia de desenvolvimento da empresa. Ao contrário, é visível que com ela o Estado abdica de desenvolver uma estratégia empresarial para o sector das bebidas com base numa empresa sólida, de forma a que a empresa e o País enfrentem as novas condições da economia portuguesa decorrentes da integração de Portugal na CEE e, sobretudo, na perspectiva do Mercado Único em 1992. E o futuro esclarecerá em que medida esta privatização se traduzirá, afinal, numa simples transferência para estrangeiros dum importante património nacional.

Bastidores...

A forma como o Governo PSD/Cavaco está a conduzir todo o processo da privatização apenas avoluma o seu carácter anti-económico e antinacional, ao mesmo tempo que serve de desmentido insofismável a muita demagogia e ilusão que o Governo procura semear quer junto da população, quer junto dos próprios trabalhadores da Unicer. E de ilustração de que, a exemplo doutros actos da acção governativa, o compadrio, o clientelismo e os favores de bastidores, ainda que a coberto do cumprimento de um certo formalismo jurídico e técnico, são a alma deste negócio.

São publicamente conhecidas as dúvidas sobre o montante de avaliação global da empresa (16,25 milhões de contos), e o Governo não se pronunciou até ao momento quanto ao facto de concorrerem numa mesma entidade — BPI e BCP — a função de avaliadores da Unicer e de interessados na aquisição de parte substancial do capital a privatizar, ainda que por via entreposta.

É conhecido que o próprio negócio acerca da privatização — campanha publicitária, avaliações, programas informáticos, etc. — ascende já a várias centenas de milhares de contos, pagos à custa do erário público e significativamente arrematado a muitos consultores, empresas e técnicos estrangeiros.

É um facto a marginalização a que têm estado sujeitos os trabalhadores em todo o processo e a degradação, ambas denunciadas pela Comissão de Trabalhadores, do clima laboral na empresa. Como o são as dificuldades acrescidas na negociação do próprio ACT e a perspectiva eminente de perda de capacidade de intervenção dos trabalhadores sobre os destinos da empresa em virtude da privatização e apesar do Estado continuar a deter 51% do capital social da Unicer.

O que está em causa...

Não estando o processo concluído, e, portanto, não sendo determináveis desde já os termos finais do negócio feito pelo Governo à custa de 49% do capital da Unicer, é cedo para avaliar em que medida a Unicer foi utilizada também para a prossecução de objectivos governamentais tão estranhos à empresa como sejam a reanimação da bolsa de valores, a atracção a qualquer título do capital estrangeiro ou a simples satisfação psicológica e financeira de alguma clientela eleitoral do PSD.

Mas não é cedo seguramente para afirmar que aqueles que encravam a privatização da Unicer como um simples negócio de ocasião — do qual esperaram até tirar algum proveito económico imediato compensador da perda do poder de

compra resultante da política do Governo — têm desde já razões de sobra para reflectirem acerca do que realmente está em causa com a privatização da Unicer.

A DORP do PCP, ao mesmo tem-

po que condena o carácter antipopular e antinacional da privatização de 49% do capital da Unicer e as condições suspeitas em que teve lugar, a qual se traduz também num enfraquecimento das possibilidades económicas da região do Porto, denuncia energicamente o objectivo do

Governo PSD/Cavaco (com a colaboração dos dirigentes do PS) de entregar de mão beijada o património do povo português aos grandes grupos capitalistas nacionais e às transnacionais estrangeiras, com vista a restabelecer o seu domínio económico e político sobre o País. ■



Os olhos e as armas

Quando se fala do 1.º de Maio e, ao mesmo tempo, se fala de armas, ao comum dos mortais e, principalmente, ao comum dos trabalhadores, a imagem que surge é a da repressão capitalista sob as suas mais diversas formas — desde a das ditaduras fascistas aos cavaquismos (estes chegam a enviar a polícia contra os polícias...), passando por todas as outras ocidentais maneiras de reprimir.

Mas a ninguém surgiria a ideia de falar de armas quando se fala das comemorações do 1.º de Maio em Moscovo. Destas, por muito que os comentadores as queiram distorcer, nunca se

mostraram imagens de armas na Praça Vermelha que, este ano como nos outros todos, se encheu de flores, de cartazes, de canções e de desfiles... de trabalhadores. No entanto...

... no entanto a RTP não vê a realidade com olhos normais, com olhos de ver. Vê-a com os olhos cavaquistas da manipulação. E chega ao descoco, à desvergonha, ao desplante, ao des... (o que o leitor quiser pôr a seguir para dar um pouco de alívio à sua indignação), de mostrar imagens e desdizê-las... com anos de atraso.

É que, desta vez, mostraram-nos a Praça Vermelha, como sempre engalanada para a Festa dos Trabalhadores, com os moscovitas a desfilar, a música a tocar, as flores a acenar... para, afinal de contas, usarem

Pontos Cardeais

essa imagem como desmentido de uma tradição que todos os anos é mostrada pela RTP. Há muitos anos, felizmente, que temos direito às imagens do 1.º de Maio celebrado na capital dos soviéticos. Com os moscovitas a desfilar, a música a tocar, as flores a acenar. Nem a «perestroika» que muitos desejariam, mudou o essencial que é essa festa do trabalho criador, finalmente livre da exploração do homem pelo homem. Armas? Nenhuma. Nem vista nem mostrada.

Mas os seráficos locutores, voz dos patrões da RTP e do Governo, lá estiveram a dizer que, «pela primeira vez», não houvera desfile de tropas no 1.º de Maio em Moscovo. As armas que nunca houve, ou os olhos que pretendem cegar?

A violência

Entretanto, o 1.º de Maio continua a ser uma data polémica, entre nós. Data que mostra em relevo a luta de classes que todo o ano, todos estes anos, se tem desenrolado no país. Por ser de luta, de contradição entre os que querem regressar ao passado e os que impedem que esse retorno seja completo, é que se assiste, nomeadamente pela televisão — embora outros órgãos, privados ou não, da comunicação social também o reflitam — à utilização abusiva do comentário para legendar as imagens que, em si próprias, são eloquentes. Um exemplo. No passado 1.º de Maio, a televisão mostrava as imagens da repressão violenta de uma manifestação pacífica de trabalhadores na Turquia e transformava-a, no comentário, em manifestação violenta.

Eles, na RTP, lá sabem quem servem. E quando mostram não saber, alguém lhes mostra como estão a fazer fora do... texto: como aquela reportagem primeira dos sindicalistas da PSP a serem agredidos pelos esbirros a mando do Governo, que foi passada a quente. Quando voltou, um dia depois, a frio, já a «legalidade» cavaquista tinha tomado o seu lugar preponderante. As vozes não eram as mesmas. Porque sempre vai havendo — sempre — algumas vozes que não se calam. E muitas que não querem mentir.

Pulseira no banco

«A minha pulseira está a render no banco» — diz com todo o desplante o locutor que faz reclames e para quem o tal da pulseira cura tudo foi «apenas mais um anúncio, entre muitos a que dou voz».

Numa entrevista ao último DP/Cartaz, António Sala diz ainda que fez «várias promoções que julgava de prestígio, nomeadamente de bebidas alcoólicas, que supunha serem realmente as melhores. No entanto, mais tarde soube que até eram as piores...»

Sabendo os conselhos que tal voz tem dado, deixamos aqui o registo da autocritica. É que um dia destes ele é capaz de aparecer por aí a querer mandar conselhos eleitorais «de prestígio» para o mesmo banco onde está a pulseira. Depois, é o que já sabemos pelas pulseiras e pelos votos: ficam eles com o proveito, e os que caem na esparrela ficam só com ilusões, desfeitas mais dia, menos dia.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Da minha janela à tua
vai um salto de serpente.
Quem diz que a vida está boa
está a brincar com a gente...

Da minha janela à tua
vai um salto de azinhaga.
Cavaco faz propaganda
mas a gente é que a paga...

Da minha janela à tua
vai um salto de tristeza.
Por dentro, é coisa bem feia
só por fora é que é Beleza...

Da minha janela à tua
vai um salto de garotos.
Esta praga ainda é pior
que a praga de gafanhotos...

Da minha janela à tua
vai um salto de desmando.
O «diálogo» de Cavaco
é o quero, posso e mando...

Da minha janela à tua
vai um salto dos escombros.
De enganos se faz o manto
que nos deitam sobre os ombros...

Da minha janela à tua
vai um salto de candeia.
Os burros são mesmo burros
e já têm a «burra» cheia...

Da minha janela à tua
vai um salto de tostão.
Malvado seja o governo
e os ministros que lá estão.

Da minha janela à tua
vai um salto de erva brava.
Se saísse quem merecesse
ninguém no governo estava...

Da minha janela à tua
vai um salto de cantiga
Dizem que é «a bem da nação»
e vão enchendo a barriga...

Da minha janela à tua
vai um salto de sapato.
Portugal é o toucinho
PSD é o rato...

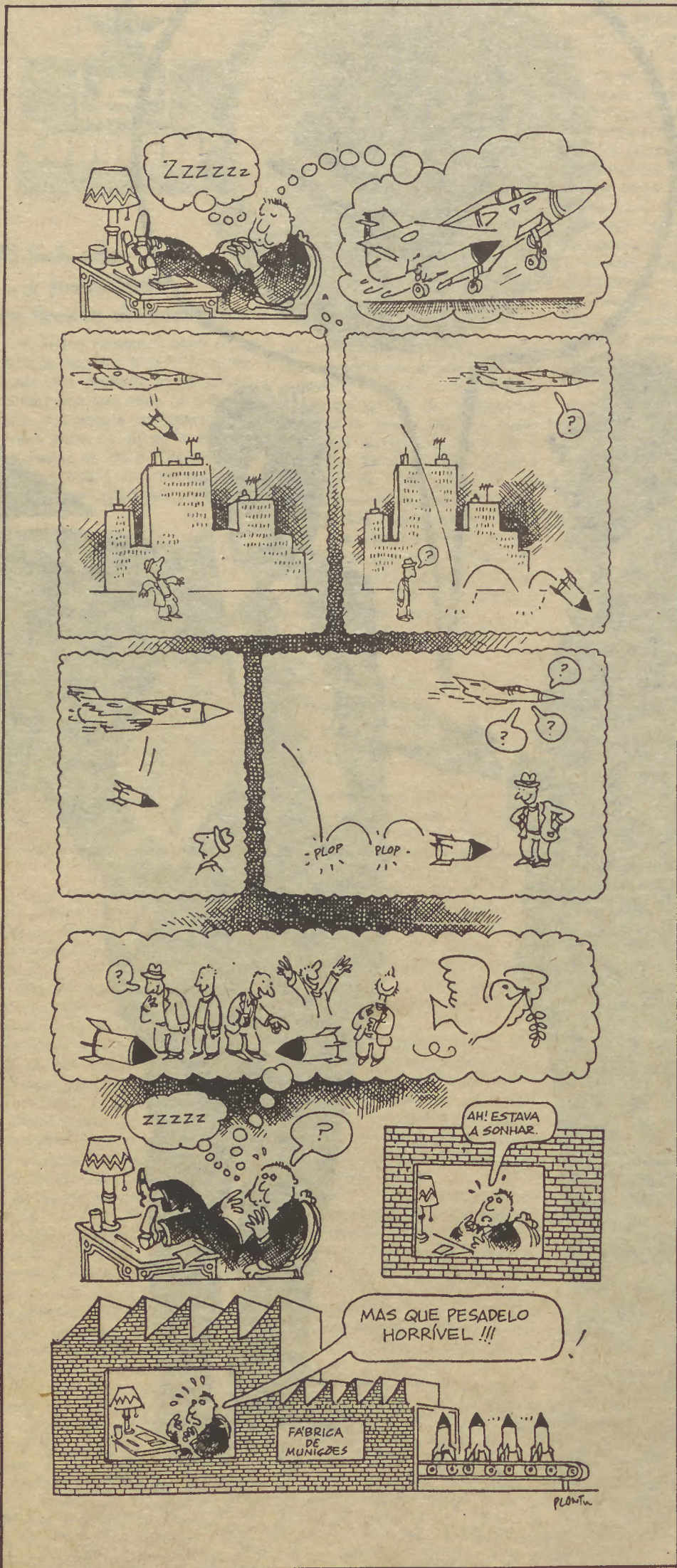
Da minha janela à tua
vai um salto de jograis.
PSD já tem força
PS quer dar-lhe mais...

Da minha janela à tua
vai um salto de estibordo.
Se o PS não acorda
fica sem corda no acordo...

Da minha janela à tua
vai um salto extraordinário.
Nunca o Primeiro de Maio
vai sair do calendário!

Da minha janela à tua
vai um salto de lutar.
Maio e Abril são irmãos
não se podem separar.

Da minha janela à tua
vai um salto de garraio.
Viva sempre quem trabalha
VIVA O PRIMEIRO DE MAIO!



Agenda

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 801

4 de Maio de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

• **SINTRA**
Plenário de militantes da freguesia de Belas - no Salão Polivalente da Junta de Freguesia de Belas, às 21.00.

• **BRAGANÇA**
Sessão de esclarecimento sobre a integração na CEE e eleições para o Parlamento Europeu, com a participação de Barros Moura.

• **LISBOA**
Encontro das Comissões de Trabalha-

dores do Sector Empresarial do Estado sobre «SEE e Mercado Comum» - no BESCL, a partir das 10.00. Participação de Joaquim Miranda.

• **SETÚBAL**
«Coesão Social e Acto Único» - debate promovido no âmbito das eleições para PE, com a participação de Aboim Inglês - às 21.00, na sala de sessões da Câmara Municipal.

• **AVEIRO**
Início de uma visita ao distrito de Maria Santos, de «Os Ver-

des», candidata da CDU ao Parlamento Europeu: contactos com a população de Espinho, ao fim da tarde, e debate no Hotel Mar Azul (Espinho) a partir das 21.30.

Sexta

• **OVAR**
No âmbito da visita de Maria Santos ao distrito de Aveiro, debate sobre «Poluição e Ambiente» na Residência S. Cristóvão em Ovar - às 21.30.

• **CACÉM**
Plenário de militan-

tes - às 21.00 no Centro de Trabalho.

• **MONTELAVAR**
Plenário de militantes da freguesia - às 21.00, no Centro de Trabalho.

• **SEIXAL**
«O que é o PE?» - debate na Amora às 21.00.

Sábado

• **PONTA DELGADA**
Encontro Regional da CDU sobre as

2.ª Jornadas

sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Portalegre

Sábado
Nisa

eleições para o Parlamento Europeu: a partir das 14.00, com sessão pública às 18.00. Participação de Carlos Aboim Inglês, deputado e candidato ao PE.

cial do distrito de Portalegre - no salão dos Bombeiros Municipais de Nisa, a partir das 10.00, com a participação do camarada Joaquim Miranda, deputado e candidato ao PE.

• **LISBOA**
Reunião de camaras naturais de Tábua, Pampilhosa da Serra, Góis, Oliveira do Hospital, Miranda do Corvo, Penacova, Vila Nova de Poiares, Arganil e Lousã que residam nos distritos de Lisboa e Setúbal, às 15.00 no Centro de Trabalho Vitória.

• **PORTIMÃO**
As Pescas Portuguesas e a CEE: que futuro? - debate promovido pela CDU, com a participação de José Vitoriano e Andrade dos Santos (PCP) e Luís Catirino (ID) - no salão nobre da Câmara Muni-

social do distrito de Portalegre - no salão dos Bombeiros Municipais de Nisa, a partir das 10.00, com a participação do camarada Joaquim Miranda, deputado e candidato ao PE.

• **SETÚBAL**
Plenário concelhio de quadros, às 15.00 no Centro de Trabalho.

• **SILVES**
Desenvolvimento económico face à integração na CEE - debate no CT às 15.00

Domingo

• **COIMBRA**
O Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa e a CEE - debate promovido pela CDU com a participação de Agostinho Lopes e dos candidatos ao PE Joaquim Miranda, Blasco Hugo Fernandes, Rogério Brito, Virgílio Cardoso Alves e João Saraiva. A partir das 11.00, no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos.

• **PENICHE**
Encontro Distrital da Juventude CDU. À tarde, debate - «Os Jovens e as Eleições», com a participação do camarada Ângelo Veloso; manhã desportiva; almoço-convívio no Centro de Trabalho.

• **ABRANTES**
Almoço-convívio promovido pela CDU em Mouriscas, com participação e intervenção sobre a situação política do camarada Eugénio Pisco.

Eleições para o Parlamento Europeu

CDU
progresso e desenvolvimento para PORTUGAL

DEBATE

AS PESCAS PORTUGUEAS E A CEE: QUE FUTURO?

6 Maio (sábado) ■ 14,30 h.
Salão Nobre da Câmara Municipal de PORTIMÃO

Eleições para o Parlamento Europeu

CDU
progresso e desenvolvimento para PORTUGAL

DEBATE

O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA PORTUGUESA E A CEE

7 Maio (Domingo) ■ 11,00 h.
Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos COIMBRA



em amizade estamos a construir o futuro

5, 6, 7 Maio • Parque Urbano de Almada

com

Domingo
17 horas

COMÍCIO
ÁLVARO CUNHAL
Secretário-Geral do PCP

da JCP



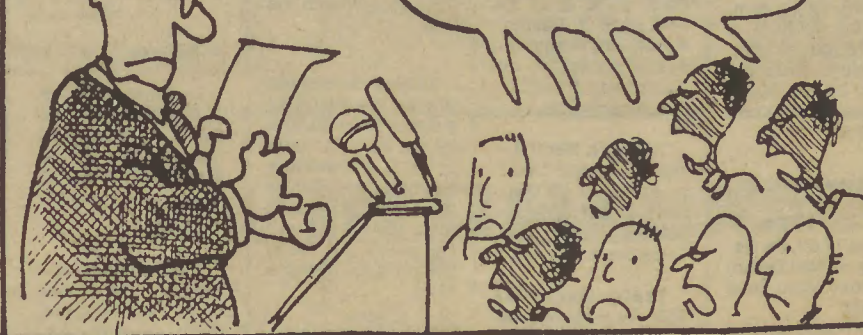
JA' CHEGA DE CONVERSA!
AGORA E' PRECISO COMER!



CONFERÊNCIA
DO
TERCEIRO MUNDO



JA CHEGA
DE CONVERSA!
AGORA PRECISAMOS
COMER!



PLANTU, França, in «A Preto e Branco», álbum editado por «Publicações Dom Quixote», Lisboa 1987

TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique (112.º epis.)
13.00 — Jornal da Tarde



13.30 — Um Anjo na Terra (4.º epis.)
14.15 — S.A.J. Serviço de Auxílio aos Jovens (7.º epis.)
14.40 — Os Anos que Contam — «Madeira»
15.05 — Concurso Internacional de Dança de Moscovo (3.º progr.)
16.05 — Os Roberts
16.30 — Ponto por Ponto
17.25 — Brinca Brincando
18.20 — P'ra Variar
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.10 — Direito de Antena — PCP
20.45 — Sassaricando (33.º epis.)
21.40 — Elvis e Eu (série, 1.º epis.)
22.45 — 24 Horas
23.20 — Remate
23.50 — Serenata de Coimbra.

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas (208.º epis.)
15.25 — O Grande Sertão: Veredas (repetição, 4.º epis.)
16.30 — Lá em Casa Tudo Bem
16.55 — Sinhá Moça (53.º epis.)
17.30 — Trinta Minutos Com...
18.00 — TV 101 (série, 1.º epis.)
19.00 — Music Box
19.55 — Os Intocáveis
20.45 — Cem Grandes Quadros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Maude (108.º epis.)
21.55 — Hora da Verdade
22.55 — Hitchcock Apresenta...
23.20 — Primeiro Andamento — Cremilde Rosado Fernandes interpreta Carlos Seixas.

Sexta

RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Chateaubillon (21.º epis.)
14.25 — Imagem e Imagens
15.05 — Concurso Internacional de Dança de Moscovo (4.º e ult.º progr.)
16.05 — Os Roberts
16.30 — Ponto por Ponto
17.25 — Brinca Brincando
18.20 — P'ra Variar
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.20 — Sassaricando

21.15 — Telemundo — Argentina-II
21.50 — Teatro — «Octávio», de Vitoriano Braga, encenação de Artur Ramos
23.30 — 24 Horas
00.00 — Remate



00.30 — Pela Noite Dentro

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora, Escolha
16.55 — Sinhá Moça
17.35 — Trinta Minutos Com...
18.00 — A Guerra de Tróia (série, 2.º epis.)
19.00 — Haja Música (1.º progr.)
19.55 — Os Intocáveis
20.45 — Cem Grandes Quadros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Conflitos (últ.º epis.)
22.30 — Século XX — A História de Hollywood (9.º epis.)
23.20 — Entre Barreiras
23.45 — Rotações.

Sábado

RTP1

09.00 — Juventude e Família (Desporto e Ciência, Era uma Vez a Vida, O safari de João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Shipmates, Get Smart)
12.05 — A Grande Aventura dos Portugueses — I — Caminhos do Mar
13.00 — Notícias
13.10 — Recordes Guinness
13.35 — Parlamento



14.05 — Sessão da Tarde «Mrs. Delafield Wants to Marry», real, George Scafer, EUA/1986 — telefilme)
15.45 — Vivamúsica
16.30 — Crime, Disse Ela
17.20 — No Tempo em que Você Nasceu
18.50 — Sete Folhas
19.10 — Jornal de Sábado
19.45 — Totoloto

20.00 — Festival Eurovisão da Canção (transm. directa de Lausanne)
22.25 — Pássaros Feridos (10 e ult.º epis.)
23.45 — Cinema da Meia Noite «Os Rapazes do Grupo», real. William Friedkin (EUA/1970, 119 min.).

RTP2

09.00 — Music Box
09.55 — A Malta de Bronx (repetição, 1.º epis.)
10.45 — Os Celtas (série, 3.º epis.)
11.40 — A Nossa Turma
12.50 — Compacto Brega e Chique
16.00 — Estádio
19.30 — Quem Sai aos Seus
19.55 — Music Box Especial
20.50 — Elogio da Leitura
21.15 — Simenon (série, 10.º epis.)
22.15 — Além dos Limites (1.º progr.)
23.45 — Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

09.00 — Juventude e Família
10.55 — Missa
12.05 — 70x7
12.30 — TV Rural
13.00 — Notícias
13.10 — Fórmula 1 (série, 9.º epis.)
13.55 — Allo, Allo
14.25 — Terra X (série, 1.º epis.)
15.15 — Primeira Matinée «O Planeta Proibido», real. Fred McLeod Wilcox (EUA/1956, 98 min.)
17.00 — Clube de Amigos Disney
19.00 — O Justiciero
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico



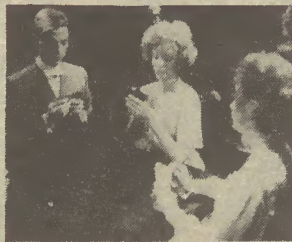
20.35 — Alf, uma Coisa do Outro Mundo



21.15 — Flores Amargas (série «Fados» — V)
22.15 — Filmezinho
22.20 — Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 — Music Box
10.00 — Troféu
13.00 — Caminhos
13.30 — Novos horizontes
13.50 — Troféu
18.00 — Derrick (série, 3.º epis.)
18.50 — O Mundo em Extinção



19.45 — 17 Obras de Grandes Autores «The Jolly Corner», de Henry James
20.30 — Lusitania Expresso (4.º progr.)
21.00 — Artes e Letras — «Elvis Presley»
22.30 — Cineclube: «Escrito no Vento», real. Douglas Sirk, (EUA/1956, 99 min.).

Segunda

RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — O Império de Carson (19.º epis.)
14.15 — A Brigada Falcão (série, 7.º epis.)
14.40 — Pescadores — Caminha
15.05 — Music in The Midnight Sun (com a Orquestra Sinfónica de Toronto)



16.00 — Os Roberts
16.35 — Ponto por Ponto
17.30 — Brinca Brincando
18.20 — P'ra Variar
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.20 — Sassaricando
21.20 — Dinastia da Lama (4.º epis.)
23.15 — Portugal — Passado e Presente (série, 5.º epis.)
23.35 — 24 Horas
00.05 — Remate.

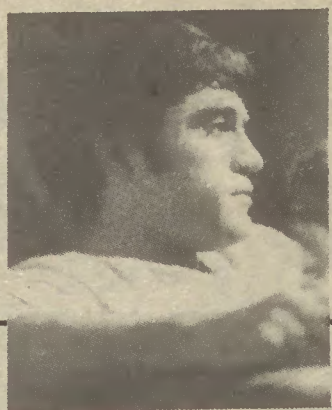
RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora Escolha
16.55 — Sinhá Moça
17.30 — Trinta Minutos Com...
18.00 — Continuo a Ter um Pai (telefilme)
19.00 — Music Box
19.55 — Os Intocáveis
24.45 — Cem Grandes Quadros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Acerto de Contas (Magazine de Economia)
22.00 — Teatro Português «Lisboa Monumental», de Fialho de Almeida, pelo Grupo de Teatro Maizum.

Terça

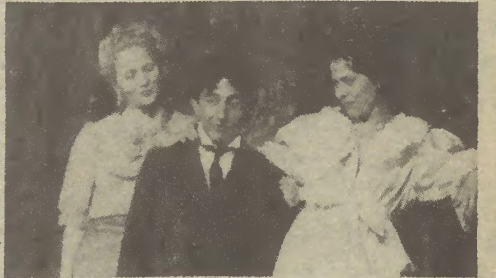
RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Dallas
14.15 — Os Super Gatos
14.40 — Um Certo Sorriso
15.15 — Cortejo da Queima das Fitas
16.00 — Os Roberts
16.30 — Ponto por Ponto



Filmes

«Hautnah — Close-Up» — 6.ª, 00.30, RTP-1
«Mrs. Delafield Wants to Marry» — sáb., 14.05, RTP-1
«Os Rapazes do Grupo» — sáb., 00.25, RTP-1
«Planeta Proibido» — dom., 15.10, RTP-1
«Escrito no Vento» — dom., 22.00, RTP-2
«One Zed and Two Noughts» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Deus Sabe Quanto Amei» — 4.ª, 21.30, RTP-1



Teatro

«Lisboa Monumental» — 2.ª, 22.00, RTP-2

Música

Quinta

23.20, RTP-2: Primeiro Andamento
23.50, RTP-1: Serenata de Coimbra

Sexta

19.00, RTP-2: Haja Música

Sábado

09.00, RTP-2: Music Box
15.45, RTP-1: Vivamúsica
19.55, RTP-2: Music Box
20.00, RTP-1: Festival Eurovisão da Canção

Domingo

21.00, RTP-2: Elvis Presley («Artes e Letras»)

Segunda

15.05, RTP-1: Music in The Midnight Sun
19.00, RTP-2: Music Box

Terça

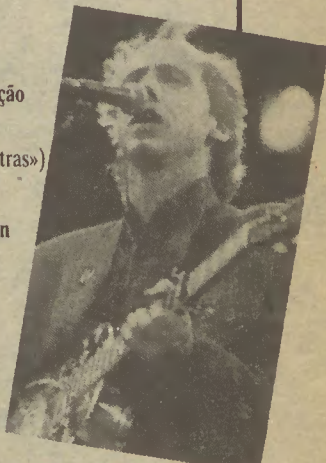
16.25, RTP-2: Magazine Musical

Quarta

23.15, RTP-2: Música n'América

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.20), 6.ª (23.55), 2.ª (23.45), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.35)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.43
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 13.50)
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.20
Basquetebol — RTP-2, sáb., 23.45



Teatro O Cartaz

• LISBOA

Institut Franco-Portugais, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17.00. **Às Seis, o Mais Tardar**, de Marc Perrier, enc. Alexandre Sousa, interpr. Mário Jacques e Vitor Norte (até 14/5).

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de An-

tónio Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro D. Maria II, Rossio — **Sala Garrett**. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Fausto**, Fernando, Fragmentos sobre textos de Fernando Pessoa, enc. Ricardo Pais.

Teatro D. Maria II — Sala Gil Vicente. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **África**, de Isabel Medina, enc. Luiz Filipe Costa (até 7/5).

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. **Quem Trouxe o Comendador?**, de Mário Zambujal, Carlos Cruz, Fialho Gouveia.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Olavo e Alberto**, enc. José Martins e José Peixoto (até 5/5).

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth-Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00.

O Leitinho do Nené, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalves Cristóvão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Posseiros de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Sala do Povo Português, R. de Camões. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Comissária	★★★★	—	★★★★	★★★
B	Encontro de Irmãos	—	—	★★★★	★★★★
C	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
D	Um Pelxe Chamado Wanda	—	★★★★	★★★★	★★★★
E	O Turista Acidental	★★★★	—	—	★★★★
F	O Urso	—	—	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Aleksandr Askoldov — Quarteto 2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).
 B — Real. Barry Levinson — Alfa 1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras 6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa; Coliseu (15.30, 18.00, 21.30) e Pedro Cem (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Porto.
 C — Real. Andrei Konchalovsky — King/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 D — Real. Charles Crichton — S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Fonte Nova (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
 E — Real. Lawrence Kasdan — Quarteto 1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Jean-Jacques Annaud — Alfa 2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras 1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Fonte Nova 1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).



Do «caderno de notas» de Toulouse-Lautrec: aguarelas e desenhos no Museu de Arte Antiga

Exposições

• LISBOA

Alberto Gordillo — «Do Metal à Transparencia», jóias. Museu do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Paço do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Álvaro Carneiro — Pintura. Galeria Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 8/5).

Ascânio — Escultura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 17/5).

Carlos Calvet — Pintura. Centro de Arte Sotop, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a sáb. das 10 às 20 (até 22/5).

50 Anos de Pintura Espanhola (1880/1930). Galerias de Exposição Temporárias da Gulbenkian.

Colectiva de pintura (Vieira da Silva, Luís Lemos, Eduardo Luís, Margarida Kendall, Júlio Pomar, Cândido Portinari, João Cutileiro, Celeste Maia, Rui Filipe). Galeria Icaro, R. Presidente Arriaga, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 6/5).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Dário Alves — Pintura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 11/5).

Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.00.

Ena Debayle — Pintura e gravura. Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 15 às 20 (até 6/5).

Estela Leal — Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 13/5).

Fernando Cruz — Desenho. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 10/5).

Fernando Quartim — Pintura. Gal. Janela Verde, Rua do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20.

Frederico Ressano Garcia — Projectos de arquitectura e urbanismo para Lisboa. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Humberto Lebroto — Escultura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas. Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 5/5).

Isabel Garcia — Pintura e escultura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 10/5).

Jorge Martins — Tapeçaria e escultura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências.

José Aragão — Pintura (guaches). Espaço Alliance, Rua Braancamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 5/5).

José Escada — Pintura. Galeria Lamberti, Av. Liberdade, 166. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 20/5).

Maria do Carmo Moura Nunes — Pintura. Monumental. Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 16 às 20 (até 14/5).

Maria Kell — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.



«Desenhos da Primavera» de Rogério Ribeiro: até 13 de Maio na Voz do Operário

Mário da Natividade Ramos — Fotografia. Foto Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 12/5).

Moisés — Escultura. Galeria de S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 6/5).

Molina Sanchez — Pintura. Galeria Príncipe Real, 32, r/c. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (13/5).

Patrícia Garrido — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 13/5).

Rogério Ribeiro — «Caderno de Abril», pintura. Galeria João Hogan (Voz do Operário), R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 18 (até 13/5).

Ruy Leitão — Pintura. Galeria S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167 (até 12/5).

Toulouse-Lautrec — Desenhos e aguarelas (Coleção T. de Celayran). Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 9.30 às 17 (até 31/5).

• PORTO

Ana Fernandes — Jóias. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 7/5).

Gerardo Burmeser — Pintura. Galeria Roma e Pavia, R. D. Manuel II. De 2.ª a sáb.

das 14.30 às 20 (até 10/5).

Manuel Casimiro — Pintura. Gal. Fluxus, Rua do Rosário, 125 (até 11/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Manuel San Payo — Pintura. Gal. Vértice, Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 das 20, sáb. e dom. das 14 às 19 (até 26/4).

Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

«Artistas Africanos» — Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de Santiago do Cacém.

Duarte Saraiva — Pintura. De 22/4 a 4/5, Galeria de Exposições do Museu Regional SINTRA.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.



Música, debates, etc.

...e ainda

Esta mesma orquestra apresenta-se hoje no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian com composições de Lutoslawski e Penderecki. As 18.30.

Integrados (como este último) nos 13.05 Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea estão ainda os concertos do conjunto de percussões Les Pleiades com o Coro Gulbenkian (sexta, Grande Auditório, 18.30), do Grupo Música Nova dirigido por Cândido Lima (sábado, Auditório 2, 18.30) e do agrupamento Oficina Musical dirigido por Álvaro Salazar (2.ª-feira, Átrio da Zona dos Congressos, 18.30).

Mais Música

Ao Casino do Estoril voltam — hoje, amanhã e sábado — Carlos Mendes, Fer-

nando Tordo e Paulo de Carvalho com o espectáculo «Só nós três».

E do Brasil chegou Simone, que apresenta o seu espectáculo nos dias 3 e 4 no Coliseu do Porto, no dia 6 no Teatro Circo de Braga e nos dias 11, 12 e 13 no Coliseu dos Recreios de Lisboa — sempre às 22.00.

Festa da Amizade

Mas a grande festa da música popular desta semana vai ter palco em Almada, no Parque Urbano, onde decorre sexta, sábado e domingo a «Festa da Amizade». Relembramos que entre vários outros participantes contam-se Xutos e Pontapés, Janita Salomé, Luísa Basto, Celina Pereira, Fernando Tordo e Paulo de Carvalho.

— sexta, 18.30, A Hora do Lobo; 21.30, A Flauta Mágica (1974);
 — sábado, 21.30, Sonata de Outono (1976).

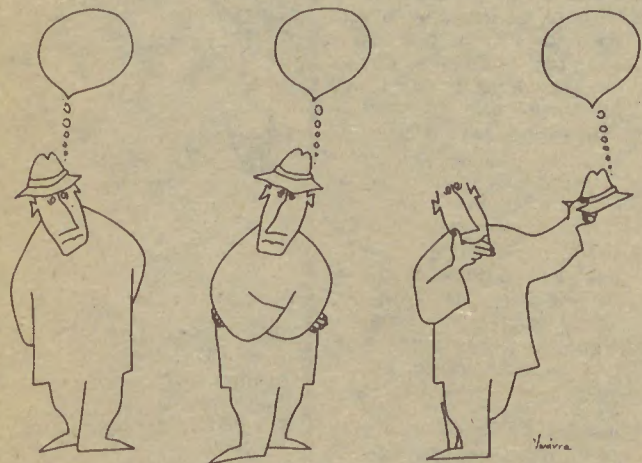
Música

Amanhã, sexta-feira, às 21.30, uma grande orquestra — a Orquestra Sinfónica

Convívio e fundos

No âmbito da campanha de fundos para o novo centro de trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, a célula da Quimigal marcou para amanhã (sexta-feira), a partir das 22 horas, no Nicola (Barreiro), um

baile da Primavera. O conjunto que ali vai dar música para dançar chama-se também «Primavera». Além da música, haverá serviço de bar (com petiscos) e iniciativas-surpresa. Também há mesas, e pode já marcar-las no CT do PCP no Barreiro, onde certamente lhe poderão dar mais informações.



baile da Primavera. O conjunto que ali vai dar música para dançar chama-se também «Primavera». Além da música, haverá serviço de bar (com petiscos) e iniciativas-surpresa. Também há mesas, e pode já marcar-las no CT do PCP no Barreiro, onde certamente lhe poderão dar mais informações.

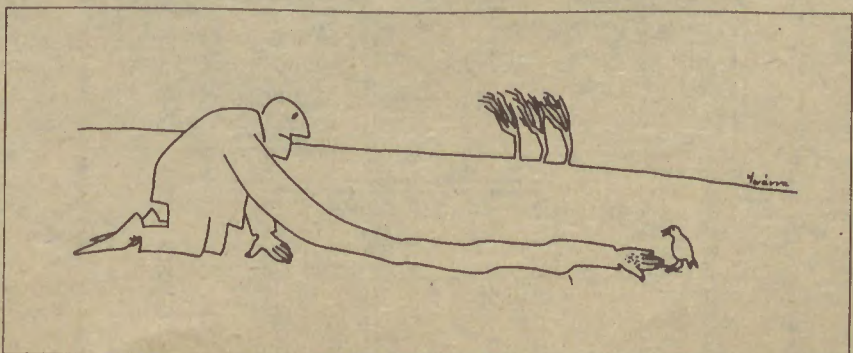
Com o mesmo objectivo se realiza em Casebres o baile da pinha, antecedido de almoço-convívio — iniciativa e proposta da Comissão da Freguesia de S. Martinho para a tarde do próximo sábado.

Cinema

A sessão semanal

teca, a semana volta a ser dominada por Ingmar Bergman, de quem serão exibidas ainda esta semana cinco películas:
 — hoje, 18.30, Lágrimas e Suspiros (1973); 21.30, Face a Face (1976);

Filarmonia da Silésia — sobe ao palco do Coliseu dos Recreios para um concerto durante o qual interpretará obras de Chostakovitch, Wieniawski e Ravel. Bilhetes de 600\$ a 1500\$.



Hoje TEMPO DE ANTENA DO PCP

RTP-1

depois do telejornal
 cerca das 20,20h

Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
 Períodos de céu muito nublado neblinas ou nevoeiros matinais.

aTV

Lado a lado...

Cada vez mais o telejornal se assume como órgão oficioso do PSD. A situação agrava-se à medida que as eleições se aproximam.

Há pormenores chocantes.

A propósito da chamada à pedra do ministro Silveira Godinho, telejornal ouviu meia dúzia de palavras dos deputados Jorge Lacão e José Magalhães.

A seguir deram alguns segundos a Jorge Sampaio, para uma intervenção inexpressiva. Para fecho, dois longos e bem fornecidos depoimentos de Dias Loureiro. Como se vê, contemplam todas as forças...

Lembrarei aqui algumas palavras de Loureiro: «O PS sempre tem estado ao lado do PSD e espero que assim continue.»

Acho que não se pode ser mais claro. Depois disto devem considerar-se legítimas as preocupações de tantos e tantos militantes socialistas.

Mas esses não vão ao telejornal. Certamente para não arranjar problemas às relações entre os dois amiguinhos que lá seguem lado a lado...

Sombras

Igualdade de tratamento por parte da televisão? Dá vontade de rir. É mais uma entre tantas anedotas que por lá se contam.

A verdade é que a discriminação começa pelas reportagens efectuadas no interior da Assembleia da República.

Repare-se: nas suas intervenções, os deputados do PSD são sempre vistos de frente. A legenda respectiva personaliza-os.

Os socialistas, esses, aparecem na televisão de perfil ou, quando muito, a três quartos. Os que se encontram mais junto às bancadas do PSD, beneficiam logicamente da proximidade. Beneficiam em termos de representação televisual, claro.

Mas, e os deputados comunistas? Esses aparecem sempre de costas! As legendas não correspondem a um rosto, correspondem a uma sombra.

«Se os teus inimigos te elogiam...»

Esta ameaça tornou-se evidente no debate que reuniu Jorge Lemos, do PCP, Jorge Lacão, do PS, e Carlos Encarnação, do PSD. Local do encontro a rubrica **Parlamento**.

Em causa a criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, idealizada pelo PSD para substituir o actual conselho.

Jorge Lemos apontou os perigos que adviriam daí para o povo português. E para já uma razão mínima: dos 12 membros da Alta Autoridade, o PSD já tem assegurada a metade, logo à partida! O deputado comunista não deixou de pôr o PS face às suas responsabilidades.

E os argumentos de Jorge Lacão foram perfeitamente deploráveis. Claramente confessou como o PS quebrara. E confessou infantilmente.

Assim: o PS, se tivesse para isso força, imporá o seu ponto de vista. Mas como não tinha, como eram necessários dois terços, fez aquilo que o PSD queria...

Não se percebe onde está a lógica do argumento. A lógica democrática, a resposta correcta seria: sem o **yes** do PS, o PSD não alcançaria os seus objectivos.

Outra, como se sabe, foi a opção. Assim se compreende o elogio feito pelo deputado Carlos Encarnação, no mesmo programa: «o PS fez um esforço extraordinário na recuperação das suas posições iniciais e o PSD só saúda isso...»

Aqui, entroncamos com as palavras de Dias Loureiro. É caso para lembrar as palavras de Jean Jaurès: «Se os teus inimigos te elogiam, vê lá em que é que erraste...»

Os mitos do Manholas

O centenário do nascimento de Salazar foi lembrado na RTP quer no próprio dia, 28 de Abril (28! E depois digam que não há números aziagos...), quer no dia seguinte.

No primeiro, assistimos à reportagem da missa mandada rezar pela sua «alma» e durante a qual se terá dito que «os homens passam, mas as obras ficam.» De facto parece que Salazar deixou por aí muita «obra»...

Depois, ouvimos dizer a Franco Nogueira que Salazar foi, como estadista, um grande homem e, como homem, era afável, cortês e que gostava muito de ouvir as opiniões dos outros. Que Franco Nogueira seja um salazarista, vá que não vá. Humorista é que eu não sabia que fosse. Aliás, a respeito de Salazar como pessoa o José Magalhães Godinho explicou a seguir como era.

No Jornal de Sábado, viajou-se primeiro pelo tempo de Salazar, com uma omissão principal: «esquecerem-se» de dizer (como aliás foi dito num documentário do 25 de Abril) que «o alvo preferencial do fascismo eram os militantes do Partido Comunista».

Depois, foi o breve debate entre Miguel Urbano Rodrigues e Franco Nogueira. Daqui, os mitos de «Salazar grande financeiro», «grande estadista» e «salvador da Pátria» caíram por terra. Miguel Urbano Rodrigues não teve dificuldade em demonstrar que, como financeiro, reforçou o escudo à custa da miséria de todo um povo; como estadista, meteu o país numa guerra sem futuro e sem glória; e a sua «neutralidade» na guerra mundial resultou, isso sim, do interesse em jogo das potências beligerantes. A situação que hoje se vive na base das Lajes reflecte o mal cozinhado salazarista.

Alguns terão hoje saudades dos métodos antigos e sonham utilizá-los. De maneira mais sofisticada ou mais grosseira. Mas o diabo, para eles, é que entretanto aconteceu uma coisa chamada 25 de Abril...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Notícias-retratos-pedaços

São notícias de jornais, valem apenas como tal. Retratam pedaços do tempo que vivemos, escolhidos pelo que valem para os jornais e os jornalistas. Notícias-retratos-pedaços de tempo e responsabilidades, o «professor» e outros do lado dele prefeririam que, como noutros tempos, ficassem por trás do silêncio. Mas isso seria se só a vontade deles contasse...

Estrangeiros no Alentejo

«Uma investigação iniciada pelo «Europeu» em Fevereiro último, permitiu detectar uma política de exportação de menores delinquentes ou dados como incapacitados mentais para, entre outros, o nosso país promovida por estruturas de assistência social da República Federal Alemã.

A acção é constituída pelo envio de jovens rejeitados na Alemanha para o Alentejo e Algarve com alegados fins humanitários onde permanecem ilegalmente em quintas e montes isolados, sendo objecto de experiências «terapêuticas» baseadas em princípios de «corte radical entre o menor e o meio envolvente, nomeadamente, o seu próprio país».

Toda esta operação, segundo resultado da investigação do «Europeu», iniciou e/ou aproveitou da instalação nos campos do Alentejo de uma massa incontrolada de estrangeiros, ilegalmente residentes em Portugal, onde, desde pelo menos 1984, vêm adquirindo ou arrendando terrenos — sobretudo no concelho de Odemira — em condições de aparente impossibilidade de qualquer controlo legal pelas autoridades portuguesas.

As organizações de assistência social da RFA empenhadas nesta operação produziram, sem atender à legislação portuguesa, planos globais para a sua acção, que designam por «Projecto Portugal», a cuja aplicação procedem desde, no mínimo Dezembro de 1986.

O assunto foi objecto de noticiário publicado pelo «Europeu» ao longo de todo o mês de Abril e as três reportagens cuja publicação hoje iniciamos, sintetizam e enquadram as actividades destes estrangeiros e das organizações que, entre nós representam, constituindo, sobretudo, a impossibilidade, para quem quer que as leia, de alegar o seu desconhecimento.

(«Europeu», 1 de Maio)

Unicer Quelhas e «jogadas»

«Trabalhadores da Unicer venderam já as acções que só poderiam alienar dentro de dois anos. Um dos compradores confirmados é a família Quelhas, do Porto, que terá adquirido cerca de 70 mil acções. Balanço da operação: um lucro máximo de 54 contos por trabalhador e o «poupar» de cerca de 40 mil contos para o comprador, tomando por base, é claro, o preço médio registado na privatização. Juristas contactados pelo DN são peremptórios em afirmar que a operação é ilegal.

«A Unicer tem agora doze mil accionistas, a maioria dos quais pequenos investidores», referiu o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, visivelmente satisfeito com os resultados alcançados no primeiro processo de privatização em Portugal.

Mas quantos destes pequenos accionistas ficarão com a posse efectiva das acções? Os trabalhadores da empresa, que adquiriram os títulos a um preço reduzido e em condições vantajosas, têm procurado afincadamente, ao que consta, encontrar comprador, apesar das condições da subscrição só permitirem a transferência da titularidade ao fim de dois anos.

Primeiro foram os contactos com a Socifa, largamente notificados. Todavia, fontes da empresa apressaram-se a sublinhar que esta nunca deixara de actuar como mero intermediário, embora tivesse chegado a montar um complexo trabalho de engenharia financeira, que incluía contratos de promessa de compra e venda. Gorada esta iniciativa, devido a alegadas pressões políticas, nem por isso tudo parou.

Na «jogada» apareceu a família Quelhas, que mora paredes meias com a Unicer. Fontes sindicais contactadas pelo DN referem a existência de três elementos desta família interessados na aquisição, apesar de nos contratos de promessa distribuídos aos trabalhadores apenas consta o nome do engenheiro civil António José Duarte de Azevedo Quelhas.

Nos contratos propõe-se a compra o lote de 200 acções correspondente a cada trabalhador. O preço oferecido é de 2570 escudos/acção (mais 270 escudos do que o valor de subscrição), numa transacção global de 514 contos, dos quais 414 contos pagos no acto da assinatura do contrato e o restante contra a entrega das cautelas das acções devidamente endossadas pelos titulares.»

(«Diário de Notícias/Economia», 1 de Maio)

Jovens e Salazar uma sondagem

«Todos os jovens conhecem Salazar. Dos 400 entrevistados, entre os 15 e os 25 anos, só 4 dizem não saber quem é, revela uma sondagem «O Jornal»/Pluritest.

• 39 por cento afirmam que foi um ditador, mas as respostas sobre se foi bom ou mau político são equilibradas (18 contra 19 por cento). Este equilíbrio é mantido nas idades mais baixas e na definição por sexos, mas nota-se uma valorização mais negativa entre os mais velhos (26 por cento dos inquiridos mais velhos acham que ele foi mau político, enquanto só 15 por cento dos mais novos pensam da mesma maneira).

• 13 por cento classificam Salazar como fascista, terminologia mais aceite entre os mais velhos (16 por cento) e menos usada pelos mais novos (só 10 por cento).

• 23 por cento sabem que Salazar foi primeiro-ministro, mas 14 por cento pensam ter ele sido Presidente da República.»

(«O Jornal Ilustrado», 28 de Abril)

Saudosistas

«Algumas dezenas de pessoas participaram esta manhã numa romagem ao túmulo de Salazar, seguida de missa na igreja de Santa Cruz do Vimeiro. Ontem, saudosistas do ditador encheram o mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, durante uma missa que celebrou o centenário do seu nascimento.

Entre os presentes, destacavam-se a mulher e filha do ex-presidente da República Américo Tomás, o general Kaúlza de Arriaga e mulher, Franco Nogueira e António Lopes Ribeiro.

Durante a celebração da missa, o padre Teodoro lembraria a figura de António de Oliveira Salazar, acabando por pedir a Deus que «interceda pela sua alma», por todas «as obras boas que fez na Terra» mas perdoando-lhe, no entanto, «algum mal que tenha cometido».

Refira-se que a média de idades das cerca de mil pessoas presentes era elevada, sendo de destacar, contudo, um pequeno grupo de jovens, alguns deles ostentando na lapela insígnias da Força Nacional — Nova Monarquia, que se mantiveram em pé junto à entrada da igreja.»

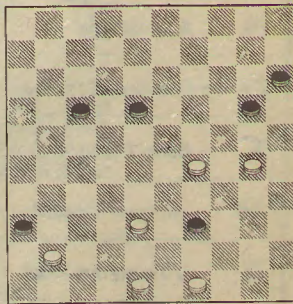
(«A Capital», 29 de Abril)

(«Fim de Semana/«o diário», 29 de Abril)

Damas

CCI — 4 de Maio de 1989
Proposição n.º 201/A
Por: Marius Fabre — 1932

Pr.: [6]: 15-17-18-20-36-39
Br.: [6]: 29-30-38-41-48-40

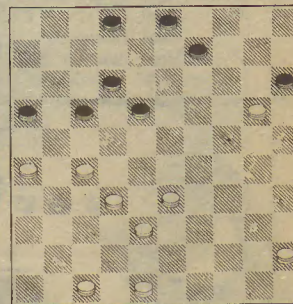


Jogam as Brancas e ganham

Golpe n.º 201/B

Por: I. Weiss

Pr.: [8]: 2-3-9-12-15-16-17-18
Br.: [9]: 20-26-27-32-33-38-45-47-48



Jogam as Brancas e fazem Dama!

Soluções do CCI

N.º 201 (M. F.): 30-24 (36x7); 49-43! (47x33); 29x33! (20x9); 43x21+

Golpe n.º 201 (I. W.): 27-22 (17x39) A; 38-33 (39x37); 26-21 15x24); (ad libitum); 47x42 (16x27); 47x4=D+

A. de M. M.

Xadrez

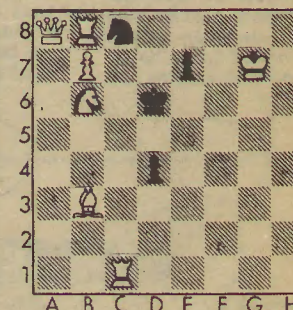
CCI — 4 de Maio de 1989

Proposição n.º 201-A

Por: André Chéron

«Journal de Genève», 31/1/1976

Pr.: [4]: PS. d4, e7— Cç8-Rd6
Br.: [7]: Pb7-Cb6-Bb3-Ts. b8, c1-Da8-Rg7



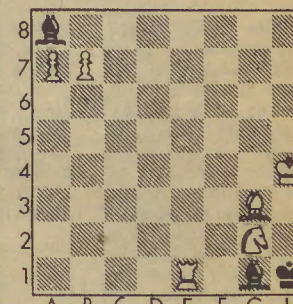
Mate em 2 lances

Proposição n.º 201-B

Por: Sam Loyd

«Holyoke Transcript», 1876

Pr.: [3]: BS. a8, g1-Rh1
Br.: [6]: Ps. a7, b7-Cg2-Bg3-Té1-Rh4



Mate em 3 lances

Soluções do CCI

N.º 201-A (A. Ch.): 1. Cç4+, R Jogal; 2. b:c8=D++
N.º 201-B (S. L.): 1. b:a8=C1, R:g2; 2. Cb6, ad lib.; 3. a8=D ou B++

A. de M. M.

